

Preço da gasolina volta a subir nos postos, diz ANP

Após três semanas de queda, o preço da gasolina voltou a subir nos postos brasileiros, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis). Na semana passada, o produto custou em média R\$ 7,219 por litro, o maior valor desde a semana posterior ao mega-aumento da Petrobras.

O valor representa alta de 0,3% em relação à semana anterior e reflete repasse às bombas da escalada do preço do etanol anidro, que representa 27% da gasolina vendida nos postos, conhecida como gasolina C.

O etanol hidratado também segue em alta: na semana passada, foi vendido, em média, a R\$ 5,241 por litro, 4,5% acima do verificado pela ANP na semana anterior. Em quatro semanas, o produto acumula aumento de 5,8%

nas bombas.

Os usineiros dizem que a escalada dos preços do etanol reflete elevada demanda em um período de entressafra, quando os estoques estão mais baixos. A expectativa do setor é que os preços comecem a ceder nas próximas semanas, com o início da colheita da cana-de-açúcar.

Segundo o Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), da Esalq/USP, a cotação do etanol hidratado nas usinas de São Paulo subiu 8,1% na semana passada, para R\$ 3,836 por litro. O anidro ficou 3,7% mais caro, chegando a R\$ 4,083 por litro.

A pesquisa da ANP detectou pequena queda no preço do diesel, que foi vendido, em média, a R\$ 6,587 por litro na semana passada. O valor é 0,2% inferior ao verificado na semana anterior.

Já o preço do gás de cozinha permanece estável, sendo vendido, em média, a R\$ 113,66 por botijão de 13 quilos na semana passada. A Petrobras reduziu em 5,6% o preço de venda em suas refinarias no último dia 8, mas ainda não houve reflexo no preço final do produto.

A escalada dos preços dos combustíveis derrubou em março o segundo presidente da Petrobras no governo Bolsonaro, o general Joaquim Silva e Luna, demitido logo após o anúncio dos mega-aumentos nos preços da gasolina e do diesel.

Seu substituto, José Mauro Coelho, tomou posse, após um conturbado processo de troca de comando, marcado pela desistência da primeira opção do governo, o consultor Adriano Pires, após questionamentos de conflito de interesses.

Folhapress



Economia



FMI corta previsão de crescimento global para 3,6%

Página - 03

Meio milhão de negativados aderiram à nova linha de microcrédito da Caixa

Página - 03



Política

Bolsonaro recua de ataques a Barroso e diz que eleição terá 'ritmo normal'

Página - 04

Moro posta montagem como Homem de Ferro e brinca ser primo de Tony Stark

Página - 04



Via (VIA3) investe na Já Vendeu, startup que cresceu 700% em 2021

Pág - 05

Startup de inteligência artificial, IARIS tem parceria para monitorar provas de ensino a distância

Pág - 05



No Mundo

Rússia quadruplica ataques e inicia avanço no leste da Ucrânia



A Rússia confirmou ter iniciado a batalha pelo controle do leste da Ucrânia, o Donbass, e disse ter quadruplicado o número de alvos militares atingidos no país vizinho em relação à madrugada anterior.

Suas forças estão bombardeando posições em toda a região nesta manhã, e pelo menos uma cidade pode ter sido tomada por soldados russos ao norte, iniciando o que sugere ser um movimento para contornar a antiga fronteira entre as áreas separatistas do Donbass e as controladas por Kiev, visando o cerco dos talvez 40 mil militares ucranianos na região.

A batalha em si começou com um amplo bombardeio de 315 alvos com mísseis na segunda (18), segundo o presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, afirmou em seu pronunciamento noturno. Nesta terça, o chanceler russo, Serguei Lavrov, rompeu o silêncio e disse em tom eufemístico que “outro estágio dessa operação está começando e estou certo de que será um momento especial” a uma TV da Índia.

Nesta manhã (madrugada no Brasil), o Ministério da Defesa da Rússia afirmou ter atingido 1.260 alvos militares, quatro vezes mais do que na segunda, com mísseis e artilharia. Diferentemente da

segunda, contudo, os ataques parecem concentrados nas porções leste e sul do país, regiões com grande controle russo.

A aviação tática, por sua vez, atacou 60 pontos, como lançadores de mísseis, e derubou um caça MiG-29 ucraniano, segundo o relato, no Donbass. A área, que antes da guerra tinha cerca de 4 milhões de habitantes no lado pró-Rússia, é um dos motivos centrais do conflito para o governo de Vladimir Putin, ao lado da ideia de desmilitarizar a Ucrânia e impedi-la de aderir à Otan (aliança militar ocidental).

Igor Gielow/Folhapress

EUA já deram US\$ 2,4 bilhões em arma e munição à Ucrânia

Os Estados Unidos aprovaram mais um pacote de US\$ 800 milhões (ou R\$ 3,7 bilhões, na cotação atual) em nova ajuda militar à Ucrânia, que inclui armas e helicópteros, para reforçar a defesa contra uma ofensiva de tropas da Rússia intensificada na região leste do país.

“Este novo pacote de assistência conterà muitos dos sistemas de armas altamente eficazes, que já fornecemos, e novas capacidades adaptadas ao ataque mais amplo, que esperamos que a Rússia lance no leste da Ucrânia”, disse o presidente dos EUA, Joe Biden.

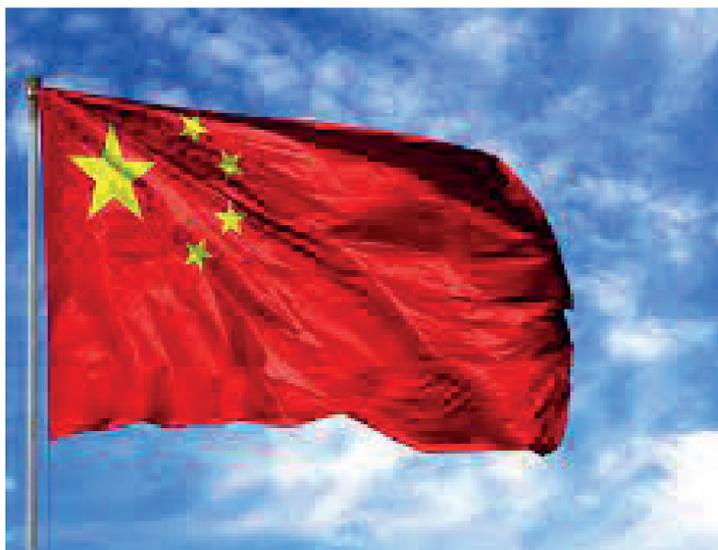
Segundo ele, o forneci-

mento constante de armas que os Estados Unidos e seus aliados enviaram à Ucrânia tem sido fundamental para sustentar sua luta contra a invasão russa. “Isso ajudou a garantir que [o presidente da Rússia Vladimir] Putin] tenha falhado em seus objetivos iniciais de guerra para conquistar e controlar a Ucrânia. Não podemos descansar agora”, falou.

Até agora, os Estados Unidos forneceram à Ucrânia a maior parte da ajuda militar internacional recebida por Kiev - o montante total do auxílio concedido ultrapassa os US\$ 2,4 bilhões, segundo levantamento da agência de notícias AFP. Matheus Brum/Folhapress



China anuncia acordo com Ilhas Salomão que permite trânsito de tropas de Pequim no Pacífico



A China anunciou a assinatura de um acordo de segurança com as Ilhas Salomão, país na região do Pacífico Sul, próximo à Austrália e à Nova Zelândia. O tratado elevou as preocupações sobre a circulação de tropas chinesas na região e sobre as ambições militares de Pequim no quintal australiano.

O acordo terceiriza a segurança no arquipélago e coloca as forças de segurança chinesas à disposição do governo salomonense para proteger a infraestrutura do país e garantir a ordem em caso de revoltas internas, segundo o pouco que foi divulgado até aqui.

Na prática, também expande a presença militar chi-

nesa a uma nova região do Pacífico, além do já contestado avanço sobre o mar do Sul da China, na região entre Filipinas e Vietnã, criticado por nações do Sudeste Asiático.

O pacto anunciado nesta terça foi assinado pelos ministros das Relações Exteriores da China, Wang Yi, e das Ilhas Salomão, Jeremiah Manele, disse o porta-voz da chancelaria chinesa a jornalistas em Pequim. Ele não disse exatamente onde ou quando a assinatura do acordo ocorreu.

Em março, uma versão preliminar do tratado vazou para a imprensa e provocou uma série de críticas pois contemplava a possibilidade de deslocamentos militares chineses na região de influên-

cia australiana.

Em resposta, o primeiro-ministro das Ilhas Salomão, Manasseh Sogavare, afirmou no começo de abril que não permitiria a construção de uma base militar chinesa no país, mas isso não foi suficiente para acalmar a Austrália e aliados, que se mobilizam para pressionar o governo do país. O arquipélago fica a pouco mais de 1.600 quilômetros do ponto mais próximo da costa australiana.

Marise Payne, ministra australiana das Relações Exteriores, afirmou nesta terça que está “profundamente decepcionada” e que continua buscando entender os termos do acordo.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



FMI corta previsão de crescimento global para 3,6%



O Brasil deve terminar 2022 com crescimento de 0,8%, inflação de 8,2% e desemprego na faixa de 13,7%, aponta um relatório do FMI (Fundo Monetário Internacional) divulgado nesta terça (19).

A projeção atual de crescimento do Brasil é quase a metade da divulgada no balanço feito há seis meses, em outubro de 2021. Na ocasião, o estudo World Economic Outlook (Perspectiva Econômica Mundial) previa que o país crescerá 1,5% em 2022.

Há uma alta, porém, em relação à estimativa divulgada em janeiro, de crescimento de 0,3% neste ano.

A última edição do boletim Focus, publicada pelo Banco Central no fim de março e que soma as expectativas do mercado brasileiro,

apontou previsão de crescimento de 0,5% do PIB. Em fevereiro, o Brasil tinha taxa de desemprego de 11,2%. Em março, a inflação somada em 12 meses chegou a 11,3%, segundo dados do IPCA.

O FMI rebaixou a previsão de crescimento da economia global de 6,1% para 3,6% na comparação com o relatório anterior. Quase todos os países analisados tiveram piora de perspectivas, por causa da Guerra da Ucrânia.

A Rússia, que iniciou o conflito e foi alvo de sanções internacionais, deve ver sua economia encolher em 8,5% este ano, em meio a uma inflação anual de 21,3%, prevê o Fundo.

Os efeitos econômicos da guerra, que começou em fevereiro, se espalham em ondas para outros países, como

em um terremoto, compara o instituto. "Como a Rússia é um grande fornecedor de petróleo, gás e metais e, junto com a Rússia, de trigo e milho, a queda na oferta dessas commodities já tem elevado os preços de forma afiada", aponta o relatório. "A alta de preços de comida e combustíveis afetará as casas de baixa renda em nível global."

Em 2022, a inflação deve ficar em torno de 5,7% ao ano nas economias avançadas e em 8,7% em países emergentes e em desenvolvimento. Para o Brasil, o FMI prevê alta de 8,2% nos preços neste ano e 5,1% em 2023. "O Brasil respondeu à alta inflação com um aumento nas taxas de juros, o que pesará na demanda doméstica", comenta o Fundo no relatório.

Rafael Balago/Folhapress

Fabricantes de máscara comemoram fim de emergência sanitária

Fabricantes brasileiros de máscaras PFF2 comemoraram o fim da emergência sanitária anunciado pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga.

Segundo a indústria, que tem visto a demanda pelo produto cair no Brasil após a flexibilização, parte da produção deve ser escoada para o exterior.

"Tem procura grande de fora, mas não podíamos atender por causa da restrição", diz Raul Casanova, diretor da Animaseg (que reúne a indústria de segurança do trabalho).

A exportação de insumos

usados no enfrentamento da Covid, como as máscaras, foi restringida pela Espin (Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional) no início da pandemia.

"Agora a pandemia está recuando e, obviamente, a procura externa diminui também. Mas vai ser uma oportunidade para nós porque tem outros países buscando alternativas de fornecedores", diz Raul Casanova.

Segundo ele, a indústria nacional de máscaras quer expandir seus negócios para os Estados Unidos e a Europa.

Joana Cunha/Folhapress



Meio milhão de negativados aderiram à nova linha de microcrédito da Caixa



Cerca de 480 mil negativados aderiram ao Sim Digital, nova linha de microcrédito para empreendedores da Caixa Econômica Federal, desde 28 de março, data em que o programa foi lançado.

Para pessoas físicas, o programa disponibiliza valores de R\$ 300 a R\$ 1.000, com taxa de juros a partir de 1,95% ao mês e parcelamento em até 24 meses. Para empresas, os valores ficam entre R\$ 1.500 e R\$ 3.000, com parcelamento de 18 até 24 meses e taxa de juros a partir de 1,99% ao mês.

Os recursos têm que ser utilizados obrigatoriamente para empreendimentos, sendo vetado seu uso para o pagamento de contas.

A abertura para negativados é característica diferencial do programa, que faz

parte de pacote de Jair Bolsonaro (PL) para liberar mais de R\$ 150 bilhões em recursos a trabalhadores e aposentados em ano eleitoral.

O Sim Digital tem R\$ 3 bilhões de garantia no Fundo Garantidor do Microcrédito, que é administrado pela própria Caixa e recebeu esse valor de aporte do FGTS.

Pedro Guimarães, presidente da Caixa, negou que o crédito vá endividar mais as pessoas.

"Elas já estão endividadas, só que elas não entram na base de dados do Banco Central", afirmou, dizendo que muitas famílias carentes recorrem a meios informais ou a agiotas para obter recursos, pagando juros maiores.

Para a Caixa, o programa pode ser uma espécie de "motor de arranque" para o microcrédito no país. Guima-

rães disse que os valores são ponto de partida para a operação do microcrédito. À medida que os tomadores forem quitando as parcelas, os bons pagadores poderão receber limites maiores para novas contratações.

"Quem está entrando tem crédito menor do que quem já pagou", disse Guimarães.

Com o respaldo de um Fundo Garantidor, outras instituições financeiras poderiam ofertar também essa modalidade de empréstimo, mas somente a Caixa até o momento decidiu operá-la.

O banco tem feito lives e publicado instruções detalhadas sobre como solicitar o empréstimo, o que acredita estar surtindo efeito na alta procura do produto.

Fábio Zanini/Folhapress

Política

Bolsonaro recua de ataques a Barroso e diz que eleição terá 'ritmo normal'



Acostumado a confrontos institucionais, o presidente Jair Bolsonaro (PL) adotou tom moderado ao falar das eleições de 2022 e fez um elogio ao ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) e ex-chefe do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) Luis Roberto Barroso -a quem já acusou de "ter candidato" e, sem provas, de favorecer o principal adversário no pleito, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O tom pacífico adotado por Bolsonaro hoje contrasta com o longo histórico de gestos do presidente com o intuito de questionar a segurança do sistema eleitoral no país e questionar a legitimidade e a confiabilidade do voto eletrônico.

Recentemente, o pré-candidato à reeleição chegou a afirmar que, caso seja derro-

tado por Lula nas urnas, em outubro, isso só ocorreria por ocasião de uma fraude. No ano passado, Bolsonaro liderou um movimento em favor do que ficou conhecido como projeto do voto impresso -a proposição, no entanto, foi derrotada no Congresso.

Na esteira dos ataques ao sistema eleitoral, Bolsonaro também não poupou críticas e palavras agressivas contra ministros do STF e do TSE, em referências diretas a Barroso (ex-presidente do Tribunal), Edson Fachin (o atual) e Alexandre de Moraes (o próximo). Na versão do governante, o trio seria responsável por uma tentativa de "roubar a liberdade" dos brasileiros.

As declarações de hoje ocorreram na solenidade realizada em comemoração do Dia do Exército, em Brasília.

Bolsonaro também enalteceu o papel das instituições

militares na defesa da democracia e da "liberdade". Afirmou ainda que "a alma da democracia repousa na tranquilidade e na transparência do sistema eleitoral".

"Sistema esse que deve ser cada vez mais zelado por todos nós. E quem dá o norte para nós são as urnas. Que ali fazem surgir não só o presidente da República, bem como a composição do nosso Parlamento brasileiro. Não podemos jamais ter eleições no Brasil que sobre ela paire o manto da suspeição [sic].

E esse compromisso é de todos nós. Presidente dos Poderes, comandantes de Forças, aqui, obviamente... Direcionado ao trabalho do senhor ministro da Defesa. Todos nós somos importantes. Todos nós somos agentes desse processo."

Hanrikson de Andrade/Folhapress

Artistas de esquerda e hashtags bolsonaristas duelam por jovens sem título de eleitor



A reta final para emissão do título de eleitor tem movimentado as redes sociais de direita e esquerda na tentativa de convencer jovens que ainda não tiraram o documento a votar.

O prazo termina no dia 4 de maio e, como mostrou a Folha, até o final de março pouco mais de 1 milhão de adolescentes de 16 e 17 anos haviam emitido o título, o que corresponde a 17,1% dessa população no país.

Nessa faixa etária, o voto é facultativo. O cadastramento pode ser feito por quem for completar 16 anos até a data do primeiro turno, em 2 de outubro.

A emissão do título de eleitor pode ser feita de forma online pela página TítuloNet

Moro posta montagem como Homem de Ferro e brinca ser primo de Tony Stark

O ex-ministro Sergio Moro (União Brasil) brincou ser primo de Tony Stark, o Homem de Ferro, personagem dos quadrinhos publicados pela Marvel.

Em uma postagem em suas redes sociais, Moro publicou um trecho de uma entrevista em que presenteia seu interlocutor com o que parecem ser abotoaduras do Homem de Ferro e explica que há "uma história secreta por trás" do presente.

Ele conta que o sobrenome materno de sua mãe é Stark, ou seja, o mesmo do personagem. Na sequência, aparecem imagens do ator Robert Downey Jr., intérprete do Homem de Ferro na franquia de filmes, e uma montagem de Moro com a armadura usada pelo personagem.

"Agente da CIA? FBI? Funcionário da Globo? Sinto muito, mas ninguém acertou: primo do Tony Stark, graças ao sobrenome da Dona Odetete, minha mãe, uma legítima 'Stark'. Supondo que os Vingadores viessem passar uns dias no Brasil, qual o principal problema que eles deveriam resolver?", escreveu o ex-juiz da Lava Jato na legenda da publicação.

Moro deixou o Podemos no dia 31 de março, partido pelo qual era pré-candidato ao Planalto, e migrou para o União Brasil, que aprovou o nome do deputado federal Luciano Bivar como pré-candidato à Presidência da República. Após a decisão da legenda, o ex-ministro disse que segue "como um soldado da democracia".

Folhapress



do TSE ou presencial, no cartório eleitoral mais próximo. Para isso, basta apresentar a documentação obrigatória. Não é necessária autorização de responsáveis legais para solicitar o documento.

No PT, a movimentação para conscientizar os jovens sobre a participação política e incentivar a emissão do título começou em dezembro, com o lançamento da campanha "Meu Primeiro Voto", com ações de conscientização em escolas, universidades e outros locais públicos.

Em março, em meio à campanha de alistamento eleitoral promovida pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), a cantora Anitta tuitou que só tiraria foto com fãs maiores de 16 anos se eles mostrassem uma foto do título de

eleitor.

A postagem teve mais de 250 mil curtidas, 5.800 comentários e 16,8 mil retuites.

Anitta é uma das vozes críticas ao governo de Jair Bolsonaro (PL) e já discutiu na rede social com o presidente e seus apoiadores, como o ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles. No último sábado (16), ela bloqueou o presidente no Twitter.

Outras mensagens da cantora incentivando o voto jovem também viralizaram. Uma delas foi compartilhada pelo ator hollywoodiano Mark Ruffalo, que destacou que os americanos só conseguiram derrotar Donald Trump com o apoio dos jovens.

Géssica Brandino/Folhapress

Via (VIA3) investe na Já Vendeu, startup que cresceu 700% em 2021



O investimento da Via segue uma tendência do último biênio em que varejistas têm potencializado o seu braço de M&As, a exemplo das compras mais agressivas da concorrente Magalu (MGLU3), como a compra da KaBum.

Segundo o estudo Inside Retailtech Report, realizado pelo Distrito, as startups de varejo receberam mais de US\$ 2,5 bilhões em investimentos no ano de 2021 – 263% de alta em relação ao ano de 2020.

A Já Vendeu nasceu na pandemia, em 2020, na cidade de São Carlos, interior de São Paulo. A companhia operacionaliza a venda de mercadorias usadas, buscando na casa dos clientes. Depois, fotografa, precifica, vende,

entrega ao comprador e paga ao vendedor.

A empresa inaugurou, em 2021, seu primeiro centro de distribuição na cidade de São Paulo. Em 2021, a Já Vendeu recebeu um aporte de R\$ 2,5 milhões de investidores.

O investimento marca uma imersão maior dos gestores de grandes empresas em startups e companhias digitais.

Para João Luiz Evangelista Barbosa, Strategic Planning and Open Innovation na Cia. Hering, “essa imersão dos gestores com startups e com esse ambiente facilita conversas internas de POCs, MVPs, sprints de testes, conceitos que antes eram desconhecidos para muitos internamente. Outro impacto positivo é a interação com startups que apresentam po-

tencial de alavancar e acelerar os objetivos da companhia com produtos e processos que não estavam no plano estratégico prévio ao programa”.

O investimento foi feito na Retail Scale, programa de aceleração para startups do varejo criado pela Darwin Startups e Distrito em parceria com Cia Hering (ex-HG-TX3) e Via.

Além da Já Vendeu, o Retail Scale selecionou outros quatro negócios para serem acelerados: Idid Tecnologia, solução de pagamentos para e-commerce; Yapoli, solução para distribuição de ativos digitais; Hubii, marketplace-enabler; Manfing, desenvolvedora de Inteligência Artificial para o varejo; e Me Veste Brasil, focada em moda circular.

Fintech iugu levanta R\$ 100 milhões em FIDC encarteirado pelo Bradesco

Contratar adquirentes, emitir boletos, organizar as contas a receber e até manter o controle da inadimplência são algumas das necessidades que tornam complexa a vida de qualquer empreendedor — do pequeno ao grande. A iugu, uma fintech de automação financeira B2B, promete simplificar esse processo unificando todo o backoffice das startups numa só plataforma, com um custo menor que dos bancos. Para ter fôlego no crescimento e diversificar os produtos e serviços, a fintech acaba de levantar R\$ 100 milhões para fazer antecipação de recebíveis, num FIDC subscrito pelo Bradesco BBI.

A iugu fica com os 5%

do fundo referente às cotas subordinadas e o Bradesco absorveu os 95% do FIDC em cota sênior. A H2Kapital foi estruturadora e o BBI o coordenador exclusivo na oferta 476. O banco fica também com a custódia e a administração, por meio da BEM DTVM.

“O objetivo desse FIDC é criar mais flexibilidade financeira para a iugu em bases competitivas, fazendo com que a gente consiga suportar todo o crescimento dos nossos clientes”, diz André Luiz Gonçalves, diretor financeiro da fintech. “Nossa missão é garantir acesso ao funding, muito mais que buscar retorno financeiro”.

Biznews



Biznews

Startup de inteligência artificial, IARIS tem parceria para monitorar provas de ensino a distância



Com o cenário de pandemia, o setor educacional do Brasil teve que se adaptar à nova realidade. A educação à distância se tornou norma por dois anos, do ensino básico à graduação. Outras vertentes, como concursos públicos e diversos tipos de certificação profissional, também sofreram com a falta de segurança na hora de aplicação de exames. A partir disso, a IARIS, startup de inteligência artificial, entrou no mercado ofertando monitoramento para o EaD (ensino a distância), agora já sendo aplicado em centenas de instituições de ensino, com uma parceria recém-realizada com o Grupo A, empresa especializada no segmento.

A IARIS é criadora e desenvolvedora do EasyProctor, uma tecnologia avançada de IA e processamento de

dados, que analisa, verifica e garante a autenticidade de provas e certificações feitas online.

Apesar da tecnologia de monitoramento por IA já ser conhecida e experimentada no mercado internacional, especialmente nos Estados Unidos, a IARIS criou a ferramenta com conhecimento 100% nacional. É produzido “em casa”, o que tem forte apelo no mercado.

As ferramentas americanas que possuem mercado no Brasil têm cobrança em dólar e, de acordo com CEO da IARIS, Fábio Falcão, o valor sobe pelo método de negócio: cada prova realizada sai em média US\$ 25, o que, na cotação fechada na quinta-feira (14), significa aproximadamente R\$ 117,56.

O Proctor lá nos EUA já está em plena produção há 15 anos. Aqui no Brasil, era

meio tabu, até pelo fato de a tecnologia ser sempre importada”, disse Fábio. “O pessoal sempre trouxe representações comerciais de empresas americanas, com o preço em dólar altíssimo, o que faz com que o brasileiro não se adeque à tecnologia”.

Quando a startup estava sendo idealizada, Fábio e seus sócios já sabiam onde mirar: produção e know how nacional, com preço em real e, ainda, um tipo de negócio diferente. O CEO ressalta que o valor é cobrado por aluno, não por exame.

“O aluno pode fazer quantas provas quiser. A gente tem um valor fixo por aluno, o que faz com que a universidade saiba desde o início do ano fiscal dela o quanto vai precisar para investir no monitoramento”, afirmou.

Biznews

Bitcoin

Indústria europeia de criptomoedas intensifica esforços para influenciar política da UE



Mais de 40 líderes de negócios de criptomoedas pediram à União Europeia que não exija que as empresas do segmento divulguem detalhes de transações e diminuam as tentativas de fiscalizar as plataformas financeiras descentralizadas em rápido crescimento.

Em uma carta vista pela Reuters e enviada a 27 ministros das Finanças da União Europeia em 13 de abril, as empresas de criptomoedas pediram aos formuladores de políticas que garantam que seus regulamentos não atinjam regras já em vigor sob o Grupo de Ação Financeira global (GAFI), que estabelece padrões para combate de lavagem de dinheiro.

Os parlamentares da União Europeia aprovaram no mês passado apoio a novas salvaguardas que envolve

rastreamento de operações feitas em bitcoin e outras criptomoedas.

As regras, contestadas pela principal corretora de moedas digitais dos Estados Unidos, Coinbase (COIN), exigem que as empresas de criptomoedas colem e guardem informações sobre quem está envolvido nas transferências de moedas digitais.

Em resposta à votação do mês passado, 46 líderes e organizações da indústria de criptomoedas europeia disseram na carta que as propostas “colocam em risco todos os proprietários de ativos digitais”, levando à divulgação pública de detalhes de transações e endereços de carteiras. Isso reduzirá a privacidade e a segurança dos detentores de criptomoedas, disseram os autores da carta.

O bloco também está introduzindo uma estrutura

mais ampla, conhecida como MiCA, para regular todos os emissores e provedores de serviços na União Europeia que lidam com criptoativos. A carta pediu a exclusão de projetos descentralizados, que incluem finanças descentralizadas ou “DeFi”, dos requisitos para se registrarem como pessoas jurídicas. No documento, as entidades também afirmam que certas “stablecoins” descentralizadas não deveriam estar sujeitas ao regulamento MiCA.

O presidente-executivo da CoinShares, Jean-Marie Mognetti, que organizou a carta, disse que a Europa atualmente tem regulamentações de criptomoedas mais complexas do que outras regiões, o que impediu que as empresas do setor crescessem no continente.

Terra (LUNA) e Thorchain (RUNE) lideram recuperação das criptos, com aumentos acima de 12%

O token de governança da rede Terra — LUNA — disparou de US\$ 76,57, para US\$ 91,60 nesta terça-feira, um aumento de 19%.

Apesar de uma correção no preço, o token da rede Terra manteve uma valorização de 12,29% nas últimas 24 horas, segundo dados do CoinMarketCap. No momento de publicação desta notícia, LUNA estava cotado em US\$ 90,36.

Segundo o Decrypt, o recente aumento no preço do token da rede Terra fez a moeda alcançar a oitava posição no ranking das criptomoedas, com uma capitalização de mercado de US\$ 32 bilhões.

Além do token de governança, Terra também tem stablecoins, sendo TerraUSD (UST) a mais conhecida entre elas. Ontem, UST ultrapassou Binance USD em capitalização e tornou-se a terceira

maior stablecoin do mercado, atrás somente de Tether (USDT) e U.S. Dollar Coin (USDC).

De acordo com o Decrypt, algumas criptomoedas estão apresentando sinais de recuperação pós-feriado de Páscoa. Uma delas é Thorchain (RUNE), que disparava mais de 14% nas últimas 24 horas, a US\$ 8,62, no momento de publicação desta notícia.

Outra criptomoeda que se destacou em ganhos é NEAR, do Near Protocol. No momento de publicação desta notícia, a moeda subia 11,75%, a US\$ 17,01.

Outras criptomoedas alternativas, também chamadas de “altcoins”, como Solana (SOL) e Avalanche (AVAX), subiram 6% nas últimas 24 horas. Já BNB, antiga Binance Coin, subia 3,38% no mesmo período.

Vitória Martini/MoneyTimes



Bitcoin (BTC) se mantém em US\$ 40 mil; mercado segue cauteloso com Fed



Nesta segunda-feira (18), o Bitcoin (BTC) começa esta semana do jeito que terminou a última: “namorando” os US\$ 40 mil. A maior criptomoeda em capitalização de mercado parece rodear o marco, mas não tem forças suficientes para ultrapassar — nem tampouco parece cair muito abaixo disso.

O Ether (ETH), criptoativo da Ethereum, também tem seu próprio marco para rodear e chamar de seu, o de US\$ 3 mil.

Segundo dados do CoinMarketCap, a capitalização de mercado da somatória de todos criptoativos caiu cerca de 0,03%. O total somado hoje é de US\$ 1,88 trilhão.

O volume de negociações do mercado cripto em 24h foi de US\$ 94.164.476.153, e a

dominância do bitcoin e do ether é de, respectivamente, 41,2% e 19,3%.

Análise do mercado:

Lucas Passarini, analista de negócios do Mercado Bitcoin, diz que a queda é reflexo do medo dos investidores, que continuam de olho na inflação global, dos impactos das sanções à Rússia e do aperto monetário nos Estados Unidos.

“O índice “Fear & Greed”, que voltou a 24 nesta manhã, indica medo extremo, e reforça essa tese.”

Um ponto destacado pelo analista é que os volumes de negociação no mercado cripto caíram à medida que as taxas de juros passaram a aumentar, com os contratos perpétuos liderando a pressão vendedora e o preço do BTC sendo guiado por pressões exógenas, “apesar dos bons

fundamentos”.

“No geral, o mercado cripto, assim como todos os mercados, segue pressionado pela alta dos preços e pelo inevitável aumento de juros do Fed, o banco central americano, e por isso perdeu o suporte relevante dos US\$ 40 mil”, diz.

Embora o saldo nas exchanges esteja atingindo níveis cada vez menores, o interesse comprador está muito baixo, segundo Passarini, indicando que os investidores estão pouco dispostos a se expor a riscos.

“Com a recente violação do suporte, o BTC pode buscar níveis ainda mais baixos; avaliando o perfil de volume de negociações passadas, é possível esperar bastante congestionamento entre US\$ 38 mil e US\$ 34 mil dólares”, finaliza.

Leonardo Rubinstein/MoneyTimes

Publicidade Legal

... continuação		Indústrias Colombo S.A.				
	2021	2020				
produtos; • A Empresa não possui envolvimento administrativo contínuo no nível normalmente associado à propriedade ou controle efetivo sobre os produtos vendidos; • O valor da receita pode ser calculado com confiabilidade; • É provável que os benefícios econômicos associados à transação passem para a Empresa; • Os custos incorridos ou a incorrer relacionados à transação podem ser calculados com confiabilidade. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. Na prática, a receita é mensurada tendo como base a emissão da nota fiscal. A Empresa avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega e quando do cumprimento de todas as condições descritas acima. (q) Receitas financeiras e despesas financeiras: i. Receitas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros recebidos de títulos em atraso e descontos recebidos/obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. ii. Despesas financeiras: As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, tarifas bancárias e variação cambial passiva de aquisição de matéria-prima importada adquiridas de fornecedores estrangeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.						
4. Caixa e equivalente de caixa	2021	2020				
Caixa	38.217	42.784				
Bancos conta movimento	44.687.124	15.885.170				
Aplicações financeiras	74.986.431	22.454.488				
	119.711.772	38.382.442				
O saldo de caixa e equivalentes de caixa compreende os depósitos em conta corrente disponíveis para o uso imediato. Os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Empresa. As aplicações financeiras estão substancialmente concentradas em aplicações CDB, indexadas à variação do CDI. As aplicações permitem o resgate imediato sem encargos por antecipação. O valor resgatado é equivalente ao valor aplicado adicionado dos rendimentos líquidos de impostos até o momento do resgate.						
5. Outros investimentos	2021	2020				
Outros investimentos	7.533.244	2.234.241				
	7.533.244	2.234.241				
O saldo de outros investimentos consiste em valores caucionados para garantir as captações feitas com as instituições financeiras no montante de R\$ 7.533.244 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.924.964 em 31 de dezembro de 2020).						
6. Contas a receber	2021	2020				
Duplicatas a receber no mercado interno	24.989.960,37	9.896.159				
Duplicatas a receber no mercado externo	22.937.644,16	39.982.699				
(-) Crédito de liquidação duvidosa	-3.812.238,78	-3.017.815				
	44.115.366	46.861.034				
A Empresa e suas controladas, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não possuíam nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente. A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações contábeis é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento. A Empresa e suas controladas não mantêm qualquer garantia para os títulos em atraso. Análise de vencimento dos títulos registrados nas contas a receber está apresentada a seguir:						
	2021	2020				
A vencer	36.503.924	7.346.504				
Vencidos até 30 dias	613.835	2.029.298				
Vencidos de 31 a 90 dias	3.089.491	3.084.884				
Vencidos acima de 90 dias	7.720.355	37.418.163				
	47.927.605	49.878.849				
A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa foi calculada para o saldo integral dos clientes que possuíam duplicatas vencidas há mais de 360 dias, reduzida de eventuais acordos e recebimentos subsequentes.						
	2021	2020				
Saldo inicial	3.017.815,00	2.253.043,00				
(+) Complemento da provisão	3.812.238,78	3.017.815,00				
(-) Reversão da provisão	-3.017.815,00	-2.253.043,00				
	3.812.239	3.017.815				
7. Estoques	2021	2020				
Matéria prima	17.213.538	9.674.240				
Produto em processo	2.180.368	1.800.716				
Produto acabado	10.862.086	8.506.190				
Ordens de produção	10.460.921	7.725.016				
Produtos em poder de terceiro	5.894.292	8.016.638				
	46.611.205	35.722.800				
Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização. A linha de produtos em poder de terceiros se explica pela política comum do setor em que atua a Empresa (máquinas e implementos agrícolas) de realizar experimentos e testes de campo nas mais variadas realidades regionais (clima/ tipo de solo/tipo de cultura) e a prática de participação em feiras e eventos onde seus equipamentos são demonstrados in loco. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Administração da Empresa e suas controladas não identificou a necessidade de constituir provisão para ajuste a valor líquido realizável ou perda por obsolescência de estoques.						
8. Impostos a recuperar	2021	2020				
ICMS	13.704.061	1.671.770				
IPI	6.560.907	1.637.238				
PIS	397.609	42.919				
COFINS	1.508.361	188.973				
IRRF	4.223.551	190.673				
CSLL	1.593.766	9.515				
Crédito REINTEGRA	493.143	411.569				
	28.481.397	4.152.657				
Valores de crédito devido após as apurações de impostos, passíveis de compensações a serem usadas como descontos no pagamento de impostos futuros e fornecedores. • ICMS a recuperar: São realizados periodicamente os pedidos de liberação do crédito para sua devida compensação. • IPI a recuperar: Realizada solicitação de compensação por meio de PER/DCOMP. • PIS/COFINS/IRRF/CSLL: Crédito utilizado para sua própria compensação em sua apuração. • Reintegra: Pedido de utilização do crédito para compensação de impostos futuros						
9. Partes relacionadas	2021	2020				
Ativo circulante – contas a receber de clientes						
Colombo North América – duplicatas a receber	1.194.447	24.794.214				
Indústrias Colombo de Argentina – duplicatas a receber	12.602.828	11.712.922				
	13.797.275	36.507.136				
Ativo não circulante						
Colombo North América – mútuo (a)	24.343.860	22.538.737				
Indústrias Colombo de Argentina – duplicatas a receber	–	–				
Outros	–	95.106				
	24.343.860	22.633.843				
(a) O valor se refere a transferência de recursos financeiros para utilização na operação da Colombo North América (controlada da Empresa)						
Passivo não circulante	2021	2020				
Combust Industrial Ltda. Me	147.200	189.281				
Incomac Colombo Com. de Maqs.Ltda	143.340	41.453				
J.Colombo Comercial Agrícola Ltda	–	37.328				
Sistec Comércio e Serviços Ltda. – EPP	253.579	218.579				
Leonildo Colombo	3.933	59.355				
João Luiz Colombo	2.383	64.786				
Marisa Aparecida Andreotti Colombo	2.023	49.256				
Outros	2.383	61.739				
	554.843	721.776				
	Taxa Média Depreciação	Depreciação Custo Acumulada	2021			
10. Imobilizado			2020			
Máquinas e Equipamentos	7%	44.762.649,00 (30.661.318)	14.101.331,00			
12.748.907,00						
Móveis e Utensílios	7%	2.157.133,00 (1.637.802)	519.331,00			
675.131,00						
Prédios	3%	1.627.727,00 (485.986)	1.141.741,00			
1.142.819,00						
Terenos	0%	950.000,00	950.000,00			
950.000,00						
Veículos	10%	1.959.660,00 (1.959.660)	–			
21.993,00						
Beneficiários Bens Locados	3%	917.994,00 (413.129)	504.865,00			
550.515,00						
Moldes e Matrizes	3%	24.962.712,00 (10.802.470)	14.160.242,00			
16.629.380,00						
Instalações	7%	1.221.223,00 (993.305)	227.918,00			
363.629,00						
Outros	10%	7.637.269,00 (1.029.440)	6.607.829,00			
4.615.716,25						
	86.196.367 (47.983.110)	38.213.257	37.698.090			
Provisão para redução ao valor recuperável: A Administração da empresa e suas controladas não identificaram indícios de perdas que houvesse a necessidade de realizar o teste de redução no valor recuperável para esses ativos. A Administração considera que a projeção de geração futura de caixa é suficiente para cobertura de seus ativos. Bens dados em Garantia: Alguns bens do ativo imobilizado, no montante de R\$ 31.622.619,17 em 31 de dezembro de 2021, foram dados em garantia de empréstimos e financiamentos. Estes itens são representados, em sua grande maioria, por máquinas, equipamentos, terrenos e imóveis operacionais e não operacionais.						
11. Empréstimos e Financiamentos	Encargos e taxa de juros	Garantias	2021			
			2020			
Moeda nacional						
Finame	6,28% a.a.	Aval	–			
	CDI + 5,73%	Duplicatas/ Aval/ Imóveis	79.166,00			
Capital de giro	a.a.	Equipamentos de Informática	110.953.447			
		Duplicatas	86.731.613			
Leasing	4,90% a.a.	Veículos	–			
Duplicatas descontadas	18,05% a.a.	Aval	27.155			
Consortício	13,63% a.a.		2.505.442			
Conta garantida			–			
			129.171			
			36.685			
			110.990.133			
			89.495.456			
Moeda estrangeira						
	Variação do US\$ + CDI + 1,42% a.a.	Duplicatas/ Imóveis/ Máquinas e Equipamentos/ Aval	53.286.487			
ACC/ACE/PPE			31.319.624			
			53.286.487			
			31.319.624			
Total de empréstimos e financiamentos			164.276.620			
Circulante			120.815.080			
Não circulante			43.878.415			
			46.975.355			
			120.398.205			
			73.839.725			
Conforme Nota Explicativa nº10, os empréstimos e financiamentos estão garantidos por imóveis sendo eles operacionais e não operacionais, máquinas, equipamentos e duplicatas em cobrança. A Empresa e suas controladas não divulgam o valor justo dos empréstimos e financiamentos por entender que esse valor é muito próximo ao valor contábil. A parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante possui os seguintes vencimentos:						
			45.317.710			
			37.931.714			
			19.182.114			
			17.966.667			
			120.398.205			
			2021			
			2020			
2023			38.313.380			
2024			17.650.422			
2025			2.038.107			
2026			2.838.594			
			40.351.487			
			20.489.016			
			39.796.645			
			19.745.265			
			–			
			743.751			
			7.369.667			
			6.575.155			
			2021			
			2020			
2.313.394			3.289.426			
15.266.765			18.966.519			
17.580.159			22.255.945			
4.964.931			4.905.877			
12.615.228			17.350.068			
17.580.159			22.255.945			
15. Contingências – A Empresa, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia						
a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências, classificada dentro do grupo de despesas administrativas.						
			2021			
			2020			
Trabalhistas			1.051.831			
Cíveis			–			
Total			1.051.831			
			715.137			
Processos possíveis						
Cível			3.507.331			
Trabalhista			848.110			
Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. A Administração da Empresa e suas controladas declara que em 31 de dezembro de 2021 existe um montante de R\$ 3.507.331,45 de processos judiciais de natureza cível (R\$ 3.734.824,00 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 848.109,89 de processos judiciais de natureza trabalhista (R\$ 2.524.063,11 em 31 de dezembro de 2020) classificados pelos assessores jurídicos com perda possível. Referem-se basicamente a discussões de cobrança com terceiros e reclamações trabalhistas.						
16. Patrimônio líquido – Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 6.000.000, integralmente realizado, dividido em 6.000.000 (seis milhões) de quotas, cada uma no valor nominal de R\$ 1,00 (um real). Em 2021 o quadro societário foi alterado, ficando o capital social dividido da seguinte forma:						
			2021			
			2020			
	Quotas	Valor	Quotas			
			Valor			
7G Participações S.A.	3.144.000,00	3.144.000,00	–			
OD Colombo Participações S.A.	1.284.000,00	1.284.000,00	–			
JLC Trust – Participações S.A.	1.572.000,00	1.572.000,00	–			
Leonildo Colombo	–	–	–			
			– 1.572.000,00			
			1.572.000,00			
Luiz Herminio Colombo	–	–	–			
			– 1.572.000,00			
			1.572.000,00			
João Luiz Colombo	–	–	–			
			– 1.284.000,00			
			1.284.000,00			
Marisa Aparecida Colombo	–	–	–			
			6.000.000,00			
			6.000.000,00			
			6.000.000,00			
			6.000.000,00			
Ajuste de avaliação patrimonial: É composto do efeito referente à adoção do custo atribuído feita para o ativo imobilizado em 2018, deduzido do respectivo Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos. Reserva de incentivos fiscais: A Empresa possui benefícios fiscais de ICMS mediante a sistemática do crédito presumido conforme Portaria CAT nº 35, de 26 de maio de 2017 e Lei 12.973/2014 – artigo 30, parágrafo 4º. O benefício fiscal é oriundo do diferimento e redução do ICMS incidente nas saídas (vendas) de implementos agrícolas e peças para máquinas agrícolas. Desse modo a Empresa apurou a subvenção de ICMS relativo ao período de 2021 sendo contabilizado em dezembro desse mesmo período. Distribuição de Lucros: Foi distribuído o valor R\$ 2.876.444,83 de dividendos (representando 8,8% do lucro líquido após a reserva legal). À luz da política de liquidez e do plano de investimentos da Companhia, a administração sugere, com base no disposto no § 3º do art. 202 da Lei nº 6.404/76, que este valor seja aprovado como a distribuição máxima de dividendos referente ao exercício de 2021, devendo a totalidade do saldo remanescente do lucro líquido do exercício ser destinado para a constituição da Reserva de Lucros da Companhia.						
17. Receita Operacional Líquida	2021	2020				
Receita Bruta	372.454.091	238.559.473				
Receita bruta mercado interno	290.829.811	187.424.062				
Receita bruta mercado externo	81.572.412	51.097.412				
Receita de prestação de serviços	51.868	37.999				
(-) Impostos e devoluções	-58.351.659	-46.493.345				
	314.102.432	192.066.128				
As receitas operacionais da Empresa são oriundas das vendas de máquinas e equipamentos para a agricultura. Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime de competência.						
18. Custo	2021	2020				
Custos com Matéria Prima	143.716.005	66.695.793				
Custos com Pessoal	37.639.059	30.825.939				
Custos Indiretos de Fabricação	34.401.916	21.268.509				
Depreciação e amortização	3.662.230	1.091.115				
	219.419.210	119.881.356				
19. Despesas comerciais	2021	2020				
Despesas de pessoal e comissões	9.489.453	7.914.628				
Outras despesas comerciais	4.669.140	4.348.839				
Despesas com frete e exportação	9.800.868	6.329.092				
Provisão de Produtos Garantia	106.914	1.048.594				
	24.066.376	19.641.153				
20. Despesas gerais e administrativas	2021	2020				
Despesa com viagens	502.799	284.146				
Energia elétrica, água, telefone e internet	553.054	276.186				
Impostos, taxas e multas	231.959	51.158				
Locações	186.287	167.166				
Manutenções	254.699	200.699				
Pessoal (*)	10.280.892	8.522.824				
Serviços de terceiros	4.079.333	4.610.115				
Outros	1.237.313	1.571.545				
	17.326.335	15.683.839				
21. Resultado financeiro	2021	2020				
Receitas financeiras						
Juros ativos			142.256			
Rendimentos sobre aplicações financeiras			438.758			
Variação cambial			24.842.416			
Outros			104.601			
			25.528.031			
Despesas financeiras						
Juros pass						

PT-XGS ADMINISTRAÇÃO DE BEM PROPRIO S/A.

CNPJ(ME) 23.568.425/0001-05

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Balancos patrimoniais		Demonstrações de resultados		Demonstrações dos fluxos de caixa		
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
ATIVO			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Lei 11.638)		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	
ATIVO CIRCULANTE	3.961	3.212	Resultado Bruto	-	ATIVIDADES OPERACIONAIS	30
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	2.152	975	Despesas/Receitas Operacionais	(403)	Lucro líquido (prejuízo) do período	(370)
Cotas de fundos de investimentos	215	31	Despesas Gerais e Administrativas	(402)	Depreciações e amortizações	400
Outros títulos de renda fixa	1.937	944	Despesas tributárias	(2)	VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	(30)
OUTROS CRÉDITOS	1.809	2.237	Despesas de depreciação e amortização	(400)	(Aumento) diminuição de títulos e valores mobiliários	(1.177)
Diversos	1.809	2.237	Outras Despesas Operacionais	(1)	(Aumento) diminuição de outros créditos	428
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.133	3.533	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(403)	Aumento (diminuição) de obrigações por empréstimos	(2.289)
IMOBILIZADO DE USO	3.133	3.533	Resultado Financeiro	33	Aumento (diminuição) de outras obrigações	719
Outros bens do imob de uso	4.000	4.000	Receitas Financeiras	33	Caixa líquido (aplicado) consumido nas atividades operacionais	(1.500)
(Depreciações acumuladas)	(867)	(467)	Despesas Financeiras	(480)	ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.500
TOTAL DO ATIVO	7.094	6.745	Rendas de títulos e valores mobiliários	33	Integralização de capital	1.500
PASSIVO			Despesas Financeiras	(480)	Caixa líquido originado (aplicado) nas atividades de financiamento	-
PASSIVO CIRCULANTE	7.595	6.876	Despesas com obrigações por empréstimos	(480)	AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.500
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	2.362	2.362	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(370)	MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA	
Empréstimos no país	2.362	2.362	Resultado Líquido das Operações Continuadas	(370)	Caixa e equivalentes de caixa:	
OUTRAS OBRIGAÇÕES	5.233	4.514	Lucro/ (Prejuízo) do Período	(370)	No início do exercício	-
Impostos e contribuições sobre salários	57	50	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(370)	No fim do exercício	-
Demais impostos e contribuições a recolher	12	11	Nº de Ações	4.000,100	AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-
Provisões para pagamentos a efetuar	3	123	Lucro (prejuízo) por Ação:	(0,092)		
Diversos	5.161	4.330				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(501)	(131)				
Capital:	1.500	1.500	Demonstrações dos resultados abrangentes			
De domiciliados no país	4.000	4.000				
(Capital a realizar)	(2.500)	(2.500)				
Lucros / (Prejuízos) acumulados	(2.001)	(1.631)				
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	(501)	(131)				
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.094	6.745				

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A empresa PT-XGS ADMINISTRAÇÃO DE BEM PROPRIO S.A. foi constituída em 29 de outubro de 2015, e tem por objetivo social a administração e compartilhamento de bens próprios, visando o uso compartilhado entre os acionistas da Companhia. 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, e de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: 3.1. **Puração do resultado:** As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. 3.2. **Ativos e passivos circulantes e a longo prazo:** Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidos das correspondentes rendas, despesas a apropriar e, quando aplicável, provisões para perdas. 3.3. **Imobilizado:** O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo 10% a.a. para a Aeronave. 3.4. **Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base no lucro tributável, ajustado nos termos da legislação pertinente.

4. COMPOSIÇÃO DE SALDOS RELEVANTES:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante		
Títulos e valores mobiliários	2.152	975
Cotas de fundos de investimentos	215	31
Certificado depósito bancário	1.937	944
Outros Créditos - Diversos	1.809	2.237
Adiantamentos e antecipações	1.077	127
Impostos e contribuições a compensar	3	1
Pagamento a ressarcir	-	891
Devedores diversos - país	729	1.218
Passivo Circulante		
Obrigações por empréstimo	2.362	2.362
Empréstimo no país - CCB Planner CV S.A.	2.362	2.362
Outras obrigações	5.233	4.514
Impostos e contribuições sobre salário	57	50
Demais impostos e contribuições a recolher	12	11
Provisão de pgto. a efetuar	3	123
Credeiros diversos	5.161	4.330

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital Realizado	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total 31/12/21	Total Controladores
EVENTOS				
Saldos iniciais em 01/01/20	-	(755)	(755)	(755)
Mutações do Período	1.500	(876)	624	624
Aumento de capital	1.500	-	1.500	1.500
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	(876)	(876)	(876)
Saldos finais em 31/12/20	1.500	(1.631)	(131)	(131)
EVENTOS				
Saldos iniciais em 01/01/21	-	(1.631)	(1.631)	(1.631)
Mutações do Período	1.500	(370)	(370)	(370)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	(370)	(370)	(370)
Saldos finais em 31/12/21	1.500	(2.001)	(501)	(501)

5. IMOBILIZADO DE USO:

	2021		2020	
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Sistema de Transportes	4.000	(867)	3.133	3.533
Aeronave	4.000	(867)	3.133	3.533
Total	4.000	(867)	3.133	3.533

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) **Capital Social:** O capital social subscrito é de R\$ 4.000, dividido em 4.000.100 ações todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal. b) **Reserva legal:** Do resultado apurado em cada exercício social, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o montante de 20% do capital social. O saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral. 7. **JUROS DE CAPITAL PRÓPRIO:** Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram pagos juros sobre capital próprio, conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95. 8. **CONTINGÊNCIAS:** Impostos e contribuições permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

A DIRETORIA • REINALDO DANTAS - Contador CRC TSP 110330/O-6.

GK10B Educação No Agronegócio I Participações S.A

(em fase de constituição)

Ata da Assembleia de Constituição Realizada em 13 de janeiro de 2022

1. **Data e Horário:** Aos 13 dias do mês de janeiro de 2022, às 10:00 horas. 2. **Local:** Assembleia de Constituição realizada na Av. Magalhães de Castro, 4800, Torre 1, 12º andar, Jardim Panorama, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05676-120. 3. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, face à presença da totalidade dos acionistas fundadores/subscritores, a seguir nomeados e qualificados: (a) **10B AGFOOD & Nature Fund Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 42.462.717/0001-03, regido pelo seu regulamento, pela Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993, pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 472, de 31 de outubro de 2008, conforme alterada (Instrução CVM 472), e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, com sede na Av. Magalhães de Castro, 4800, Torre 1, 12º andar, Jardim Panorama, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05676-120 (10b), neste ato representado por sua instituição gestora **10B Gestora de Recursos Ltda.**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Av. Magalhães de Castro, 4800, Torre 1, 12º andar, Jardim Panorama, CEP 05676-120, inscrita no CNPJ/ME sob nº 35.098.686/0001-80, devidamente autorizada pela CVM para administrar carteira de títulos e valores mobiliários, conforme Ato Declaratório nº 18.020, de 10 de agosto de 2020, neste ato, representado na forma de seu contrato social, por seus diretor **Marcelo Guimarães Lopo Lima**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 23.417.812-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 132.483.688-10, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Magalhães de Castro, 4800, Torre 1, 12º andar, Jardim Panorama, CEP 05676-120; e (b) **Good Karma Fund Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 41.132.860/0001-66, regido pelo seu regulamento, pela Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993, pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 472, de 31 de outubro de 2008, conforme alterada (Instrução CVM 472), e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, com sede na Rua dos Pinheiros, 870, 13º andar, conj. 133, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 05422-001 (GK), neste ato por sua instituição gestora a **Good Karma Ventures Gestora de Recursos Ltda.**, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.894, conjunto 81, Jardim Paulistano, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451-902, inscrita no CNPJ sob o nº 39.454.389/0001-80, autorizada pela CVM para administrar carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório nº 18.517, de 10 de março de 2021, neste ato, representado na forma de seu contrato social, por seus diretores **Eduardo Silveira Mufarej**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, RG nº 27.074.850-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 263.395.488-06, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Horácio Lafer, nº 702, 3º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-083 e **Thomaz de Carvalho Pacheco e Silva**, brasileiro, solteiro, nascido em 27/06/1986, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 33.682.704-0 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 361.063.188-08, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Antunes, nº 259, apt 33, Pinheiros, CEP 05415-010. 4. **Mesa:** Assumiu a Presidência da Mesa, por consenso dos presentes, o Sr. **Thomaz de Carvalho Pacheco e Silva**, que convidou, a mim, **André de Escobar Ferraz Campos**, para secretariar os trabalhos. 5. **Providências Preliminares:** O Presidente da Mesa (i) declarou instalada a Assembleia, informando, como era de conhecimento de todos, que ela tinha como objetivo a constituição de uma sociedade por ações de capital fechado, sob a denominação de "GK10B Educação No Agronegócio I Participações S.A.", na forma do projeto de Estatuto Social (Anexo I) que se encontrava sobre a mesa. O projeto de Estatuto Social foi entregue a todos os presentes, foi lido, discutido e aprovado por unanimidade, tendo sido assinado em duplicata por todos os acionistas fundadores/subscritores; (ii) informou, ainda, que os boletins de subscrição (Anexo II) do capital social encontravam-se sobre a mesa. Os acionistas fundadores subscreveram e integralizaram, no ato, a totalidade do capital social, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, tendo sido subscritas e integralizadas 500 (quinhentas) ações, pelo valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pela 10b, acima qualificada, e 500 (quinhentas) ações, pelo valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pela GK, acima qualificada, perfazendo o total de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que o montante de R\$ 100,00 (cem reais) equivalente a 10% (dez por cento) do capital social total da Companhia foi devidamente depositado em conta corrente no Banco Itaú, conforme comprova o recibo de depósito no Banco Itaú (Anexo III); (iii) tendo em vista que os requisitos preliminares exigidos pelo Art. 80 da Lei nº 6.404/76 foram cumpridos, declarou constituída, de pleno direito, a sociedade por ações de capital fechado, denominada GK10B Educação No Agronegócio I Participações S.A., que passa a ser regida pelo Estatuto Social igualmente aprovado. 6. **Deliberações:** Foi aprovada, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: 5.1. a constituição da "GK10B Educação No Agronegócio I Participações S.A." (doravante denominada simplesmente como "Companhia"), com o capital social totalmente subscrito e integralizado, conforme acima mencionado, de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal; 5.2. a definição de que a Companhia tem sede social na Av. Magalhães de Castro, 4800, Torre 1, 12º andar, Jardim Panorama, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05676-120; 5.3. a aprovação do Estatuto Social da Companhia, na forma do Anexo I à presente ata; 5.4. a eleição dos membros da Diretoria da Companhia, tendo sido eleitos para compor o referido órgão da administração os Srs. (i) **André de Escobar Ferraz Campos**, brasileiro, solteiro, nascido em 21/09/1992, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 35.572.340-2 SSP-SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 399.921.898-35, residente e domiciliado na Rua Itacema, 246 apt 42, CEP 04530-050, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e (ii) **Thomaz de Carvalho Pacheco e Silva**, brasileiro, solteiro, nascido em 27/06/1986, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 33.682.704-0 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 361.063.188-08, residente e domiciliado à Rua Joaquim Antunes, nº 259, apt 33, Pinheiros, CEP 05415-010, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sendo que ambos eleitos para um mandato de 3 (três) anos, e que declararam estar totalmente desimpedidos, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, para o exercício de suas funções. Os Diretores ora eleitos tomam posse na presente data, por meio da assinatura dos respectivos Termos de Posse que integram a presente ata como seu Anexo IV; 5.5. a determinação que as publicações ordenadas pela Lei nº 6.404/76 sejam feitas no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e/ou no "Diário do Comércio"; 5.6. dispensar a instalação do Conselho Fiscal da Companhia, conforme facultado pelo artigo 161 da Lei nº 6.404/76 e pelo artigo 20 do Estatuto Social ora aprovado; e 5.7. desde logo entregar todos os documentos, livros e/ou papéis relativos à constituição da Companhia ou a ela pertencentes, aos primeiros administradores assim eleitos para as providências legais cabíveis, incluindo, mas não se limitando a todas as formalidades remanescentes para registro da constituição da Companhia perante os órgãos competentes. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, susponderam-se os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi esta lida, achada conforme e assinada pela Secretário, pelo Presidente da Mesa e por todos os acionistas fundadores/subscritores presentes. São Paulo, 13 de janeiro de 2022. **Mesa: Thomaz de Carvalho Pacheco e Silva** - Presidente da Assembleia. **Acionistas: André de Escobar Ferraz Campos** - Secretário da Assembleia; **10B AGFOOD & Nature Fund Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, Por: **10B Gestora de Recursos Ltda. Marcelo Guimarães Lopo Lima; Good Karma Fund Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, Por: **Good Karma Ventures Gestora de Recursos Ltda. Eduardo Silveira Mufarej e Thomaz de Carvalho Pacheco e Silva. Advogado responsável:** Gustavo Abud Navachia - OAB/SP nº 326.009. JUCESP/NIRE nº 3530058721-9 em 22/02/22. **Gisela Simiema Ceschin** - Secretária Geral. **ANEXO I - Estatuto Social. Capítulo I - Nome Empresarial, Sede, Objeto e Prazo de Duração. Artigo 1.** A GK10B Educação No Agronegócio I Participações S.A. é uma sociedade por ações que se rege por este Estatuto Social, pela legislação aplicável e por acordos de acionistas que estejam eventualmente arquivados em sua sede. **Artigo 2.** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Magalhães de Castro, 4800, Torre 1, 12º andar, Jardim Panorama, CEP 05676-120, podendo, por decisão da Assembleia Geral, criar e encerrar filiais ou escritórios em qualquer local no país. **Artigo 3.** A Companhia tem por objeto a atividade de holding de instituição não financeira. **Artigo 4.** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II - Capital Social. Artigo 5.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **§ 1.** Cada ação ordinária representativa do capital social da Companhia conferirá ao seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. **§ 2.** A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias. **§ 3.** A Companhia disponibilizará, quando solicitado por qualquer de seus acionistas, cópia de contratos com Partes Relacionadas da Companhia, acionistas, administradores e/ou empregados da Companhia e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia. **Artigo 6.** A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes de acordo de acionistas eventualmente arquivados em sua sede. **Capítulo III - Assembleia Geral. Artigo 7.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem. Parágrafo Único. As Assembleias Gerais poderão ser presenciais, semi-presenciais ou digitais, por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônico que permita a identificação e comunicação entre os participantes, sendo para tanto considerados presentes às Assembleias Gerais e devendo confirmar seu voto através de declaração por escrito encaminhada ao presidente da mesa, por carta ou correio eletrônico, logo após o término da reunião, conforme legislação aplicável. **Artigo 8.** A Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer acionista, representante ou procurador destes, ou administrador da Companhia escolhido pela maioria dos acionistas presentes, cabendo ao Presidente da Assembleia Geral indicar o Secretário, que poderá ser ou não acionista da Companhia. **Artigo 9.** A convocação para a Assembleia Geral deverá ser feita por qualquer membro da Diretoria. **Capítulo IV - Administração. Artigo 10.** A Companhia é administrada pela Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social. **Artigo 11.** A investidura nos cargos da administração far-se-á por termo lavrado no livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão. **Artigo 12.** A Assembleia Geral fixará a remuneração global anual dos administradores assim como a distribuição de referida verba individualmente entre os membros da administração. **Artigo 13.** A Diretoria será composta por 02 (dois) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, e por esta destituíveis a qualquer tempo, sendo todos Diretores sem designação específica. Os Diretores terão prazo de mandato unificado de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição. **§ Único.** No caso de vacância de cargo da Diretoria, a respectiva substituição será deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas, a ser convocada no prazo de 10 (dez) dias, contados da

vacância. **Artigo 14.** Compete à Diretoria a representação da Companhia, ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei ou no presente Estatuto Social. **Artigo 15.** Observadas as disposições contidas no presente Estatuto Social, a representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, compete aos Diretores, mediante a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores sem designação específica. Os quais poderão praticar qualquer ato de forma individual e independente, sem a necessidade de qualquer aprovação prévia, ou aos procuradores por eles nomeados, agindo nos termos dos poderes então conferidos. **§ 1.** As proações serão outorgadas em nome da Companhia pela assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores sem designação específica, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter um período máximo de validade de 01 (um) ano. **§ 2.** Na ausência de determinação de período de validade nas proações outorgadas pela Companhia, presumir-se-á que as mesmas foram outorgadas pelo prazo de 01 (um) ano. **Artigo 16.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer acionista, Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como conceder fianças, avais, ou qualquer outra forma de garantia, bem como onerar ou alienar bens imóveis da Companhia, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral de Acionistas. **Artigo 17.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mediante convocação por qualquer dos Diretores, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, devendo constar da convocação a data, horário e os assuntos que constarão da ordem do dia. As atas correspondentes serão lavradas no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria. As reuniões da Diretoria serão instaladas mediante o comparecimento da maioria de seus membros. As decisões das reuniões da Diretoria deverão ser tomadas pela maioria dos votos dos membros presentes. **Capítulo V - Conselho Fiscal. Artigo 18.** O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei. Parágrafo Único. O Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. **Capítulo VI - Exercício Social e Lucros. Artigo 19.** O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano. **§ 1.** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras da Companhia, com observância dos preceitos legais pertinentes e as quais deverão ser auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários. **§ 2.** Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria da Companhia apresentará à Assembleia Geral a proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na Lei nº 6.404/76. **Artigo 20.** O lucro líquido apurado nas demonstrações financeiras terá a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento) para a constituição do fundo de reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social; b) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição entre os acionistas, como dividendo obrigatório; e c) o saldo excedente, conforme destinação deliberada em Assembleia Geral. **Artigo 21.** Por proposta da Diretoria, aprovada pela Assembleia Geral, poderá a Companhia pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social. **Artigo 22.** A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral: a) o pagamento de dividendo ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, ou em períodos inferiores, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; b) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; e c) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver. **Artigo 23.** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia. **Capítulo VII - Resolução de Disputas. Artigo 24.** Este Estatuto será regido, interpretado e aplicado conforme as Leis da República Federativa do Brasil. **Artigo 25.** Todo e qualquer litígio e/ou controvérsia oriundo de e/ou relativo a este Estatuto Social, dentre outros, aqueles que envolvam sua validade, eficácia, violação, interpretação, término, rescisão e/ou seus consectários, deverão ser notificados por uma Acionista à outra, que evitarão seus melhores esforços para dirimi-los de modo amigável por meio de negociações diretas mantidas de boa-fé, em prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis contados da data do início espontâneo das negociações por qualquer das acionistas e por qualquer meio, incluindo cartas, conversas telefônicas, reuniões, e-mails, etc. **§ 3.** Na hipótese de impossibilidade de solução amigável na forma da Cláusula acima, as acionistas expressamente concordam que todas e quaisquer disputas oriundas deste Estatuto Social ou a ele relacionadas, inclusive quanto a sua existência, validade, eficácia, interpretação, execução, extinção e/ou rescisão ("Disputas"), envolvendo quaisquer das acionistas e/ou a Companhia, inclusive seus sucessores a qualquer título, serão resolvidas por arbitragem, administrada pela Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial (CAMARB), nos termos de seu regulamento de arbitragem em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem ("Regulamento"), com exceção das alterações aqui previstas e da Lei nº 9.307/96. **§ 4.** O tribunal arbitral será composto por 3 árbitros, dos quais 1 será nomeado pela(s) requerente(s) e 1 pela(s) requerida(s), nos termos do Regulamento. Se houver mais de um requerente e/ou mais de um requerido, os requerentes e/ou requeridos deverão indicar em conjunto seu respectivo árbitro. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral, será escolhido em conjunto pelos 2 (dois) árbitros nomeados pelas partes da arbitragem. Caso as partes da arbitragem não nomeiem seus respectivos árbitros, ou caso os árbitros nomeados pelas partes da arbitragem não nomeiem o terceiro árbitro nos termos do Regulamento, as nomeações faltantes serão feitas pelo presidente do CAMARB, na forma do Regulamento. Toda e qualquer controvérsia relativa à indicação dos árbitros pelas partes da arbitragem, bem como a escolha do terceiro árbitro, será dirimida pelo CAMARB. As acionistas e a Companhia, de comum acordo, afastam a aplicação de dispositivo do Regulamento que limite a escolha do presidente do tribunal arbitral à lista de árbitros da CAMARB. **§ 5.** Na hipótese de procedimentos arbitrais em conjunto, 3 (três) ou mais partes em que estas não possam ser reunidas em blocos de requerentes e requeridas, todas as partes da arbitragem em conjunto, nomearão 2 (dois) árbitros dentro de 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação da secretaria do CAMARB nesse sentido. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral, será escolhido pelos árbitros nomeados pelas partes da arbitragem dentro de 15 (quinze) dias a partir da aceitação do encargo pelo último árbitro ou, caso isso não seja possível por qualquer motivo, pelo presidente do CAMARB, de acordo com o Regulamento. Caso as partes da arbitragem não nomeiem conjuntamente os 2 (dois) árbitros, todos os membros do tribunal arbitral serão nomeados pelo presidente do CAMARB, de acordo com o Regulamento, que designará um deles para atuar como presidente do tribunal arbitral. **§ 6.** A sede da arbitragem será a cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil, local em que será proferida a sentença arbitral. O idioma da arbitragem será o português. A Lei nº 9.307/96 será a lei aplicável à arbitragem. O tribunal arbitral deverá julgar o mérito da Disputa de acordo com o direito brasileiro aplicável, sendo vedado o julgamento por equidade. **§ 7.** O tribunal arbitral poderá conceder as tutelas urgentes, provisórias e definitivas que entender apropriadas, inclusive as voltadas ao cumprimento específico das obrigações previstas neste Acordo. Qualquer ordem, decisão, determinação ou sentença proferida pelo tribunal arbitral será final e vinculante sobre as partes da arbitragem, seus sucessores e/ou a Companhia, que renunciam expressamente a qualquer recurso. A sentença arbitral poderá ser executada perante qualquer autoridade judiciária que tenha jurisdição sobre as acionistas, a Companhia e/ou seus ativos. **§ 8.** As acionistas e a Companhia elegem o foro central da comarca de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para os fins exclusivos de obter medidas urgentes para proteção ou salvaguarda de direitos previamente à instauração do tribunal arbitral, sem que isso seja considerado como renúncia à arbitragem. Qualquer medida concedida pelo Poder Judiciário deverá ser prontamente notificada pela parte que requereu tal medida à CAMARB. O tribunal arbitral, uma vez constituído, poderá rever, manter ou revogar as medidas concedidas pelo Poder Judiciário. **§ 9.** As acionistas e a Companhia comprometem-se a não divulgar (e a não permitir a divulgação de) quaisquer informações de que tomem conhecimento e quaisquer documentos apresentados na arbitragem, que não sejam, de outra forma, de domínio público, quaisquer provas e materiais produzidos na arbitragem e quaisquer decisões proferidas na arbitragem, salvo se e na medida em que (i) o dever de divulgar essas informações decorrer da lei; (ii) a revelação dessas informações for requerida por uma autoridade governamental ou determinada pelo poder judiciário; (iii) essas informações tornarem-se públicas por qualquer outro meio

Publicidade Legal

ZHOU ADMINISTRAÇÃO DE BEM PROPRIO S/A.

CNPJ(ME) 23.568.401/0001-48

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Balancos patrimoniais		Demonstrações de resultados				Demonstrações dos resultados abrangentes				
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20		31/12/21	31/12/20		31/12/21	31/12/20
ATIVO					DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Lei 11.638)			RESULTADO DO PERÍODO		
ATIVO CIRCULANTE	173	91	Resultado Bruto	-	-	(637)	(640)	RESULTADO ABRANGENTE	(637)	(640)
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	155	39	Despesas/Receitas Operacionais	(640)	(640)	(637)	(640)		(637)	(640)
Cotas de fundos de investimentos	94	39	Despesas Gerais e Administrativas	(640)	(640)					
Outros títulos de renda fixa	61	39	Despesas de depreciação e amortização	(640)	(640)					
OUTROS CRÉDITOS	3	52	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(640)	(640)					
Diversos	3	52	Resultado Financeiro	3	-					
OUTROS VALORES E BENS	15	-	Receitas Financeiras	3	-					
Outros valores e bens	15	-	Rendas de títulos e valores mobiliários	3	-					
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.129	1.769	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(637)	(640)					
IMOBILIZADO DE USO	1.129	1.769	Resultado Líquido das Operações Continuadas	(637)	(640)					
Outros bens do imob de uso	3.200	3.200	Lucro/ (Prejuízo) do Período	(637)	(640)					
(Depreciações acumuladas)	(2.071)	(1.431)	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(637)	(640)					
TOTAL DO ATIVO	1.302	1.860	Nº de Ações	3.200,100	3.200,100					
			Lucro (prejuízo) por Ação:	(0,199)	(0,200)					
PASSIVO										
PASSIVO CIRCULANTE	171	92	Demonstração das mutações do patrimônio líquido							
OUTRAS OBRIGAÇÕES	171	92	Capital	Lucros ou Prejuízos	Total	Capital	Lucros ou Prejuízos	Total		
Impostos e contribuições sobre salários	4	10	Realizado	Acumulados	31/12/20	Realizado	Acumulados	31/12/21	Controladores	Controladores
Demais impostos e contribuições a recolher	2	2	Saldos iniciais em 01/01/20	(792)	2.408	3.200	(792)	2.408	2.408	2.408
Provisões para pagamentos a efetuar	19	9	Mutações do Período	(640)	(640)	-	(640)	(640)	(640)	(640)
Diversos	146	71	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(640)	(640)	-	(640)	(640)	(640)	(640)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.131	1.768	Saldos finais em 31/12/20	3.200	1.768	3.200	(1.432)	1.768	1.768	1.768
Capital:	3.200	3.200	EVENTOS	Realizado	Acumulados	31/12/21	Controladores	Controladores		
De domiciliados no país	3.200	3.200	Saldos iniciais em 01/01/21	3.200	(1.432)	1.768	1.768	1.768		
Lucros / (Prejuízos) acumulados	(2.069)	(1.432)	Mutações do Período	-	(637)	(637)	(637)	(637)		
Patrimônio líquido atribuído aos controladores	1.131	1.768	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(637)	(637)	(637)	(637)	(637)		
TOTAL DO PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.302	1.860	Saldos finais em 31/12/21	3.200	(2.069)	1.131	1.131	1.131		

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A empresa ZHOU ADMINISTRAÇÃO DE BEM PROPRIO S.A. foi constituída em 29 de outubro de 2015, e tem por objetivo a administração de bem próprio. 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações contábeis foram preparadas com base nas práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, e de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: 3.1. Apuração do resultado: As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. 3.2. Ativos e passivos circulantes e a longo prazo: Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidos das correspondentes rendas, despesas a apropriar e, quando aplicável, provisões para perdas. 3.3. Imobilizado de Uso: O imobilizado de uso está contabilizado ao custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo de 20% para Embarcações. 3.4. Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: O imposto de renda da pessoa jurídica

e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base no lucro tributável, ajustado nos termos da legislação pertinente.

4. COMPOSIÇÃO DE SALDOS RELEVANTE:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante		
Títulos e valores mobiliários	155	39
Certificado depósito bancário	61	39
Cotas fundos de investimentos	94	3
Outros créditos - Diversos	3	52
Adiantamentos e antecipações	-	-
Pagamentos a ressarcir	-	46
Devedores diversos - pais	3	-
Outros valores e bens	15	-
Seguros	15	-

	2021	2020
5. IMOBILIZADO DE USO		
Imobilizado		
Sistema de Transportes	3.200	(2.071)
Embarcação	3.200	(2.071)
Total	3.200	(2.071)
6. CAPITAL SOCIAL: O capital social subscrito é de R\$ 3.200, dividido em 3.200,100 ações nominativas, sem valor nominal. Do resultado apurado em cada exercício social, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o montante de 20% do capital social. O saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral. 7. CONTINGÊNCIAS: Impostos e contribuições permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.		
A DIRETORIA • REINALDO DANTAS - Contador CRC 1SP 110330/O-6.		

Tergos Pesquisa e Ensino Ltda.

CNPJ/MF nº 21.455.477/0001-31 – NIRE 35.230.621.812
Instrumento Particular de 1ª Alteração do Contrato Social para Transformação em Sociedade Anônima

Pelo presente instrumento particular, (i) Marcelo Victor Pires de Sousa, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 20.010.130.046-02 – SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 016.405.643-22, residente e domiciliado na Avenida Professor Lineu Prestes, nº 2.242, CIETEC sala 235, Butantã, São Paulo-SP, CEP 05508-000; e (ii) Reinaldo de Oliveira Opice, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, portador do RG nº 4836048 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 042.305.118-09, residente e domiciliado na Rua Massacá, nº 325, apto G72, Alto de Pinheiros, CEP 05465-050, São Paulo-SP, únicos sócios da sociedade empresária limitada Tergos Pesquisa e Ensino Ltda., com sede na Avenida Professor Lineu Prestes, nº 2.242, 2º andar, sala 278, Butantã, CEP nº 05508-000, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35230621812 em 22 de setembro de 2017 e devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.455.477/0001-31; têm entre si justo e acordado alterar referido Contrato Social, procedendo da seguinte forma: 1. Alteração de endereço da Sociedade. 1.1 Os sócios decidem alterar o endereço da Sociedade para a Avenida Professor Lineu Prestes, nº 2.242, CIETEC sala 235, Butantã, São Paulo-SP, CEP 05508-000. 2. Transformação da Sociedade para Sociedade Anônima. 2.1 Os sócios decidem transformar a Sociedade em sociedade anônima, cuja denominação passa a ser Tergos Pesquisa e Ensino S.A., em continuação e sucessão à sociedade limitada ora transformada, sem solução de continuidade, não havendo, portanto, nova sociedade, mas apenas a transformação do tipo social mais adequado aos seus interesses e finalidades. 2.2 Os sócios, acima qualificados, titulares de 1.000 (mil) quotas representativas do capital social da Sociedade de valor nominal igual a R\$ 1,00 (um real), totalizando R\$ 1.000,00 (mil reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, passarão a ser titulares de 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, respeitando-se as respectivas participações societárias, conforme boletins de subscrição que constam com Anexo I-A e I-B desse instrumento. Assim, as ações ordinárias serão distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

Nome do Sócio	Ações	Porcentagem
Marcelo Victor Pires de Sousa	999	99,99%
Reinaldo de Oliveira Opice	1	0,01%
Total	1.000	100%

3. Aprovação de Estatuto Social. 3.1 Foi aprovado o estatuto social da Companhia, cuja minuta consta no Anexo II desse instrumento, que passa a regular o seu funcionamento. 4. Eleição da diretoria. 4.1 A Diretoria foi eleita, conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de março de 2021. São Paulo, 19 de março de 2021. Marcelo Victor Pires de Sousa – Sócio administrador; Reinaldo de Oliveira Opice – Sócio. Testemunhas: Nome: Gerson Albergue Rolim, RG: 826.486 – SSP/DF, CPF/MF: 539.429.141-15; Nome: Ana Paula de Freitas Rodrigues, RG: 25.741.291-8 SSP/SP, CPF/MF: 248.265.898-59. Visto do Advogado: Eduardo Costa da Silva, OAB/SP 211.063. Anexo III – Estatuto Social da Tergos Pesquisa e Ensino S.A. Tergos Pesquisa e Ensino S.A. CNPJ/MF nº 21.455.477/0001-31. Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Sede e Duração. 1.1 A Tergos Pesquisa e Ensino S.A., sociedade anônima por ações, rege-se pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. 1.2 A Companhia tem sede e foro no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Professor Lineu Prestes, nº 2.242, CIETEC sala 235, Butantã, São Paulo-SP, CEP 05508-000. 1.3 Por deliberação da Diretoria, poderão ser criados e encerrados escritórios, filiais, sucursais, estabelecimentos ou representações da Companhia em qualquer parte do território nacional ou fora dele. 1.4 A Companhia tem prazo de duração indeterminado. Capítulo II – Objeto Social. 2.1 A Companhia tem por objeto social: (i) Holding de instituições não financeiras; (ii) Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais; (iii) Atividades educacionais independentes; (iv) Licenciamento do uso de marcas e patentes; (v) Licenciamento de softwares não customizáveis; (vi) Desenvolvimento de softwares não customizáveis; (vii) Tratamento e processamento de dados, provedores de serviços de

aplicação na internet; (viii) Serviço de Consultoria e Assessoria na área da Saúde; (ix) Consultoria em Gestão Empresarial, Exceto Consultoria Técnica Específica; e (x) Treinamento profissional. Capítulo III – Capital Social. 3.1 O capital social da Companhia é de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizadas, em moeda corrente nacional. 3.1.1 É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias. 3.1.2 As ações são indivisíveis perante a Companhia que não reconhecerá mais que um proprietário para cada unidade. 3.1.3 Cada ação ordinária confere aos seus titulares direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia e direito a participação nos lucros, bem como os demais direitos previstos em lei. 3.2 Ressalvada qualquer disposição em contrário em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, a Companhia poderá, mediante deliberação da Assembleia Geral, negociar com suas próprias ações, nas hipóteses expressamente previstas na Lei nº 6.404/76. A negociação com suas próprias ações para fins de aquisição, alienação, manutenção em tesouraria ou cancelamento será permitida desde que até o valor do saldo de lucros ou reservas, exceto a reserva legal, e sem diminuição do capital social. Capítulo IV – Assembleia Geral. 4.1 A Assembleia Geral rege-se à pelo disposto no Capítulo XI da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. 4.1.1 A Assembleia Geral tem competência para decidir sobre assuntos de interesse da Companhia, à exceção dos que, por disposição legal ou por força do presente Estatuto, forem reservados à competência dos órgãos de administração. 4.2. Serão objeto de apreciação de Assembleia Geral as seguintes matérias: i) aprovação de orçamentos anuais e plurianuais de operação e investimentos; ii) divulgação de relatório da administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria; iii) análise de proposta de destinação do lucro do exercício, o pagamento de juros sobre o capital próprio e a distribuição de dividendos, o que poderá inclusive ocorrer, na forma de dividendos intercalares ou intermediários, a serem declarados com base em balanço a ser levantado na forma do item 7.1.1 e, quando necessário, apresentar o orçamento de capital; iv) escolha e destituição dos auditores independentes; v) autorização de aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posteriormente aliená-las, bem como deliberar aumento de capital dentro do limite do capital autorizado; vi) apreciação de propostas de realização de operações de fusão, cisão, incorporação em que a Companhia ou suas sociedades controladas sejam parte ou objeto, bem como sobre a constituição de sociedades ou a sua transformação em outro tipo de sociedade, cujos valores ultrapassem os limites de alçada da Diretoria definidos pelo Conselho de Administração; vii) autorização à Companhia participar em outras sociedades, bem como alienar ou prometer alienar participações societárias; viii) autorização de operações que envolvam alienação, oneração, licenças ou uso de marcas, patentes e tecnologia; ix) autorização de alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias às obrigações de terceiros, bem como atos e contratos, sempre que o valor, em quaisquer dos casos enumerados nesta alínea, exceda os limites por este Estatuto; x) deliberação sobre a formulação de políticas da Companhia referente a Plano de Opções de Compra de ações, bem como de participação nos resultados para administradores e empregados a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral; xi) deliberação sobre a emissão pública de notas promissórias (commercial papers), de debêntures ou quaisquer outros valores mobiliários conforme proposta realizada pela Diretoria; xii) aprovação de assinatura de contratos com partes relacionadas; xiii) aumento do capital social da Companhia; xiv) constituição de comitês técnicos ou consultivos e acompanhar o cumprimento das atribuições de tais comitês; e xv) deliberação sobre os casos omissos, bem como sobre quaisquer outras matérias previstas neste Estatuto. Capítulo V – Administração. Seção I – Disposições Gerais. 5.1 A administração da Companhia competirá, na forma da lei e desse Estatuto Social, à Diretoria. Seção III – Diretoria. 5.2 A Diretoria será composta por 2 (dois) membros, residentes no Brasil, acionistas ou não, todos com prazo de gestão de 3 (três) anos, admitida a reeleição. 5.3 Os membros da Diretoria serão eleitos por Assembleia Geral, e serão denominados como Diretor Presidente e Diretor sem designação específica. 5.4 No caso de vacância do cargo de qualquer um dos membros da Diretoria, o(s) membro(s) remanescente(s) da Diretoria convocará, em até 8 (oito) dias úteis, Assembleia Geral com o escopo de eleição de membro substituto, que deverá completar o mandato de seu antecessor.

5.5 Os Diretores permanecerão no efetivo exercício de seus cargos até a investidura de seus sucessores. 5.6 A remuneração dos Diretores será fixada na Assembleia Geral. 5.7 Compete à Diretoria exercer as funções de representação da Companhia, na forma da lei, tais quais: i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e acompanhar o seu desenvolvimento; ii) estabelecer a estrutura administrativa da Companhia; iii) distribuir, dentro dos limites estabelecidos pela Assembleia Geral Ordinária, a remuneração referente à participação de empregados nos resultados; iv) estabelecer planos previdenciários e benefícios para os empregados e administradores da Companhia; v) convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, nos casos previstos em lei e no presente estatuto; e vi) determinar a criação e o encerramento de escritórios, filiais, sucursais, estabelecimentos ou representações da Companhia em qualquer parte do território nacional ou fora dele. 5.8 Sem prejuízo dos atos da Diretoria, deverá ser submetida à apreciação e autorização de Assembleia Geral a realização dos seguintes atos: i) prática de qualquer ato ou série de atos para a mesma finalidade praticados no período de 1 (um) mês, que implique(m) o exercício ou a renúncia de direito, pagamento ou assunção de obrigação, ou responsabilidades para a Companhia, de valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); ii) pagamento de quaisquer tributos, incluindo, exemplificativamente, impostos, taxas, contribuições, devidas às autoridades fiscais em nível municipal, estadual ou federal, de valor igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); e iii) aquisição, disposição ou oneração de quaisquer bens móveis ou participações societárias de titularidade da Companhia, independentemente de valor. 5.8.1 A representação ativa e passiva da Companhia em atos, contratos e operações que impliquem em responsabilidade da Companhia competirá à Diretoria, representada mediante instrumento assinado: (i) por qualquer Diretor isoladamente, para representar a Companhia na assunção ou cumprimento de obrigações que envolvam valores de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais); e (iii) por 2 (dois) Diretores em conjunto, por 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador com poderes específicos, por 2 (dois) procuradores com poderes específicos. 5.8.2 A Companhia será representada por qualquer Diretor isoladamente, e sem as formalidades previstas neste artigo ou, por um procurador com poderes específicos, nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais e na prestação de depoimentos pessoais. 5.9 Todas as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto e deverão especificar todos os poderes outorgados e, exceto as procurações "ad judicia", deverão ter duração de até 1 (um) ano. 5.10 Quaisquer atos praticados pelos Diretores ou por procuradores da Companhia em nome desta e que sejam estranhos ao objeto social são expressamente proibidos e nulos de pleno direito. 5.11 Dos trabalhos e deliberações da Diretoria, se tomados em reunião, será lavrada, no Livro de Registro de Atas de Reuniões de Diretoria, ata, na forma de sumário, assinada pelos Diretores presentes à reunião. Capítulo VI – Conselho Fiscal. 6.1 O Conselho Fiscal poderá ser instalado a pedido de acionistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital votante e será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros eleitos pela Assembleia Geral. 6.2 Ao Conselho Fiscal compete exercer as atribuições previstas no artigo 163 da Lei nº 6.404/76. Capítulo VII – Exercício Social, Lucros e Dividendos. 7.1 O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, data em que a Diretoria elaborará as demonstrações financeiras previstas em lei. 7.1.1 A Diretoria está autorizada a (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais. 7.2 Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício. Capítulo VIII – Liquidação. 8.1 Por ocasião da liquidação da Companhia, o liquidante será indicado pela Assembleia Geral. Capítulo IX – Solução de Controvérsias. 9.1 Os acionistas e a Companhia elegem o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer que surjam em decorrência do presente Estatuto e da Companhia." Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 297.767/21-5 e NIRE 35.300.571.878 em 29/06/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Dólar sobe 0,43% com exterior após sinais duros do Federal Reserve

Após certa oscilação pela manhã, quando chegou a operar pontualmente em baixa, o dólar se firmou em alta ao longo da tarde e encerrou os negócios nesta terça-feira, 19, acima da linha de R\$ 4,65. Esse movimento se deu em sintonia com o fortalecimento global da moeda norte-americana e o avanço

das taxas dos Treasuries, em meio a especulações de que o Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) pode promover um ajuste monetário mais rápido e intenso. Até mesmo uma alta de 0,75 ponto da taxa básica americana (Fed Funds) em maio entrou no radar, embora de forma minoritária, na esteira de declarações da segunda-feira

à noite do presidente do Fed de St. Louis, James Bullard. O índice DXY – que mede o desempenho do dólar frente a uma cesta de seis divisas fortes – operou em alta ao longo do dia, tendo ultrapassado os 101,000 pontos na máxima. As divisas emergentes caíram em bloco, com o rand sul africano perdendo mais de 2% e o peso mexi-

cano com queda superior a 1% – ambos considerados os dois principais pares do real. Apesar do recrudescimento do conflito na Ucrânia, as cotações do petróleo caíram mais de 5%, com o barril do tipo Brent, referência para a Petrobras, voltando a ser negociado abaixo dos US\$ 110. Commodities agrícolas e minério de ferro

apresentaram leve queda, em dia em que o Fundo Monetário Internacional revisou a estimativa para o crescimento global neste ano de 4,4% para 3,6%, sobretudo em razão dos efeitos na guerra na Ucrânia. Já a projeção para o PIB brasileiro em 2022 subiu de 0,3% para 0,8%.

Isto é Dinheiro

Recovery do Brasil Consultoria S.A.

CNPJ/MF nº 05.032.035/0001-26

Balancão Patrimonial em 31 de dezembro – (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	147	85	4.063	173	Fornecedores	12	7.221	5.152	7.222	5.153
Aplicações financeiras	8(a)	172.065	149.744	175.162	159.839	Empréstimos	17	-	-	2	2
Contas a receber	8(b)	16.786	18.814	17.020	18.822	Outras obrigações	13	27.242	29.449	28.416	29.613
Outras contas a receber	8(c)	1.506	676	1.508	678	Outras contas a pagar	14	217	245	264	324
Adiantamentos e antecipações	9(a)	7.119	6.506	7.151	6.534	Contas a pagar – empresas coligadas	14	141	-	141	-
Tributos a recuperar e compensar	9(b)	-	340	-	341	Dividendos a pagar	16	9.883	7.670	9.883	7.670
						Contingências	15	133	-	587	1.589
		197.623	176.165	204.904	186.387	Total do passivo circulante		44.837	42.516	46.515	44.351
Não circulante						Não Circulante					
Investimento em controlada	10	5.605	8.393	-	-	Obrigações de Direito de Uso	11(c)	3.387	2.182	3.393	2.189
Tributos a recuperar e compensar	9(b)	5.035	5.558	5.035	5.557	Total do passivo não circulante		3.387	2.182	3.393	2.189
Imobilizado em uso	11(a)	5.241	6.470	5.246	6.475	Patrimônio líquido	19				
Bens intangíveis	11(b)	14.308	1.954	14.308	1.954	Capital social		89.380	84.580	89.380	84.580
Direitos de uso	11(c)	3.163	2.117	3.166	2.126	Reserva de capital		170	170	170	170
		33.352	24.492	27.755	16.112	Reserva de lucros		109.297	89.303	109.297	89.303
						Ajuste de avaliação patrimonial		(62.182)	(61.144)	(62.182)	(61.144)
						Reserva de Avaliação Patrimonial		46.086	43.050	46.086	43.050
						Patrimônio líquido dos acionistas controladores		182.751	155.959	182.751	155.959
						Total do patrimônio líquido		182.751	155.959	182.751	155.959
Total do ativo		230.975	200.657	232.659	202.499	Total do patrimônio líquido e passivo		230.975	200.657	232.659	202.499

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Individuais e Consolidados (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Reserva de Avaliação Patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Total	
							2021	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	70.080	170	84.560	-	60.238	(81.542)	133.506	
Aumento de capital	14.500	-	(14.500)	-	-	-	-	
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	
Variação cambial participações no exterior (nota 5(c))	-	-	-	-	-	20.398	20.398	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	26.913	-	-	26.913	
Reserva de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(17.188)	-	(17.188)	
Destinação do lucro:								
Reserva legal	-	-	1.346	(1.346)	-	-	-	
Reserva estatutária	-	-	17.897	(17.897)	-	-	-	
Dividendos obrigatórios (nota 20)	-	-	-	(7.670)	-	-	(7.670)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	84.580	170	89.303	-	43.050	(61.144)	155.959	
Aumento de capital	4.800	-	(4.800)	-	-	-	-	
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	
Variação cambial participações no exterior (nota 5(c))	-	-	-	-	-	(1.038)	(1.038)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	34.677	-	-	34.677	
Reserva de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	3.036	-	3.036	
Destinação do lucro:								
Reserva legal	-	-	1.734	(1.734)	-	-	-	
Reserva estatutária	-	-	23.060	(23.060)	-	-	-	
Dividendos obrigatórios (nota 20)	-	-	-	(9.883)	-	-	(9.883)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	89.380	170	109.297	-	46.086	(62.182)	182.751	
Dividendo por ação em R\$ – 2021 – R\$ 0,41. (2020 – R\$ 0,31)								

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A Recovery do Brasil Consultoria S.A. (a “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado e está domiciliada em São Paulo, Brasil, com sede na Avenida Paulista, 1294 18º andar. As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “o Grupo” e individualmente como “entidades do Grupo”). O Grupo está envolvido na prestação de serviços de (a) consultoria em geral em assuntos econômicos, financeiros e administrativos nas áreas comerciais, financeiras e de mercado de capitais; (b) administração de recursos de terceiros, assim entendida a administração financeira de recursos; (c) tecnologia da informação, processamento de dados e reengenharia; e (d) a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 18 de março de 2022.

2. Resumo das principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3. Base de preparação – A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 4. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **(a) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **(b) Base de consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com entidades investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na entidade investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. São as seguintes as controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e respectivas participações:

Empresa	2021	2020
FC Recovery	100,00%	100,00%

(c) Conversão de moeda estrangeira: Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (a “moeda funcional”). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, contas a receber, contas a pagar, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado do exercício. As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio. As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidas no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, por exemplo, os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, estão incluídas na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio. **Empresas do Grupo com moeda funcional diferente:** Os

resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue: (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço. (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações). (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado do patrimônio líquido, na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. **(d) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **(e) Ativos financeiros:** O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: Custo amortizado, Valor Justo por meio de Resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos: **Custo Amortizado:** Utilizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. **Valor Justo por meio do Resultado** Utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. Foram registrados nesta categoria os ativos financeiros disponíveis para venda. **Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **Demais ativos:** Os outros ativos foram demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) auferidos e a provisão para perda, quando necessária. **(f) Imobilizado e intangível: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. As licenças de *software* adquiridas e desenvolvimentos em curso, classificadas como intangível, são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos. Os custos associados a manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos no ativo intangível. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Item do imobilizado	Período
Veículos	4-5 anos
Equipamentos de computação	4-6 anos
Móveis e utensílios	8-10 anos
Outras imobilizações	8-10 anos
Benefiteiras no imóvel de terceiros	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). **(g) Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **(h) Provisão para causas judiciais:** São constituídas com base na opinião de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, sempre que for avaliada como provável, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. As causas classificadas como de perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas. **(i) Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **(j) Provisões para pagamento de despesa:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional bruta					
Receita líquida de serviços	21	157.447	150.226	157.447	150.355
Cobrança líquida de carteiras	22	-	-	-	(1.384)
Despesas de cobrança	23	(4.037)	(2.053)	(4.040)	(2.057)
Lucro bruto		153.410	148.173	153.407	146.914
Despesas gerais e administrativas	24	(96.406)	(91.126)	(98.870)	(97.800)
Despesas com serviços de terceiros	25	(2.615)	(3.461)	(2.944)	(4.130)
Outras despesas operacionais	26	(808)	(813)	264	(2.441)
Resultado com empresas controladas	10	(4.786)	(9.386)	-	-
Lucro operacional		48.795	43.387	51.857	42.543
Receitas (despesas) financeiras, líquidas					
Receitas financeiras	27	7.174	5.169	7.011	13.133
Despesas financeiras	28	(968)	(4.057)	(3.708)	(9.619)
Resultado financeiro líquido		6.206	1.112	3.303	3.514
Resultado antes da tributação		55.001	44.499	55.160	46.057
IRPJ e contribuição social	29	(19.802)	(17.827)	(21.590)	(22.246)
IRPJ e contribuição social diferido	29	(522)	241	1.107	3.102
Lucro líquido do exercício		34.677	26.913	34.677	26.913
Atribuível a					
Acionistas controladores		34.677	26.913	34.677	26.913
		34.677	26.913	34.677	26.913
Quantidade de Ações		24.368.778	24.368.778	24.368.778	24.368.778
Lucro líquido por lote de mil ações – básico e diluído – R\$ mil		1,42	1,10	1,42	1,10

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado líquido do exercício	34.677	26.913	34.677	26.913
Variação cambial de participação no exterior (nota 5(c))	(1.038)	20.398	3.036	(17.188)
Ajuste de Avaliação Patrimonial – CPC 42/ IAS 29	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	36.675	30.123	36.675	30.123
Resultado líquido do exercício	34.677	26.913	34.677	26.913
Variação cambial de participação no exterior (nota 5(c))	(1.038)	20.398	3.036	(17.188)
Ajuste de Avaliação Patrimonial – CPC 42/ IAS 29	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	36.675	30.123	36.675	30.123

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do IRPJ e Contribuição Social	55.001	44.499	55.160	46.056
Ajustes				
Depreciações e amortizações (nota 11)	3.776	2.601	3.776	2.611
Resultados abrangentes – variação cambial (nota 5(c))	-	-	(1.038)	20.398
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	3.036
Resultado de participação em controlada (nota 10)	4.786	9.386	-	-
Provisão para Contingência	133	-	(1.003)	172
Lucro ajustado	63.696	56.486	59.931	52.049
Variações de ativos e passivos				
Aumento em fornecedores	2.070	3.546	2.069	3.543
Diminuição de outras obrigações	(3.717)	(586)	(2.86	

... continuação

receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. (m) **Benefícios a empregados:** O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o EBITDA ajustado da Companhia. (n) **Contabilidade em Economia Hiperinflacionária:** Considerando que a inflação acumulada dos últimos anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciamento em economia altamente inflacionária (CPC 42/IAS 29) passou a ser requerida. O CPC 42/IAS 29 exige divulgação dos resultados das operações da empresa controlada na Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 01 de janeiro de 2018 (início do período em que se identificou a existência da hiperinflação). (o) **Mudanças nas principais políticas contábeis:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021: • Fase 2: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 "Instrumentos Financeiros", ao IFRS 16/CPC 06(R2) – Arrendamentos, ao IFRS 4/CPC 11 "Contratos de Seguros". • **Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo.

4. Uso de estimativas contábeis e julgamentos – A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Como exemplo, temos a valorização de nosso investimento em aplicação financeira pelo valor justo, através de premissas alinhadas pelo valor justo. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Consideramos que inexistem estimativas ou premissas que apresentem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos períodos.

5. Gerenciamento de risco financeiro – A administração tem responsabilidade global pela supervisão e análise de gerenciamento de risco do Grupo monitorando constantemente os seguintes riscos financeiros: (a) **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro ao Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em aplicações financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação destas demonstrações financeiras consolidadas é o valor contábil de cada classe de contas a receber, não sendo mantido nenhum título como garantia. A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da base de clientes do Grupo, incluindo o risco de crédito do mercado e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito, porém, geograficamente, não há concentração de risco de crédito. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com ratings mínimos "A", conforme classificação abaixo:

Instituições financeiras	Agência	País	Rating
Banco BTG Pactual S.A.	Fitch	Brasil	BB-(bra)
Banco Santander Brasil S.A.	Moody's	Brasil	Ba1
Itaú-Unibanco S.A.	Fitch	Brasil	BB(bra)
Banco Bradesco S.A.	Fitch	Brasil	BB(bra)
Banco Cohen S.A.	Fitch	Argentina	AAf(arg)

O Grupo limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em títulos líquidos e apenas com instituições financeiras de primeira linha. A administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que o Grupo tenha investido apenas em títulos com classificações altas de crédito, a administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. (b) **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. O Grupo utiliza o custeio baseado em atividades para precificar seus produtos e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Tipicamente, o Grupo garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. Além disso, o Grupo mantém linhas de crédito junto a instituições financeiras para cobrir eventuais passivos financeiros não previstos. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros do Grupo, cujos valores divulgados estão a valor presente:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Menos de 1 ano	27.242	29.449	28.416	29.613
Outras obrigações	7.221	5.151	7.222	5.153
Fornecedores	9.883	7.670	9.883	7.670
Outras contas a pagar	358	245	405	324
Empréstimo	-	-	2	2
Obrigação Direito de Uso	3.387	2.182	3.393	2.189

(c) **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nas condições de mercado em seus nichos de atuação, tais como taxas de inadimplência, de crédito, de desemprego, etc., têm nos ganhos do Grupo. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é analisar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. • Risco cambial: apesar de atuar internacionalmente, o Grupo está exposto ao risco cambial decorrente a aplicação financeira que são feitas em pesos argentinos e dólar americano (USD). O Grupo não protege tais ativos com operações de hedge cambial. Em 2021 o impacto cambial positivo referente a conversão de moeda foi de R\$ 1.038 (2020 – R\$ 20.398 negativo), registrado diretamente no Patrimônio Líquido como "Resultados abrangentes", e resultado positivo de R\$ 743 referente a variação cambial de aplicação financeira, registrada diretamente no resultado financeiro. • Risco de taxa de juros: o Grupo detém ativos significativos que incidem juros em 31 de dezembro de 2021. A taxa de remuneração destes ativos é o CDI, e o risco surge das possíveis oscilações da referida taxa.

6. Estimativa do valor justo – Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1). • Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preço) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2). • Informações para os ativos ou passivos que não são baseados em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (Nível 3). As tabelas a seguir apresentam os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2021.

Ativo	Controladora			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	-	-	-	-
Aplicações financeiras	-	172.065	-	172.065
Total do Ativo	-	172.065	-	172.065

Ativo	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	-	-	-	-
Aplicações financeiras	-	175.162	-	175.162
Total do Ativo	-	175.162	-	175.162

As Tabelas abaixo apresentam os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2020.

Ativo	Controladora			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	-	-	-	-
Aplicações financeiras	-	149.744	-	149.744
Total do Ativo	-	149.744	-	149.744

Ativo	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	-	-	-	-
Aplicações financeiras	-	159.839	-	159.839
Total do Ativo	-	159.839	-	159.839

7. Caixa e equivalentes de caixa – Caixa e Bancos são representados pelas empresas conforme tabela abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	RDB	FCR	Total	Fideicomisos	RDB	FCR	Total	Fideicomisos
Bancos	147	3.916	4.063	-	147	3.916	4.063	-
Total	147	3.916	4.063	-	147	3.916	4.063	-

Recovery do Brasil Consultoria S.A.

	Controladora				Consolidado			
	RDB	FCR	Total	Fideicomisos	RDB	FCR	Total	Fideicomisos
Bancos	85	88	173	-	85	88	173	-
Total	85	88	173	-	85	88	173	-

8. Ativos financeiros – (a) Aplicação financeira: As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estavam representadas por aplicações em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), compromissadas e fundos de curto prazo e liquidez imediata ("FCR"), emitidos por banco de primeira linha com vencimento a partir de julho de 2022 até novembro de 2026. O saldo de aplicação aqui demonstrados, referem-se às empresas conforme abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	RDB	FCR	Total	Fideicomisos	RDB	FCR	Total	Fideicomisos
CDB	172.065	-	172.065	-	172.065	-	172.065	-
Fundos liquidez imediata	-	3.097	3.097	-	-	3.097	3.097	-
Total	172.065	3.097	175.162	-	172.065	3.097	175.162	-

Em 2020 os valores eram representados conforme abaixo

	Controladora				Consolidado			
	RDB	FCR	Total	Fideicomisos	RDB	FCR	Total	Fideicomisos
CDB	149.744	3.503	153.247	-	149.744	3.503	153.247	-
Compromissadas	-	43	43	-	-	43	43	-
Fundos liquidez imediata	-	6.549	6.549	-	-	6.549	6.549	-
Total	149.744	10.095	159.839	-	149.744	10.095	159.839	-

(b) **Contas a receber – clientes:** São valores a serem recebidos de clientes por serviços prestados e reembolsos por despesas pagas por conta e ordem destes.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber	16.308	18.542	16.401	18.550
Reembolso de despesas	478	272	619	272
Total	16.786	18.814	17.020	18.822

(c) **Outras contas a receber**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Gastos reembolsáveis	1.506	676	1.508	678
Total	1.506	676	1.508	678

9. Outros ativos – (a) Adiantamentos e antecipações

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas antecipadas	2.807	2.969	2.807	2.969
Depósitos judiciais	3.840	3.004	3.872	3.032
Adiantamento a fornecedores	249	273	249	273
Adiantamentos a empregados	221	258	221	258
Adiantamentos de despesas	2	2	2	2
Total	7.119	6.506	7.151	6.534

(b) **Tributos a compensar e a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Crédito tributário (Imposto diferido)	5.035	5.558	5.035	5.557
Tributos a recuperar	-	179	(17)	160
Tributos retidos na fonte	-	161	17	181
Total	5.035	5.898	5.035	5.898

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para as empresas da Argentina é aplicado a alíquota de 30%. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os valores para compensação futura são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo de imposto diferido	5.035	5.558	5.035	5.558
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	5.035	5.558	5.035	5.558
Ativo de imposto diferido (líquido)	-	-	-	-

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Em 1º de janeiro	5.558	5.316	5.558	5.316
Adições (baixa) temporárias de provisão e outros	(523)	242	(523)	242
Em 31 de dezembro	5.035	5.558	5.035	5.558

Ativo de imposto diferido

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	1.863	3.071	1.863	3.071
Ativo de imposto diferido a ser recuperado após 12 meses	3.172	2.486	3.172	2.486
Ativo de imposto diferido (líquido)	5.035	5.557	5.035	5.557

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Em 1º de janeiro	5.558	6.340	5.558	6.340
Variação Cambial	1.386	779	1.386	779
Relativos a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	(1.400)	(1.888)	(1.400)	(1.888)
Adições (baixa) temporárias de provisão e outros	(509)	326	(509)	326
Em 31 de dezembro	5.035	5.557	5.035	5.557

10. Participações em controladas

Empresas	Saldo em 31/12/2020	Aumento no Valor de Aquisição por Ajuste de Inflação		Resultado de participação no período em controladas		Variação cambial – resultado de participação em controladas	Saldo em 31/12/2021
		de Inflação	Resultado de participação no período em controladas	Resultado de participação em controladas	de participação em controladas		
FC Recovery	8.393	3.036	(4.786)	(1.038)	5.605	5.605	5.605
Total geral	8.393	3.036	(4.786)	(1.038)	5.605	5.605	5.605

Empresas	Saldo em 31/12/2019	Aumento no Valor de Aquisição por Ajuste de Inflação		Resultado de participação no período em controladas		Variação cambial – resultado de participação em controladas	Saldo em 31/12/2020
		de Inflação	Resultado de participação no período em controladas	Resultado de participação em controladas	de participação em controladas		
FC Recovery	14.569	(17.188)	(9.386)	20.398	8.393	8.393	8.393
Total geral	14.569	(17.188)	(9.386)	20.398	8.393	8.393	8.393

11. Imobilizado – (a) Imobilizado em uso

	Controladora				
	Equipamentos de informática	Móveis, Benfeitorias	Imobilizado em Andamento	Total	
Em 1º janeiro de 2020	5.029	2.019	4.278	-	11.326
Custo	2.605	(922)	(2.969)	-	(6.496)
Depreciação acumulada	2.424	1.097	1.309	-	4.830
Saldo contábil líquido	2.424	1.097	1.309	-	4.830
Em 31 de dezembro de 2020	3.043	16	11	572	3.642
Saldo inicial	3.043	16	11	572	3.642
Aquisições	(37)	(96)	-	-	(133)
Baixas	(1.056)	(163)	(651)	-	(1.869)
Depreciações	4.375	854	669	572	6.470
Saldo contábil líquido	4.375	854	669	572	6.470
Em 1º janeiro de 2021	9.084	548	4.461	572	17.150
Custo	(4.709)	(548)	(3.791)	-	(10.675)
Depreciação acumulada	4.375	572	670	572	6.475
Saldo contábil líquido	4.375	572	670	572	6.475
Em 31 de dezembro de 2021	9.719	572	670	572	11.533
Custo	(5.241)	(572)	(670)	-	(6.483)
Depreciação acumulada	4.890	1.144	1.340	572	7.946
Saldo contábil líquido	4.890	1.144	1.340	572	7.946

(b) **Equipamentos de informática**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Equipamentos de informática	3.043	16	3.043	16
Baixas	(37)	(96)	(37)	(96)
Depreciações	(1.056)	(163)	(1.056)	(163)
Saldo contábil líquido	2.950	16	2.950	16

(c) **Imobilizado em andamento**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imobilizado em andamento	1.309	11	1.309	11
Baixas	-	-	-	-
Depreciações	-	-	-	-
Saldo contábil líquido	1.309	11	1.309	11

(d) **Equipamentos de informática**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Equipamentos de informática	1.309	11	1.309	11
Baixas	-	-	-	-
Depreciações	-	-	-	-
Saldo contábil líquido	1.309	11	1.309	11

(e) **Imobilizado em andamento**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imobilizado em andamento	669	11	669	11
Baixas	-	-	-	-
Depreciações	-	-	-	-
Saldo contábil líquido	669	11	669	11

(f) **Equipamentos de informática**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Equipamentos de informática	1.309	11	1.309	11
Baixas	-	-	-	-
Depreciações	-	-	-	-

... continuação

(1) O saldo refere-se as provisões trabalhistas e encargos referente a folha de pagamento de dezembro. (2) O saldo refere-se a impostos diretos e indiretos que serão recolhidos no mês de janeiro.

14. Outras contas a pagar	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Provisões para pagamento de despesas	58	50	106	129
Serviços terceiros	97	195	97	195
Outras empresas ligadas	141	-	141	-
Valores a repassar – servicing	62	-	62	-
	358	245	405	324

15. Contingências passivas – Em 2021 a companhia constitui uma contingência cível provável no valor de R\$ 133. A administração com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes não constituiu qualquer provisão no que se refere à autuação fiscal ocorrida em 2011 no valor de R\$ 6.180 – atualizado nesta data R\$ 9.699, visto que, além da opinião de seus assessores jurídicos de que a probabilidade de perda é possível, o cessionário dos créditos cedidos pela Companhia, objeto de tal autuação fiscal, formalmente assumiu todas as responsabilidades financeiras decorrentes dessa contingência.

16. Dividendos a pagar	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Dividendos mínimos obrigatórios	9.883	7.670	9.883	7.670
	9.883	7.670	9.883	7.670

17. Empréstimos	Controladora		Consolidadora	
	2021	2020	2021	2020
Cartão de Crédito	-	-	2	2
Corporativo a pagar (FCR)	-	-	2	2

18. Transações com partes relacionadas – O saldo de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são relativos a receitas e despesas. E estavam assim representadas:

	Controladora			
	2021		2020	
	Ativo/ (passivo)	Receita/ (despesa)	Ativo/ (passivo)	Receita/ (despesa)
Aplicações Financeiras Itaú Unibanco S.A	171.888	7.166	149.565	3.482
Contas a receber				
Resolve Companhia Sec.de créditos Financeiros S.A	6.598	64.731	6.301	50.485
Itaú Unibanco S.A	-	4.041	-	2.832
Outros	195	2.836	-	732
Contas a pagar				
FC Recovery	(141)	(35)	-	(76)

19. Patrimônio líquido – Em 31 de dezembro de 2021 o capital social, subscrito está representado por 24.368.778 ações ordinárias. Conforme estabelece a cláusula 36a do Estatuto Social da Companhia, os acionistas concordam que os dividendos anuais distribuídos pela Companhia sejam de no mínimo 30% do lucro líquido relativo a cada exercício social, após terem sido feitas todas as reservas estatutárias e quaisquer investimentos previstos em qualquer plano de negócios adotado pela Companhia para o exercício social seguinte. Em 2021 e 2020 foi ajustada diretamente ao patrimônio a variação cambial dos investimentos em controladas no exterior, com moeda funcional diferente do real. Em cumprimento da Lei 6.404 Art. 199, em maio/2021 houve a capitalização do excesso da reserva de lucro no valor de R\$ 4.800. Com essa capitalização o capital social da companhia passou a ser R\$ 89.380.

20. Dividendos – O capital social da Companhia é de R\$ 89.380, sendo destinado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório, disposto no Estatuto Social, de 30% do lucro líquido da Controladora. Constatamos provisionados R\$ 9.883 relativos aos dividendos mínimos do respectivo exercício social. Em Assembleia Geral de 29 de abril de 2021 foi deliberada a distribuição de dividendos no valor de R\$ 7.670 referente a exercício anterior. Em 24 de maio de 2021 foi efetuado o pagamento.

21. Receitas líquidas de serviços – Referem-se às receitas oriundas da prestação de serviços de gestão de cobrança das carteiras de créditos nas empresas do Grupo, como segue:

Empresa	País	2021	2020
		157.447	150.226
Recovery Consultoria	Brasil	157.447	150.226
FC Recovery	Argentina	-	129
		157.447	150.355

Em 2021 e 2020, sobre as receitas de serviços no Brasil incidiram PIS, COFINS e ISS. Para as controladas na Argentina incidiu o IIBB. As despesas de tributação estão apresentadas em "receitas líquidas de serviço".

Recovery do Brasil Consultoria S.A.

22. Cobranças líquidas de carteiras – São receitas decorrentes de recuperação de créditos de consumo, hipotecários e empréstimos bancários classificados como *Non Performace Loans*.

Carteira de crédito – BHSA	Consolidado		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
	-	(1.384)	-	(1.384)

23. Despesas de cobrança – De acordo com contratos de prestação de serviços, a Companhia paga despesas referente a recuperação e cobrança de carteiras de crédito junto às seguintes instituições financeiras, como segue:

Carteira Itaú	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesa de campanha	4.037	2.053	4.040	2.053
	4.037	2.053	4.040	2.057

24. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Remuneração a empregados	34.476	31.016	36.343	35.914
Bonificações a empregados	13.316	14.000	13.509	14.890
Encargos sociais	10.910	10.265	10.972	10.664
Despesa com informática	11.336	16.713	11.345	16.737
Benefício a empregados	8.561	7.567	8.729	7.760
Licença de uso com imóvel	11.123	5.531	11.127	5.549
Ativo Direito de Uso	1.963	3.143	2.010	3.283
Depreciação e Amortização	(403)	(881)	(418)	(920)
Honorários da diretoria	3.776	2.601	3.776	2.611
Outras	-	-	76	31
Comunicação	904	816	922	877
Viagens	214	135	216	119
Despesas com escritório	-	12	-	25
Publicações	130	110	140	121
Despesas Bancárias	72	53	72	53
Seguro	11	26	34	67
	17	19	17	19
	96.406	91.126	98.870	97.800

25. Despesas com serviços de terceiros

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Recrutamento e seleção	551	1.443	551	1.443
Publicidade e propaganda	190	144	190	144
Consultoria	1.063	702	1.093	738
Assessoria de imprensa	102	346	102	346
Auditoria	310	299	353	343
Serviços de manutenção	227	272	230	308
Assessoria contábil	140	160	187	214
Assessoria jurídica	28	95	219	328
Agente fiduciário	-	-	-	113
Outros	-	-	15	153
Traduções	4	-	4	-
	2.615	3.461	2.944	4.130

26. Outras despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Cursos e capacitações	159	413	159	413
Gastos c/ eventos	5	163	5	163
Outros impostos e taxas	241	153	274	1.281
Baixa imobilizado	287	26	285	10
Outras	31	55	37	63
Contingência	83	-	(1.026)	508
Doações	2	3	2	3
	808	813	(264)	2.441

27. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fundos de investimento	-	-	-	437
CDB	7.174	3.486	6.900	10.726
Rendimento Aplicações Financeiras em Fundos	-	-	-	190
Rendimento debêntures (nota 8(e))	-	4	-	3
Compromissada	-	-	102	88
Receita Títulos Públicos	-	-	9	8
Variação cambial	-	14	-	14
Outros ajustes de investimentos (Nota 8b)	-	1.655	-	1.655
Outras receitas administrativas	-	11	-	12
	7.174	5.169	7.011	13.133

28. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ajuste de Hiperinflação – CPC 42/IFRS 09	-	-	3.296	4.161
Resultado com Fundo de Investimento	-	-	-	493
Resultado com Venda Debenture	-	1.598	-	1.598
Resultado com Baixa de Investimento	-	1.398	-	1.398
Ativo Direito de Uso- CPC06/IFRS16	563	636	581	679
Imposto sobre resultados financeiros	334	162	334	162
Comissão e despesas bancárias	39	9	113	95
Juros Títulos de Dívida	-	-	-	-
Desvalorização Debêntures	-	219	-	219
Despesa IIBB	-	-	57	860
Variação cambial	1	2	(221)	(222)
Juros de mora	28	13	28	36
IOF	3	3	3	4
Juros sobre empréstimo	-	-	-	-
Outros	-	17	17	136
	968	4.057	3.708	9.619

29. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado do período antes do IRPJ, CSLL e das participações	55.001	44.499	55.001	44.499
Alíquota nominal – %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(18.676)	(15.106)	(18.676)	(15.106)
Créditos tributários não constituídos	(77)	95	(77)	95
Outras exclusões (adições) permanentes líquidas	(1.571)	(2.575)	(1.571)	(2.575)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(20.324)	(17.586)	(20.324)	(17.586)
	32.304	27.003	32.304	27.003

30. Remuneração da administração

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado do período antes do IRPJ, CSLL e das participações	55.160	46.057	55.160	46.057
Alíquota	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(18.754)	(15.659)	(18.754)	(15.659)
Outras exclusões (adições), líquidas no exterior	(18)	281	(18)	281
Outras exclusões (adições), líquidas	(165)	(214)	(165)	(214)
Diferenças de alíquota	(20)	105	(20)	105
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-
Diferença permanente no cálculo de IR/CS principalmente de empresas no exterior	(1.603)	(4.168)	(1.603)	(4.168)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(20.483)	(19.144)	(20.483)	(19.144)
	34.915	31.272	34.915	31.272

O pessoal da administração inclui os diretores e os gastos totais estão demonstrados a seguir:

	2021	2020
Remuneração dos diretores	2.482	2.437
Encargos sociais	724	687
	3.206	3.124

31. Compromissos – Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém o compromisso financeiro relativo ao pagamento de aluguel de seus escritórios de acordo com seus respectivos contratos de locação. Para os anos subsequentes esse valor deverá ser atualizado de acordo com índice acordado em contrato. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os valores referentes as despesas com aluguéis foram de R\$ 1.230 e em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 2.052.

32. Outras informações – (a) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o Grupo não operou com Instrumentos Financeiros Derivativos especulativos. (b) A Companhia adota como procedimento a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros dos bens destinados à sua atividade em montante considerado suficiente pela administração.

33. Eventos Subsequentes – Em 2021 Grupo Recovery está acompanhando os possíveis impactos do coronavírus (COVID-19), seus reflexos na atividade econômica global, brasileira, e em seus negócios. Planos de contingências foram elaborados para a manutenção adequada de suas operações sem prejuízo aos seus clientes e colaboradores. Na data das demonstrações financeiras não foi possível mensurar riscos em relação à carteira de crédito e outros que possam impactar o nível de provisionamento, alteração nas estimativas contábeis e demais provisões. No entanto, ressalta-se que não há risco de continuidade dos negócios. Em 04/2022 ocorrerá a Assembleia Geral Ordinária para definição da destinação do valor da reserva de lucros superior ao capital social no exercício em R\$ 19.917

A Diretoria
Valéria Mendes Sgarioni – Contadora CRC 1SP 192.727/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Recovery do Brasil Consultoria S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Recovery do Brasil Consultoria S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Recovery do Brasil Consultoria S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Recovery do Brasil Consultoria S.A. e da Recovery do Brasil Consultoria S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais

de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados

às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 000.160/O-5
Fábio de Oliveira Araújo
Contador CRC 1SP 241.313/O-3



Petróleo fecha em queda, com revisões sobre expansão global e realização

Os ativos do petróleo caíram no mercado futuro, diante das revisões de projeções sobre crescimento global. O destaque ficou para os ajustes do Fundo Monetário Internacional (FMI). Além disso, após quatro sessões da commodity em alta, operadores fazem a realização de lucros. O petróleo WTI para junho fechou em queda de

5,17% (US\$ 5,56), a US\$ 102,05 o barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex), e o Brent para junho caiu 5,22% (

Publicidade Legal

Tergos S.A.							
CNPJ/ME nº 21.389.427/0001-01							
Relatório da Diretoria							
Senhores Acionistas, dando cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Permanecemos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos julgados necessários.							
A Diretoria							
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro (Em reais)			Demonstração do Resultado em 31 de dezembro (Em reais)				
Ativo	2021	2020	2021	2020	2021	2020	
Circulante							
Disponibilidades	44.199	38.376	2.840.300	1.013.300	166.522	220.464	
Clientes	-	3.720	242.892	110.745	(23.730)	(31.416)	
Outros créditos	577.246	334.863	8.167	7.218	218	56	
Estoques	83.634	-	23.577	19.220			
Despesas antecipadas	10.913	2.149	22.284	27.970			
	715.991	379.108	3.137.220	1.178.453			
Não Circulante							
Imobilizado	299.980	195.157	420.000	420.000	(10.081)	(6.715)	
	299.980	195.157	420.000	420.000	(3.455)	(8.718)	
					(147.546)	(112.990)	
					Impostos, taxas	(8.125)	(1.361)
					Despesas Gerais	(1.688.160)	(611.901)
					Despesas com produtos	(79.859)	(53.352)
					Despesas Financeiras	(1.532)	(1.552)
					Resultado do exercício	(1.795.748)	(607.485)
Total do Ativo	1.015.972	574.264	1.015.972	574.264			
					Marcelo Sousa – Diretor Presidente		
					Anderson Teruel – Contador CRC 1SP 323.714/O-7		

Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.

CNPJ/ME nº 30.262.440/0001-88 – NIRE 35.300.515.668 – Companhia de Capital Fechado

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de abril de 2022

1. Data, Hora e Local: No dia 05 de abril de 2022, às 10h00, na sede social da Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi nº 192, 25º andar, Itaim Bibi, CEP 01.451-010 ("Companhia" ou "Emissora").

2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em face da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de presença de acionistas.

3. Mesa: Eduardo Machado Barella ("Presidente"); e Rafael Carneiro Bastos de Carvalho ("Secretário").

4. Ordem do Dia: Deliberar sobre as seguintes matérias previstas na ordem do dia ("Ordem do Dia"): (i) A aprovação nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, da 2ª (segunda) emissão, pela Companhia ("Emissão"), de debêntures, para colocação privada, não convertíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única ("Debêntures"), no montante total de R\$170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais), a ser realizada de acordo com os termos e as condições previstos no "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures, para Colocação Privada, não Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.", a ser celebrado entre: (a) a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures; (b) a True Securitizadora S.A., companhia securitizadora, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro nº 48, 1º andar, conjunto 12, Vila Nova Conceição, CEP 04.506-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 12.130.744/0001-00 ("Debenturista" ou "Securitizadora", conforme aplicável), na qualidade de debenturista; (c) na qualidade de fiadores (quando em conjunto, "Fiadores"); (c.i) Camilla Machado Barella, brasileira, solteira, nutricionista, portadora da cédula de identidade de registro geral ("RG") nº 34.434.851-9, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo ("SSP/SP"), inscrita no Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Economia ("CPF") sob o nº 339.915.238-84, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cotovia nº 124, apartamento 163, CEP 04.517-000 ("Camilla"); (c.ii) Eduardo Machado Barella, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, administrador de empresas, portador do RG nº 28.377.465-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 286.937.088-13, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça da República nº 32, apartamento 2.201, CEP 01.045-000 ("Eduardo"); (c.iii) Rafael Carneiro Bastos de Carvalho, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, arquiteto, portador do RG nº 44.001.096, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 223.386228-71, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Maratona nº 139, apartamento 51, CEP 04.635-041 ("Rafael"); (c.iv) Ricardo Machado Barella, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, engenheiro, portador do RG nº 32.429.013-5, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 317.561.608-99, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Coronel Joaquim Ferreira Lobo nº 391, apartamento 21, CEP 04.544-150; e (d) na qualidade de intervenientes anuentes: (d.i) Progen S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 57.748.204/0001-22, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no Largo do Arouche nº 24, 4º andar, Vila Buarque, CEP 01.219-010, inscrita no CNPJ sob o nº 57.748.204/0001-22 ("Progen"); e (d.ii) Savona Fundo de Investimento em Participações Multistratégia, fundo de investimento em participações multistratégia, inscrito no CNPJ sob o nº 21.500.399/0001-40 ("Savona FIP" e, quando conjunto com a Progen, doravante denominados "Acionistas" ou "Intervenientes Anuentes"), administrado fiduciariamente por Índigo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 00.329.598/0001-67, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi nº 192, 25º andar, conjunto 254, Itaim Bibi, CEP 01.451-010 ("Escritura de Emissão de Debêntures"); (ii) A aprovação da subscrição e integralização da totalidade das Debêntures pela Debenturista, a qual pretende emitir 01 (uma) cédula de crédito mobiliário representativa dos direitos creditórios decorrentes das Debêntures, os quais serão considerados créditos mobiliários em razão de sua destinação ("Créditos Mobiliários" e "CCI", respectivamente), por meio do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Cédula de Crédito Mobiliário sob a Forma Escritural", nos termos do qual a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 3.434, bloco 7, sala 201, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Instituição Custodiante" ou "Agente Fiduciário dos CRI", conforme aplicável), será nomeada instituição custodiante da CCI ("Escritura de Emissão de CCI"); (iii) A aprovação da securitização dos Créditos Mobiliários, representados pela CCI, mediante vinculação aos certificados de recebíveis mobiliários da 506ª série da 1ª emissão da Securitizadora ("CRI"), os quais serão emitidos observado o disposto no "Termo de Securitização de Créditos Mobiliários dos Certificados de Recebíveis Mobiliários da 506ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A.", a ser celebrado entre a Securitizadora e o Agente Fiduciário dos CRI ("Termo de Securitização" e "Operação de Securitização", respectivamente), de modo que os CRI serão objeto de oferta pública com esforços restritos, a ser realizada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme em vigor ("Instrução CVM 476"), sob o regime de melhores esforços de colocação ("Oferta Restrita" e, quando em conjunto com a Emissão e a Operação de Securitização, doravante denominadas "Operação"); (iv) A aprovação para outorga e/ou constituição das garantias, reais e fidejussórias, pela Companhia, para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas (conforme definido na Escritura de Emissão de Debêntures), quais sejam: (a) a contratação, com instituições financeiras a definir, de garantia fidejussória, na modalidade de fiança bancária, no valor total de até R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), tendo a Debenturista como beneficiária ("Fiança Bancária"); e (b) a outorga, pela Companhia, da cessão fiduciária, em favor da Debenturista, sobre os direitos creditórios de titularidade da Companhia, conforme descritos na Escritura de Emissão de Debêntures, a serem depositados na conta corrente de movimentação restrita, de titularidade da Companhia, mantida no Banco Itaú Unibanco S.A. ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"), a ser indicada no instrumento específico que será firmado entre a Debenturista, na qualidade de fiduciária, e a Companhia, na qualidade de fiduciante, para estabelecer os termos e condições da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e formalizar a constituição da referida garantia; (v) A autorização para que a os membros da diretoria da Companhia ("Diretores"), seus procuradores e/ou representantes, conforme o caso, pratiquem todos os atos e adoplem todas as medidas necessárias

à formalização, efetivação e implementação da Operação, incluindo eventuais aditamentos e/ou alterações que se façam oportunas e que estejam relacionadas a Operação e a constituição das Garantias; e (vi) Caso aprovadas as matérias previstas nos incisos "(i)" a "(v)" da Ordem do Dia, a aprovação da ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela Diretoria, seus procuradores e/ou representantes, conforme o caso, para a consecução da Operação e relacionados às matérias acima.

5. Deliberações: Por voto dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, que determinaram a lavratura da presente ata na forma de sumário nos termos do artigo 130, §1º da Lei das Sociedades por Ações, foram tomadas as seguintes deliberações, sem ressalvas, conforme atribuições previstas nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações: (i) A aprovação da Emissão, conforme termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão de Debêntures, de modo que as Debêntures apresentem as seguintes características principais: (a) Quantidade: 170.000 (cento e setenta mil) Debêntures. (b) Número de Séries: A Emissão será realizada em série única. (c) Espécie: As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória. (d) Valor Nominal Unitário: R\$1.000,00 (mil reais), na data de Emissão, conforme definida na Escritura de Emissão de Debêntures ("Data de Emissão"). (e) Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R\$170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais), na Data de Emissão. (f) Garantias: As Debêntures contarão com as seguintes garantias (quando em conjunto, "Garantias"): (c.i) fiança, a ser outorgada pelos Fiadores, nos termos da Escritura de Emissão de Debêntures ("Fiança"); (c.ii) Fiança Bancária; (c.iii) coobrigação, a ser assumida pela Progen, nos termos da Escritura de Emissão de Debêntures; (c.iv) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; (c.v) cessão fiduciária, a ser constituída em favor da Debenturista, sobre conta vinculada de titularidade da Progen ("Cessão Fiduciária de Conta Vinculada"), conforme indicada no instrumento específico que será firmado entre a Debenturista, na qualidade de fiduciária, e a Progen, na qualidade de fiduciante, para estabelecer os termos e condições da Cessão Fiduciária de Conta Vinculada e formalizar a constituição da referida garantia; (c.vi) alienação fiduciária a ser constituída pelas Acionistas, em favor da Debenturista, da totalidade das ações da Companhia de titularidade das Acionistas ("Alienação Fiduciária de Ações"), observado o disposto no instrumento específico que será firmado para constituir a referida garantia; (c.vii) alienação fiduciária da totalidade das cotas do Savona FIP ("Alienação Fiduciária de Cotas"); e (c.viii) conforme aplicável, alienação fiduciária de imóveis, a ser constituída observados os termos e condições previstos na Escritura de Emissão de Debêntures ("Alienação Fiduciária de Imóveis"). (g) Convertibilidade: As Debêntures não serão convertíveis em ações da Companhia. (h) Vencimento Antecipado: As Debêntures vencerão antecipadamente na hipótese de ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado, conforme definidos na Escritura de Emissão de Debêntures. (i) Atualização Monetária: Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures. (j) Data de Vencimento: A data de vencimento das Debêntures será definida na Escritura de Emissão de Debêntures e ocorrerá ao final de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento"). (k) Colocação: As Debêntures serão objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores indeterminados. (l) Titularidade das Debêntures: As Debêntures serão inscritas pela Debenturista e, imediatamente após sua subscrição, a Debenturista realizará a emissão da CCI, representativa dos Créditos Mobiliários, os quais servirão de lastro para os CRI. (m) Data de Subscrição: As Debêntures serão inscritas na data de assinatura da Escritura de Emissão de Debêntures, na forma prevista no Boletim de Subscrição ("Data de Subscrição"). (n) Repactuação Programada: As Debêntures não serão objeto de repactuação programada. (o) Remuneração: Conforme definida na Escritura de Emissão de Debêntures. (p) Vinculação aos CRI: Os Créditos Mobiliários, decorrentes das Debêntures serão vinculados aos CRI. (q) Resgate Antecipado Total Facultativo: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, observado o disposto na Escritura de Emissão de Debêntures promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento destas. (r) Amortização Extraordinária Facultativa: A Companhia não poderá amortizar extraordinariamente o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures. (s) Amortização Programada: O saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado mensalmente, conforme detalhado na Escritura de Emissão de Debêntures. (t) Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão serão destinados para construção, expansão, desenvolvimento e/ou reforma do Complexo do Pacaembu, composto pelo Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho e pelo seu Centro Poliesportivo, ambos localizados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Charles Miller s/nº, Pacaembu, CEP 01.234-010, dentro das limitações da Transcrição nº 20.438, registrada no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo, conforme obras futuras especificadas na Escritura de Emissão de Debêntures ("Obras Futuras"). (u) Demais Características da Emissão: As demais características e condições das Debêntures, da Emissão e da Oferta serão descritas na Escritura de Emissão de Debêntures e nos demais documentos envolvidos na Emissão e na Oferta. (ii) A aprovação da subscrição e integralização da totalidade das Debêntures pela Debenturista, a qual pretende emitir 01 (uma) CCI, representativa dos Créditos Mobiliários; (iii) A aprovação da Operação de Securitização e da Oferta Restrita; (iv) A aprovação da outorga e/ou constituição das garantias, reais e fidejussórias, pela Companhia, para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, quais sejam: (a) a Fiança Bancária; e (b) a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; (v) A autorização para que a os Diretores, seus procuradores e/ou representantes, conforme o caso, pratiquem todos os atos e adotem todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e implementação da Operação, inclusive, mas não apenas, a celebração da Escritura de Emissão de Debêntures e dos instrumentos de constituição e/ou outorga das Garantias, incluindo eventuais aditamentos e/ou alterações que se façam oportunas e que estejam relacionadas a Operação e a constituição das Garantias; e (vi) Tendo em vista a aprovação das matérias previstas nos incisos "(i)" a "(v)" da Ordem do Dia, a aprovação da ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pelos Diretores, seus procuradores e/ou representantes, conforme o caso, para a consecução da Operação e relacionados às matérias aprovadas acima.

6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, e que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme o disposto no artigo 130, §2º da Lei das Sociedades por Ações, a qual foi lida, achada conforme e assinada em livro próprio por todos os acionistas presentes, que assinam este documento que confere com o original lavrado em livro próprio. Mesa: Presidente - Eduardo Machado Barella, Secretário - Rafael Carneiro Bastos de Carvalho. Acionistas: Progen e Savona FIP. São Paulo, 05 de abril de 2022. Certifico que a presente confere com o original lavrado no livro próprio. Presidente Nome: Eduardo Machado Barella, CPF: 286.937.088-13, E-mail: ebarella@progen.com.br. Secretário, Nome: Rafael Carneiro Bastos de Carvalho, CPF: 223.386228-71, E-mail: rc@allegrapacaembu.com.

Tergos Pesquisa e Ensino S.A.

CNPJ/ME nº 21.455.477/0001-31

Tergos Pesquisa e Ensino S.A.							
CNPJ/ME nº 21.455.477/0001-31							
Relatório da Diretoria							
Senhores Acionistas, dando cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Permanecemos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos julgados necessários.							
A Diretoria							
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro (Em reais)			Demonstração do Resultado em 31 de dezembro (Em reais)				
Ativo	2021	2020	2021	2020	2021	2020	
Circulante							
Disponibilidades	3.598.817	374.583	2.743.375	3.378.101	4.450	110.100	
Clientes	420.000	424.500	15.422	133.920	(251)	(6.221)	
Outros créditos	2.840.343	989.601	21.030	17.205	59.694	56.475	
Debêntures	9.807.000	-	1.079	1.132			
	16.666.160	1.788.684	3.200.906	3.959.309			
Não Circulante							
Participações Societárias	35.957	51.523	17.409.895	-	(42.225)		
Imobilizado	59.103	53.992	17.409.895	-	(3.466)	(3.363)	
	95.060	105.515	17.409.895	1.000	(40.838)	(18.682)	
					Impostos, taxas	(46.000)	(22.818)
					Despesas Gerais	(1.504.558)	(655.497)
					Despesas com produtos	(6.328)	(81.826)
					Despesas Financeiras	(294.935)	(363.857)
					Resultado do exercício	(1.874.457)	(985.688)
Total do Ativo	16.761.220	1.894.199	16.761.220	1.894.199			
					Marcelo Sousa – Diretor Presidente		
					Anderson Teruel – Contador CRC 1SP 323.714/O-7		

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6FB4-BEA6-3579-3CA4.

Moedas Globais: índice DXY do dólar avança, com iene nas mínimas em 20 anos

O índice DXY, que mede o dólar ante uma cesta de moedas fortes, avançou nesta terça-feira, com investidores ainda atentos aos sinais de aperto monetário nos Estados Unidos. Além disso, o iene renovou mínimas em 20 anos frente ao dólar, como reflexo da política mais relaxada do Banco do Japão (BoJ, na sigla em inglês), sobretudo na comparação com a postura do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano).

No fim da tarde em Nova York, o dólar subia a 128,92 ienes, o euro avançava a US\$ 1,0789, este quase estável, e a libra recuava a US\$ 1,2998. O índice DXY teve alta de 0,18%, a 100,961 pontos.

O DXY chegou a operar perto da estabilidade mais cedo, após ganhos recentes, mas retomou o fôlego. Entre os dirigentes do Fed, Charles Evans, presidente da distrital de Chicago, reafirmou o compromisso em subir juros para conter a inflação, mas considerou que a economia americana deve continuar a se sair bem, no quadro atual. Ele ainda não descartou a possibilidade de altas de 50 pontos-base em reuniões, neste ciclo de aperto.

O iene, por outro lado, batia mínimas em 20 anos, com as divergências nas posturas dos bancos centrais de Japão e EUA. O governo japonês disse que monitora o quadro e "responderá adequadamente", mas sem anunciar medidas. Para o MUFG, o iene pode ainda recuar mais, diante da postura do BoJ, com a moeda japonesa vulnerável a mais fraqueza no curto prazo e o mercado considerando que o dólar pode avançar para cerca de 130 ienes. Já a Western Union destaca que a sequência negativa da moeda japonesa era a maior em "pelo menos 50 anos".

Ainda no noticiário, o Fundo Monetário Internacional (FMI) cortou projeções para a economia global neste ano e no próximo. A guerra na Ucrânia foi apontada como um dos principais motivos.

Isto é Dinheiro

REAL ESTATE DUO 001 GUARUJÁ ADM.DE BENS PROPRIOS S/A.

CNPJ(ME) 23.568.433/0001-43

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanços patrimoniais		Demonstrações de resultados				Demonstrações dos resultados abrangentes		
	31/12/21	31/12/20	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Lei 11.638)		31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
ATIVO			Resultado Bruto				RESULTADO DO PERÍODO	
ATIVO CIRCULANTE	711	504	Despesas/Receitas Operacionais	(1.907)	(1.822)		RESULTADO ABRANGENTE	(1.906)
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	52	4	Despesas Gerais e Administrativas	(1.907)	(1.822)			(1.906)
Cotas de fundos de investimentos	52	4	Despesas de depreciação e amortização	(1.907)	(1.822)			(1.822)
OUTROS CRÉDITOS	628	500	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(1.907)	(1.822)			
Diversos	628	500	Resultado Financeiro	1	1			
OUTROS VALORES E BENS	31	-	Receitas Financeiras	1	-			
Outros valores e bens	31	-	Rendas de títulos e valores mobiliários	1	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	16.485	18.367	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(1.906)	(1.822)			
IMOBILIZADO DE USO	16.485	18.367	Resultado Líquido das Operações Continuadas	(1.906)	(1.822)			
Imóveis	13.348	13.348	Lucro/ (Prejuízo) do Período	(1.906)	(1.822)			
Outros bens do imob de uso	6.866	6.841	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(1.906)	(1.822)			
(Depreciações acumuladas)	(3.729)	(1.822)	Nº de Ações	20.185.920	20.185.920			
TOTAL DO ATIVO	17.196	18.871	Lucro (prejuízo) por Ação:	(0,094)	(0,090)			
PASSIVO	31/12/21	31/12/20	Demonstração das mutações do patrimônio líquido					
PASSIVO CIRCULANTE	738	507	EVENTOS	Capital Realizado	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total 31/12/20	Total Controladores	
OUTRAS OBRIGAÇÕES	738	507	Saldos iniciais em 01/01/20	-	-	-	-	
Impostos e contribuições sobre salários	15	9	Mutações do Período	20.186	(1.822)	18.364	18.364	
Demais impostos e contribuições a recolher	3	2	Aumento de capital	20.186	-	20.186	20.186	
Provisões para pagamentos a efetuar	86	29	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	(1.822)	(1.822)	(1.822)	
Diversos	634	467	Saldos finais em 31/12/20	20.186	(1.822)	18.364	18.364	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.458	18.364	EVENTOS	Capital Realizado	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total 31/12/21	Total Controladores	
Capital:	20.186	20.186	Saldos iniciais em 01/01/21	20.186	(1.822)	18.364	18.364	
De domiciliados no país	20.186	20.186	Mutações do Período	-	(1.906)	(1.906)	(1.906)	
Lucros / (Prejuízos) acumulados	(3.728)	(1.822)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	(1.906)	(1.906)	(1.906)	
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	16.458	18.364	Saldos finais em 31/12/21	20.186	(3.728)	16.458	16.458	
TOTAL DO PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.196	18.871						

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A empresa Real Estate Duo 001 Guarujá Administração de Bens Próprios S/A, foi constituída em 29 de outubro de 2015, e tem como objeto social administração e compartilhamento de bens próprios, visando o uso compartilhado entre os acionistas da Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, e de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a. **Auração de resultado:** As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. As aplicações em títulos estão demonstradas a valores de realização. b. **Outros ativos e passivos – circulante e não circulante:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. c. **Imobilizado de uso:** O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela

legislação tributária, sendo imóvel situado no município do Guarujá, sendo depreciado à taxa de 4% a.a., 20% a.a. para Embarcação e Sistemas de Processamento de Dados; e 10% a.a. para as demais contas.

d. **Provisão para imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados, quando aplicável, com base no lucro tributável ajustado nos termos da legislação pertinente.

4. COMPOSIÇÃO DE SALDOS RELEVANTES

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante		
Títulos e valores mobiliários	52	4
Invest Fácil Bradesco	52	4
Outros Créditos	628	500
Adiantamentos e antecipações	6	6
Pagamento a ressarir	622	494
Outros valores e bens	31	31
Seguros	31	31
Passivo Circulante		
Outras obrigações	738	507
Impostos e contribuições sobre salário	15	9
Demais impostos e contribuições a recolher	3	2
Provisão de pgto. a efetuar	86	29
Cretores diversos	634	467

5. IMOBILIZADO DE USO

	2021		2020	
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	
Imobilizado				
Edificações	13.348	(1.091)	12.257	12.791
Sistema de processamento de dados	3	(1)	2	3
Embarcação	6.863	(2.637)	4.226	5.573
Total	20.214	(3.729)	16.485	18.367

6. **PATRIMÔNIO LÍQUIDO:** a) **Capital Social:** O Capital Social de R\$ 20.186, dividido em 20.185.920 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas por acionistas domiciliados no País. b) **Reserva legal:** Do resultado apurado em cada exercício social, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o montante de 20% do capital social. O saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral. 7. **CONTINGÊNCIAS:** As declarações de renda dos últimos cinco exercícios estão sujeitas à revisão e apuração pelas autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

A DIRETORIA • REINALDO DANTAS - Contador CRC 1SP 110330/O-6.

REAL ESTATE DUO 002 ANGRA DOS REIS ADM.BENS PROPRIOS S/A.

CNPJ(ME) 23.568.391/0001-40

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanços patrimoniais		Demonstrações de resultados				Demonstrações dos resultados abrangentes		
	31/12/21	31/12/20	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Lei 11.638)		31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
ATIVO			Resultado Bruto				RESULTADO DO PERÍODO	
ATIVO CIRCULANTE	57	3.874	Despesas/Receitas Operacionais	(892)	(486)		RESULTADO ABRANGENTE	(891)
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	18	101	Despesas Gerais e Administrativas	(892)	(486)			(891)
Outros títulos de renda fixa	18	101	Despesas de depreciação e amortização	(892)	(486)			(486)
OUTROS CRÉDITOS	27	3.773	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(892)	(486)			
Diversos	27	3.773	Resultado Financeiro	1	1			
OUTROS VALORES E BENS	12	-	Receitas Financeiras	1	-			
Outros valores e bens	12	-	Rendas de títulos e valores mobiliários	1	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	18.048	18.863	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(891)	(485)			
IMOBILIZADO DE USO	18.048	18.863	Resultado Líquido das Operações Continuadas	(891)	(485)			
Imóveis	16.850	16.850	Lucro/ (Prejuízo) do Período	(891)	(485)			
Outros bens do imob de uso	2.576	2.498	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(891)	(485)			
(Depreciações acumuladas)	(1.378)	(485)	Nº de Ações	15.750.100	15.750.100			
TOTAL DO ATIVO	18.105	22.737	Lucro (prejuízo) por Ação:	(0,057)	(0,031)			
PASSIVO	31/12/21	31/12/20	Demonstração das mutações do patrimônio líquido					
PASSIVO CIRCULANTE	3.732	7.472	EVENTOS	Capital Realizado	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total 31/12/20	Total Controladores	
OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.732	7.472	Saldos iniciais em 01/01/20	-	-	-	-	
Impostos e contribuições sobre salários	25	12	Mutações do Período	15.750	(485)	15.265	15.265	
Demais impostos e contribuições a recolher	18	13	Aumento de capital	15.750	-	15.750	15.750	
Provisões para pagamentos a efetuar	97	336	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	(485)	(485)	(485)	
Diversos	3.592	7.111	Saldos finais em 31/12/20	15.750	(485)	15.265	15.265	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.373	15.265	EVENTOS	Capital Realizado	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total 31/12/21	Total Controladores	
Capital:	15.750	15.750	Saldos iniciais em 01/01/21	15.750	(485)	15.265	15.265	
De domiciliados no país	15.750	15.750	Mutações do Período	-	(891)	(891)	(891)	
Lucros / (Prejuízos) acumulados	(1.377)	(485)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	(891)	(891)	(891)	
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	14.373	15.265	Saldos finais em 31/12/21	15.750	(1.377)	14.373	14.373	
TOTAL DO PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.105	22.737						

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A empresa Real Estate Duo 002 Angra dos Reis Administração de Bens Próprios S/A, foi constituída em 29 de outubro de 2015, e tem como objeto social administração e compartilhamento de bens próprios, visando o uso compartilhado entre os acionistas da Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, e de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a. **Auração de resultado:** As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. As aplicações em títulos estão demonstradas a valores de realização. b. **Outros ativos e passivos – circulante e não circulante:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. c. **Imobilizado de uso:** O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela

legislação tributária, sendo imóvel situado no Condomínio Ilha do Jorge situado no município de Angra dos Reis, sendo depreciado à taxa de 4% a.a.; 20% a.a. para Sistemas de Processamento de Dados e para Sistema de Transporte – Veículos; e, 10% a.a. para as demais contas. d. **Provisão para imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados, quando aplicável, com base no lucro tributável ajustado nos termos da legislação pertinente.

4. COMPOSIÇÃO DE SALDOS RELEVANTES

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante		
Títulos e valores mobiliários	18	101
Certificado depósito bancário	18	101
Outros Créditos - Diversos	27	3.773
Adiantamentos e antecipações	4	4
Pagamento a ressarir	3.742	3.742
Vtch Com Eireli EPP	27	27
Outros valores e bens	12	12
Seguros	12	12
Passivo Circulante		
Outras obrigações	3.732	7.472
Impostos e contribuições sobre salário	25	12
Demais impostos e contribuições a recolher	18	13
Provisão de pgto. a efetuar	97	336
Cretores diversos	3.592	7.111

6. IMOBILIZADO DE USO

	2021		2020	
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	
Imobilizado				
Edificações	16.850	(996)	15.854	16.485
Móveis e equipamentos	2.504	(370)	2.134	2.378
Veículo	72	(12)	60	-
Total	19.426	(1.378)	18.048	18.863

7. **PATRIMÔNIO LÍQUIDO:** a) **Capital Social:** O Capital Social de R\$ 15.750, dividido em 15.750.100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas por acionistas domiciliados no País. b) **Reserva legal:** Do resultado apurado em cada exercício social, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o montante de 20% do capital social. O saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral. 8. **CONTINGÊNCIAS:** As declarações de renda dos últimos cinco exercícios estão sujeitas à revisão e apuração pelas autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

A DIRETORIA • REINALDO DANTAS - Contador CRC 1SP 110330/O-6.

Dólar hesita, mas sobe com cautela externa e servidores no radar

O dólar exibiu viés de baixa pontual na manhã desta terça-feira, 19, após abrir em alta e retomar o sinal positivo, alinhado à valorização persistente no exterior ante pares principais – e divisas emergentes e ligadas a commodities em meio a cautela renovada com a guerra na Ucrânia e perspectiva de aumento de juros mais agres-

sivo nos Estados Unidos. O petróleo ampliou a queda para mais de 2%, pressionado por incertezas sobre o crescimento da economia global, em meio aos efeitos do “lockdown” imposto em várias cidades da China nas últimas semanas, incluindo Xangai.

Os investidores locais precificam ainda a aceleração do IPC-Fipe a 1,72% na segunda quadrissemana de

abril, ganhando força em relação ao aumento de 1,56%, com ampliação de seis dos sete componentes do índice, com destaque para Alimentação (de 3,01% para 3,34%).

Segundo operadores, os mercados operam de olho também no risco de piora fiscal das contas do governo por causa das negociações por reajuste dos servidores públicos. Diante da insatisfação

de diferentes categorias do funcionalismo federal com o reajuste linear de 5%, integrantes do Executivo avaliam ceder mais e oferecer, além de salários maiores, aumento do vale-alimentação e do valor das diárias concedidas para viagens, apurou a Folha de S.Paulo. Novas assembleias de servidores foram para avaliar as propostas fixam no foco.

As 9h27 desta terça, o

dólar à vista voltava a subir, cotado a R\$ 4,6602 (+0,19%), após subir nos primeiros negócios à máxima a R\$ 4,6707 e de cair à mínima a R\$ 4,6467. O dólar para maio retomava viés de alta, de 0,09%, a R\$ 4,6745, após mínima a R\$ 4,6595 e máxima a R\$ 4,6840.

Isto é Dinheiro

REAL ESTATE 003 CAMPOS DO JORDÃO ADM.BENS PROPRIOS S/A.

CNPJ(ME) 23.601.579/0001-43

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Balancos patrimoniais		Demonstrações de resultados				Demonstrações dos resultados abrangentes			
		31/12/21		31/12/20		31/12/21		31/12/20	
ATIVO									
ATIVO CIRCULANTE	139	164							
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	127	4							
Outros títulos de renda fixa	127	4							
OUTROS CRÉDITOS	12	160							
Diversos	12	160							
ATIVO NÃO CIRCULANTE	22.008	22.926							
IMOBILIZADO DE USO	22.008	22.926							
Imóveis	23.000	23.000							
Outros bens do imob de uso (Depreciações acumuladas)	(994)	(74)							
TOTAL DO ATIVO	22.147	23.090							
PASSIVO									
PASSIVO CIRCULANTE	141	23.164							
OUTRAS OBRIGAÇÕES	141	23.164							
Impostos e contribuições sobre salários	14	9							
Demais impostos e contribuições a recolher	2	3							
Provisões para pagamentos a efetuar	62	29							
Diversos	63	23.123							
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.006	(74)							
Capital:	23.000	-							
De domiciliados no país	23.000	-							
Lucros / (Prejuízos) acumulados	(994)	(74)							
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	22.006	(74)							
TOTAL DO PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.147	23.090							

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A empresa Real Estate 003 Campos do Jordão Administração de Bens Próprios S/A, foi constituída em 04 de novembro de 2015, e tem como objeto social administração e compartilhamento de bens próprios, visando o uso compartilhado entre os acionistas da Companhia. 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, e de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a. Apuração de resultado: As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. As aplicações em títulos estão demonstradas a valores de realização. b. Outros ativos e passivos – circulante e não circulante: Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. c. Investimentos: Está representado por imóvel situado no município de Campos do Jordão, sendo depreciado à taxa de 4% a.a. d. Imobilizado de uso: O imobilizado está registrado pelo

custo de aquisição. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo 10% a.a. para móveis e equipamentos. e. Provisão para imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados, quando aplicável, com base no lucro tributável ajustado nos termos da legislação pertinente.

4. COMPOSIÇÃO DE SALDOS RELEVANTES:

	31/12/2021	31/12/2020	
Ativo Circulante			
Títulos e valores mobiliários	127	4	
Certificado depósito bancário	127	4	
Passivo Circulante			
Outras Obrigações	63	23.123	
Cretores diversos	63	23.123	
5. IMOBILIZADO DE USO:			
	2021	2020	
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Imobilizado	23.000	(994)	22.006
Edificações	2	-	2
Móveis e equipamentos	2	-	-
Total	23.002	(994)	22.008

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital Social: O Capital Social de R\$ 23.000, dividido em 23.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas por acionistas domiciliados no País. Em 07 de agosto de 2020 foi deliberado o aumento de capital social no montante de R\$ 23.000, mediante a emissão de 23.000.000 novas ações ordinárias. b) Reserva legal: Do resultado apurado em cada exercício social, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o montante de 20% do capital social. O saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral. 7. CONTINGÊNCIAS: As declarações de renda dos últimos cinco exercícios estão sujeitas à revisão e apuração pelas autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

A DIRETORIA • REINALDO DANTAS - Contador CRC 1SP 110330/O-6.

REAL ESTATE DUO 004 ANGRA DOS REIS ADMINISTRAÇÃO S/A.

CNPJ(ME) 23.723.714/0001-23

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Balancos patrimoniais		Demonstrações de resultados				Demonstrações dos resultados abrangentes			
		31/12/21		31/12/21		31/12/21		31/12/21	
ATIVO									
ATIVO CIRCULANTE	42.117	3.039							
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	691	433							
Cotas de fundos de investimentos	691	433							
OUTROS CRÉDITOS	2.348	433							
Diversos	2.348	433							
OUTROS VALORES E BENS	38.645	38.645							
Outros valores e bens	38.645	38.645							
TOTAL DO ATIVO	42.117	42.117							
PASSIVO									
PASSIVO CIRCULANTE	16.941	16.938							
OUTRAS OBRIGAÇÕES	16.941	16.938							
Demais impostos e contribuições a recolher	1	1							
Provisões para pagamentos a efetuar	1	1							
Obrigs. por aquisição de bens e direitos	16.938	16.938							
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.176	25.176							
Capital:	25.203	30.343							
De domiciliados no país	30.343	30.343							
(Capital a realizar)	(5.140)	(27)							
Lucros / (Prejuízos) acumulados	(27)	(27)							
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	25.176	25.176							
TOTAL DO PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42.117	42.117							

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A empresa Real Estate Duo 004 Angra dos Reis Administração S/A, foi constituída em 24 de novembro de 2015, e tem como objeto social administração e compartilhamento de bens próprios, visando o uso compartilhado entre os acionistas da Companhia. 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, e de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a. Apuração de resultado: As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. As aplicações em títulos estão demonstradas a valores de realização. b. Outros ativos e passivos – circulante e não circulante: Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. c. Provisão para imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda da pessoa

jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados, quando aplicável, com base no lucro tributável ajustado nos termos da legislação pertinente.

4. COMPOSIÇÃO DE SALDOS RELEVANTES

	31/12/2021
Ativo Circulante	
Títulos e valores mobiliários	3.039
Cotas de fundos de investimentos	691
Certificado depósito bancário	2.348
Outros Créditos - Diversos	433
Impostos e contribuições a compensar	34
Devedores diversos - Pais	399
Outros valores e bens	38.645
Construções em andamento	38.645
Passivo Circulante	
Outras obrigações	16.941
Demais impostos e contribuições a recolher	2
Provisão de pgto. a efetuar	1
Obrigações por aquisição de bens e direitos	16.938

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital Social: O Capital Social de R\$ 30.343, dividido em 30.343.100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas por acionistas domiciliados no País. Em 31 de dezembro de 2021 havia o saldo a integralizar no montante de R\$ 5.140. Em 22 de janeiro de 2021 foi deliberado o aumento de capital de R\$ 30.343 mediante a emissão de 30.343.000 novas ações ordinárias. b) Reserva legal: Do resultado apurado em cada exercício social, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o montante de 20% do capital social. O saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral. 7. CONTINGÊNCIAS: As declarações de renda dos últimos cinco exercícios estão sujeitas à revisão e apuração pelas autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

A DIRETORIA • REINALDO DANTAS - Contador CRC 1SP 110330/O-6.

PT-PVH ADMINISTRAÇÃO DE BEM PROPRIO S/A.

CNPJ(ME) 39.923.369/0001-01

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Balancos patrimoniais		Demonstrações de resultados				Demonstrações dos resultados abrangentes			
		31/12/21		31/12/21		31/12/21		31/12/21	
ATIVO									
ATIVO CIRCULANTE	1.563	1.549							
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	1.549	1.549							
Outros títulos de renda fixa	14	14							
OUTROS CRÉDITOS	14	14							
Diversos	14	14							
ATIVO NÃO CIRCULANTE	7.151	7.151							
IMOBILIZADO DE USO	7.151	7.151							
Outros bens do imob de uso (Depreciações acumuladas)	7.729	(578)							
TOTAL DO ATIVO	8.714	8.714							
PASSIVO									
PASSIVO CIRCULANTE	9.198	9.198							
OUTRAS OBRIGAÇÕES	9.198	9.198							
Demais impostos e contribuições a recolher	5	3							
Provisões para pagamentos a efetuar	3	3							
Diversos	9.190	9.190							
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(484)	(484)							
Lucros / (Prejuízos) acumulados	(484)	(484)							
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	(484)	(484)							
TOTAL DO PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.714	8.714							

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A empresa PT-PVH ADMINISTRAÇÃO DE BEM PROPRIO S/A foi constituída em 26 de novembro de 2020, e tem por objetivo a administração de bem próprio. 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, e de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: 3.1. Apuração do resultado: As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. 3.2. Ativos e passivos circulantes e a longo prazo: Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidos das correspondentes rendas, despesas e apropriar e, quando aplicável, provisões para perdas. 3.3. Imobilizado: O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo 10% a.a. para Aeronave; e, 10% a.a. para os demais contos. 3.4. Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base no lucro tributável, ajustado nos termos da legislação pertinente.

4. COMPOSIÇÃO DE SALDOS RELEVANTES

	31/12/2021		
Ativo Circulante			
Títulos e valores mobiliários	1.549		
Certificado depósito bancário	1.549		
Outros Créditos	14		
Impostos e contribuições a compensar	14		
Passivo Circulante			
Outras obrigações	9.198		
Demais impostos e contribuições a recolher	5		
Provisão de pgto. a efetuar	3		
Cretores diversos	9.190		
5. IMOBILIZADO DE USO:			
	2021		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Imobilizado	7.729	(578)	7.151
Sistema de Transportes	7.729	(578)	7.151
Aeronave	7.729	(578)	7.151
Total	7.729	(578)	7.151

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital Social: O capital social subscrito é de R\$ 100,00 (cem reais), dividido em 100 ações todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal, a integralizar pelos acionistas. b) Reserva legal: Do resultado apurado em cada exercício social, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o montante de 20% do capital social. O saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral. 7. CONTINGÊNCIAS: Impostos e contribuições permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

A DIRETORIA • REINALDO DANTAS - Contador CRC 1SP 110330/O-6.

CARS DUO 001 ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS S/A.

CNPJ(ME) 21.602.764/0001-27

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Balancos patrimoniais		Demonstrações de resultados		Demonstrações dos fluxos de caixa		
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
ATIVO						
ATIVO CIRCULANTE	190	141				
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	175	128				
Outros títulos de renda fixa	175	128				
OUTROS VALORES E BENS	15	13				
Outros valores e bens	15	13				
ATIVO NÃO CIRCULANTE	652	820				
IMOBILIZADO DE USO	652	820				
Outros bens do imob de uso	840	840				
(Depreciações acumuladas)	(188)	(20)				
TOTAL DO ATIVO	842	961				
PASSIVO						
PASSIVO CIRCULANTE	182	981				
OUTRAS OBRIGAÇÕES	182	981				
Provisões para pagamentos a efetuar	1	7				
Diversos	181	974				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	660	(20)				
Capital:	845	-				
De domiciliados no país	845	845				
(Capital a realizar)	-	(845)				
Lucros / (Prejuízos) acumulados	(185)	(20)				
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	660	(20)				
TOTAL DO PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	842	961				

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A empresa CARS DUO 001 ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS S.A. foi constituída em 23 de dezembro de 2014, e tem por objeto social a administração e compartilhamento de bens próprios, visando o uso compartilhado entre os acionistas da Companhia; e a participação de outras empresas ou entidades na qualidade de acionista, sócia ou associada. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, e de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** 3.1. **Apuração do resultado:** As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. 3.2. **Ativos e passivos circulantes e a longo prazo:** Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidos das correspondentes rendas, despesas a apropriar e, quando aplicável, provisões para perdas. 3.3. **Imobilizado de Uso:** O imobilizado de uso está contabilizado ao custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo de 20% para Sistema de Transporte - Veículos. 3.4. **Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base no lucro tributável, ajustado nos termos da legislação pertinente.

4. COMPOSIÇÃO DE SALDOS RELEVANTES:

	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO Circulante		
Títulos e valores mobiliários	175	128
Certificado depósito bancário	175	128
Outros valores e bens	15	13
Seguros	15	13
Passivo Circulante		
Outras Obrigações	181	974
Credores diversos	181	974
5. IMOBILIZADO DE USO:		
	2021	2020
Custo		
Imobilizado	840	652
Sistema de Transportes	840	652
Veículos	840	652
Total	840	652
Depreciação acumulada	(188)	(20)
Imobilizado	(188)	(20)
Sistema de Transportes	(188)	(20)
Veículos	(188)	(20)
Saldo líquido	652	820
Imobilizado	652	820
Sistema de Transportes	652	820
Veículos	652	820
Total	652	820

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) **Capital Social:** O capital social subscrito é de R\$ 845, dividido em 845,328 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 13 de março de 2020 foi deliberado o aumento de capital social no montante de R\$ 844 passando de R\$ 1 para R\$ 845, mediante a emissão de 844,328

Demonstrações dos resultados abrangentes				
	31/12/21	31/12/20		
RESULTADO DO PERÍODO	(165)	(20)		
RESULTADO ABRANGENTE	(165)	(20)		

novas ações ordinárias. b) **Reserva legal:** Do resultado apurado em cada exercício social, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o montante de 20% do capital social. O saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral. **7. CONTINGÊNCIAS:** Impostos e contribuições permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

A DIRETORIA • REINALDO DANTAS - Contador CRC 1SP 110330/O-6.

Rosset Artes Gráficas e Editora S.A.

CNPJ: 57.593.832/0001-86

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em atendimento às disposições legais e estatutárias, submeto à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, São Paulo, 18 de Abril de 2022. **A Administração**

Balancos Patrimoniais Consolidados			
	31/12/2021	31/12/2020	
Ativo			
Ativo	18.084.318,05 D	11.327.184,92 D	
Ativo circulante	16.105.019,92 D	9.307.080,73 D	
Disponível	2.935.808,51 D	314.083,11 D	
Bens numerários	4.715,66 D	882,55 D	
Bancos c/ movimento	1.823.010,00 D	10,00 D	
Aplicações financeiras	1.108.082,85 D	313.190,56 D	
Valores a receber	8.024.262,01 D	4.548.247,07 D	
Clientes	4.640.531,22 D	4.258.733,75 D	
Adiantamentos diversos	2.866.004,08 D	286.570,71 D	
Outras contas a receber	517.726,71 D	2.942,61 D	
Valores e créditos recuperáveis	38.629,01 D	237.530,41 D	
Tributos recuperáveis	38.629,01 D	237.530,41 D	
Estoques	5.106.106,18 D	4.206.810,95 D	
Produção do estabelecimento	1.689.535,49 D	1.282.831,91 D	
Matérias primas e embalagens	3.038.509,45 D	2.809.328,76 D	
Estoque em poder de terceiros	284.368,17 D	114.650,28 D	
Estoque de terceiros	93.693,07 D	0,00	
Despesa do exercício seguinte	214,21 D	409,19 D	
Despesas a apropriar exercício seguinte	214,21 D	409,19 D	
Ativo não circulante	1.979.298,13 D	2.020.104,19 D	
Valores realizáveis a longo prazo	74.881,26 D	51.279,37 D	
Depósitos e cauções	74.493,15 D	50.891,26 D	
Empréstimo compulsório	388,11 D	388,11 D	
Imobilizado	1.140.822,52 D	1.139.743,47 D	
Bens	14.604.151,44 D	14.213.377,96 D	
Depreciação acumulada	13.463.328,92 C	13.073.634,49 C	
Intangível	763.594,35 D	829.081,35 D	
Bens incorpóreos	1.851.777,12 D	1.851.777,12 D	
(-) Amortizações acumuladas	1.088.182,77 C	1.022.695,77 C	
Total do ativo	18.084.318,05 D	11.327.184,92 D	
Passivo			
Passivo circulante			
Obrigações a curto prazo	10.867.025,25 C	5.934.411,84 C	
Fornecedores	6.125.715,33 C	2.953.396,68 C	
Empréstimos e financiamentos	257.842,59 C	670.229,94 C	
Obrigações tributárias	737.508,02 C	386.760,43 C	
Obrigações trabalhistas	100.488,25 C	106.662,79 C	
Encargos s/ folha	170.613,79 C	146.441,89 C	
Provisões	94.320,20 C	133.803,34 C	
Contas a pagar	3.035.648,50 C	295.817,90 C	
Receita diferida	68.850,00 D	694.398,87 C	
Obrigações sociais e estatutárias	152.000,00 C	467.000,00 C	
Estoque em poder de terceiros	166.820,00 C	79.900,00 C	
Estoque de terceiros	94.918,57 C	0,00	
Passivo não circulante	93.481,46 C	144.020,48 C	
Valores exigíveis a longo prazo	93.481,46 C	144.020,48 C	
Empréstimos e financiamentos	0,00	34.999,93 C	
Financiamento/ parcelamento tributário	93.481,46 C	109.020,55 C	
Patrimônio líquido	7.123.811,34 C	5.248.752,60 C	
Capital social	3.000.000,00 C	3.000.000,00 C	
Capital social integralizado	3.000.000,00 C	3.000.000,00 C	
Reservas de capital	1.052.011,18 C	1.052.011,18 C	
Reservas de capital	1.052.011,18 C	1.052.011,18 C	
Reservas de lucros	1.796.054,13 C	1.796.054,13 C	
Reservas de lucros	1.796.054,13 C	1.796.054,13 C	
Lucro/ prejuízos acumulados	547.624,52 D	1.223.622,41 D	
Lucro/ prejuízos acumulados	547.624,52 D	1.223.622,41 D	
Resultado do exercício em curso	1.823.370,55 C	657.168,11 C	
Resultado do exercício em curso	1.823.370,55 C	657.168,11 C	
Total do passivo e patrimônio líquido	18.084.318,05 C	11.327.184,92 C	
Demonstração do Resultado do Exercício - Consolidado			
	31/12/2021	31/12/2020	
Receitas	33.013.845,00 C	23.200.977,25 C	
Receita operacional bruta	43.091.826,70 C	30.417.893,64 C	
Receita bruta	43.091.826,70 C	30.417.893,64 C	
Venda de produtos	30.537.312,68 C	22.111.483,81 C	
Receita de serviços	12.319.819,04 C	8.109.252,23 C	
Industrialização	176.088,72 C	197.157,60 C	
Exportação	58.606,26 C	0,00	
Deduções das receitas	11.024.471,01 D	8.085.144,08 D	
Deduções e abatimentos das vendas	11.024.471,01 D	8.085.144,08 D	
Deduções e abatimentos	11.024.471,01 D	8.085.144,08 D	
Outras receitas	946.489,31 C	868.227,69 C	
Receitas operacionais	716.489,31 C	861.027,69 C	
Receitas financeiras	24.964,27 C	151.832,20 C	
Valores recuperados	365.440,24 C	369.938,77 C	
Outras receitas diversas	9.797,27 C	339.256,72 C	
Venda para entrega futura	316.287,53 C	0,00	
Ganhos de capital	230.000,00 C	7.200,00 C	
Lucros na alienação do imobilizado	230.000,00 C	7.200,00 C	
Total de receitas	33.013.845,00 C	23.200.977,25 C	
(=) Receita líquida	33.013.845,00 C	23.200.977,25 C	
Custos	21.249.231,38 D	16.736.363,92 D	
Custos técnicos	21.249.231,38 D	16.736.363,92 D	
Custos técnicos	21.228.330,92 D	16.736.363,92 D	
Custo dos produtos vendidos	10.800.840,82 D	8.574.281,01 D	
Gastos gerais de fabricação	10.427.490,10 D	8.162.082,91 D	
Custos de serviços vendidos	20.900,46 D	0,00	
Custos de serviços	20.900,46 D	0,00	
Total de custos	21.249.231,38 D	16.736.363,92 D	
(=) Lucro bruto	11.764.613,62 C	6.464.613,33 D	
Despesas	9.889.554,88 D	5.280.742,37 D	
Despesas operacionais	9.130.586,48 D	4.880.891,44 D	
Despesas operacionais	9.130.586,48 D	4.880.891,44 D	
Despesas comerciais/administrativas	8.639.114,32 D	4.003.265,68 D	
Despesas tributárias	231.091,81 D	249.949,68 D	
Despesas financeiras	259.968,57 D	627.676,08 D	
Despesas não dedutíveis	411,78 D	0,00	
Provisões para IRPJ e CSLL	758.968,40 D	399.850,93 D	
Imposto de renda	758.968,40 D	399.850,93 D	
Provisão imposto de renda	551.099,93 D	289.243,33 D	
Provisão contribuição social	207.868,47 D	110.607,60 D	
Total de despesas	9.889.554,88 D	5.280.742,37 D	
(=) Lucro Operacional	1.875.058,74 C	1.183.870,96 C	
Resultado Financeiro:			
Outras Receitas/Despesas:			
(=) Lucro antes dos impostos, participação e contribuições	1.875.058,74 C	1.183.870,96 C	
Provisão de Impostos:			
Participações e Contribuições:			
(=) Total do lucro do período:	1.875.058,74 C	1.183.870,96 C	

Reconhecemos a exatidão da presente demonstração encerrada em 31 de Dezembro de 2021 conforme documentação apresentada.

Diretoria
Rafael Rosset - Diretor

Contador
Paulo Cesar Pereira Junior - TC/CRC 238585/O-5

Almapama Participações S.A.

CNPJ/MF nº 17.252.516/0001-26

Balancos Patrimoniais para o exercício findo em 31/12/2021 (Em Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo	1.278.104,35	1.278.104,35
Ativo circulante	1.278.104,35	15.463,04
Disponibilidades	297.515,35	15.463,04
Caixa	100,00	45,04
Bancos conta movimento	297.415,35	15.418,00
Direitos realizáveis a curto prazo	980.589,00	1.262.641,31
Estoques	980.589,00	1.252.541,00
Capital social		1.252.541,00
Prejuízos acumulados		(196.736,99)
Prejuízos acumulados		(196.736,99)
Resultado do exercício		206.837,30
Apuração do resultado		206.837,30
Receita bruta	231.000,00	
Receita com vendas de mercadorias	231.000,00	
(-) Deduções da receitas	(9.490,00)	
PIS s/vendas	(1.690,00)	
Cofins s/vendas	(7.800,00)	
(=) Resultado operacional bruto	221.510,00	
Resultado operacional líquido	221.510,00	
Despesas operacionais	(8.744,70)	
(-) CSLL	(2.808,00)	
Despesas com serviço de terceiros	(6.092,42)	
Lucro operacional líquido	206.837,30	
Jose Carlos de Oliveira Souza		Marcelo Ferreira Neto
Contador - CRC 1SP 130.997/O-5		Diretor

Rarique Administração e Participação S.A.

CNPJ/ME nº 17.25

Publicidade Legal

Banco Digimais S.A.

CNPJ/ME nº 92.874.270/0001-40 - NIRE 35.300.561.619

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

1. **Data, Hora e Local:** Realizada no dia 31 de março de 2022, às 09:00 horas, na sede do Banco Digimais S.A., localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz, nº 250, conjunto 1102, Vila Olímpia, CEP 04552-040 ("Companhia"). 2. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. 3. **Convocação:** Foram dispensadas e sanadas todas as formalidades de convocação, publicação de anúncios e de documentos e observância dos prazos, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada de tempos em tempos ("Lei das Sociedades por Ações"). 4. **Composição da Mesa:** Presidente: João Luiz Urbaneja. Secretário: Eduardo Gonzaga de Oliveira Guedes. 5. **Ordem do dia:** Deliberar sobre (i) a 1ª (primeira) emissão de letras financeiras com cláusula de subordinação para composição do Nível II do patrimônio de referência, em série única, para distribuição pública com dispensa de registro na Comissão de Valores Mobiliários ("Letras Financeiras" e "CVM", respectivamente), por meio da celebração do "Instrumento Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Letras Financeiras com Cláusula de Subordinação, em Série Única, para Distribuição Pública com Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários, com Informações Essenciais das Letras Financeiras com Cláusula de Subordinação do Banco Digimais S.A." ("Instrumento de Emissão") que prevê a emissão pública das Letras Financeiras dispensada de registro junto à CVM nos termos da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, conforme alterada ("Lei nº 12.249"), da Resolução nº 4.733, conforme alterada, da Comissão Monetária Nacional ("Resolução CMN 4.733" e "CMN", respectivamente), da Resolução CMN nº 4.788, de 23 de março de 2020, conforme alterada ("Resolução CMN 4.788"), da Resolução BCB nº 122, de 04 de agosto de 2021, do Banco Central do Brasil, que dispõe sobre a autorização para utilização de recursos captados por meio de letras financeiras com cláusula de subordinação na composição do Nível II do Patrimônio de Referência da Emissora ("Resolução BCB 122", "BCB" e "PR", respectivamente), da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.385") e da Resolução CVM nº 8, de 14 de outubro de 2020, conforme alterada ("Resolução CVM nº 8"), bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis e de todos os termos e condições de referida emissão ("Emissão" e "Oferta"); (ii) a fixação da quantidade de Letras Financeiras e dos Juros Remuneratórios das Letras Financeiras independentemente de qualquer nova deliberação e aprovação pela Assembleia Geral da Companhia; e (iii) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todo e qualquer ato necessários à Emissão e à Oferta. 6. **Deliberação:** A Assembleia Geral, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas: 6.1. Aprovou a realização da primeira Emissão de Letras Financeiras com cláusula de subordinação para composição do Nível II do Patrimônio de Referência da Companhia, em série única, dispensada de registro junto à CVM, observados os seguintes termos e condições: (a) **Número da Emissão:** A Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de Letras Financeiras da Companhia. (b) **Séries:** A Emissão será realizada em série única. (c) **Agente de Liquidação e de Escrituração:** A Oliveira Trust Distribuidora Da Títulos E Valores Mobiliários S.A., instituição financeira, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 3434, bloco 7, sala 201, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0001 91, atuará como banco liquidante e como escriturador das Letras Financeiras ("Agente de Liquidação" ou "Escriturador"). (d) **Renegociação ou Repactuação:** Não haverá processo de renegociação ou repactuação das Letras Financeiras. (e) **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário de cada Letra Financeira, na Data de Emissão (conforme abaixo definida), será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário"). (f) **Quantidade de Letras Financeiras:** Serão emitidas 200 (duzentas) Letras Financeiras, com cláusula de subordinação, para fins de composição do Nível II do Patrimônio de Referência do Emitente, nos termos do Núcleo de Subordinação de Letra Financeira previsto no Anexo II da Resolução BCB nº 122. (g) **Data de Emissão das Letras Financeiras:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Letras Financeiras é aquela constante do Instrumento de Emissão ("Data de Emissão"). (h) **Data de Vencimento:** As Letras Financeiras terão prazo de 84 (oitenta e quatro) meses, contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Companhia pagará o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras, acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo). (i) **Emissão, Depósito e Comprovação de Titularidade:** A Emissão será realizada pela Companhia mediante depósito por meio do registro eletrônico junto à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("B3"), de acordo com as normas da B3, conforme definidas em seu regulamento e nos manuais aplicáveis. A titularidade das Letras Financeiras será comprovada por meio de extrato individualizado emitido pela B3 em nome dos titulares das Letras Financeiras. (j) **Forma, Espécie e Convertibilidade:** As Letras Financeiras serão emitidas exclusivamente sob a forma escritural em sistema de registro, sem emissão de certificados ou caules. As Letras Financeiras serão da espécie quirográfica, não contendo com garantias de qualquer espécie e não serão convertíveis em ações de emissão da Companhia. (k) **Atualização Monetária:** As Letras Financeiras não serão atualizadas monetariamente. (l) **Remuneração:** Sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI ("Taxa DI"), acrescida, exponencialmente, de sobretaxa equivalente 25% (vinte e cinco por cento) da Taxa DI, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>) ("Juros Remuneratórios"). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis, decorridos sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento, de acordo com os critérios definidos no "Caderno de Fórmulas - Fórmulas - CDBs, Dis, DPGE, LAM, LC, LF, LFS, LFSC, LFSN, IEI e RDB - Ceti21", disponível para consulta no website da B3 (<http://www.b3.com.br>). A remuneração das Letras Financeiras será calculada na forma a ser descrita no Instrumento de Emissão ("Remuneração das Letras Financeiras"). (m) **Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** O preço de subscrição das Letras Financeiras será o seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração das Letras Financeiras ("Preço de Subscrição"). A subscrição e a integralização das Letras Financeiras ocorrerão de acordo com os procedimentos da B3, à vista e em moeda corrente nacional. (n) **Pagamento dos Juros Remuneratórios e Principal:** O pagamento do Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras, acrescido dos Juros Remuneratórios, será realizado em uma única data, na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas no Instrumento de Emissão. (o) **Data de Liquidação:** A liquidação financeira das operações de integralização das Letras Financeiras, com a respectiva prestação de contas e pagamentos, será realizada em uma única data, qual seja, na Data de Emissão ("Data de Liquidação"), observado o disposto no Instrumento de Emissão. (p) **Destinação de Recursos:** Os recursos captados por meio da Emissão serão utilizados para fins de composição do Nível II do Patrimônio de Referência ("PR") do Emitente, nos termos do Núcleo de Subordinação de Letra Financeira previsto no Anexo II da Resolução BCB 122. (q) **Resgate Antecipado e Amortização Antecipada:** As Letras Financeiras não poderão ser resgatadas antecipadamente, total ou parcialmente, tampouco serão objeto de amortização antecipada, total ou parcial. (r) **Espécie:** As Letras Financeiras não contarão com garantias de nenhuma natureza (dívida quirográfica). (s) **Demais características da Emissão:** as demais características da Emissão e das Letras Financeiras serão aquelas especificadas no Instrumento de Emissão. 6.2. Autorizou a fixação da quantidade de Letras Financeiras e dos Juros Remuneratórios das Letras Financeiras independentemente de qualquer nova deliberação e aprovação pela Assembleia Geral da Companhia, por meio da celebração de quaisquer aditamentos aos documentos da Oferta. 6.3. Por fim, autorizou os Diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para a efetivação da Emissão e da Oferta, de acordo com a legislação aplicável, ficando a Diretoria dessa forma responsável pelo arquivamento e a publicação dos atos perante os órgãos competentes. 7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária e lavrada esta Ata, que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Assinaturas: (i) Mesa: João Luiz Urbaneja (Presidente) e Eduardo Gonzaga de Oliveira Guedes (Secretário); (ii) Acionistas: Digimais Participações S.A. e João Luiz Urbaneja. São Paulo, 31 de março de 2022. João Luiz Urbaneja – Presidente; Eduardo Gonzaga de Oliveira Guedes – Secretário. JUCESP nº 198.985/22-8 em 13/04/22. Gisela Simiema Ceschim - Secretária Geral.

Enseada Paraíso S.A.

CNPJ/ME nº 07.152.260/0001-21 - NIRE 35.300.350.006

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os acionistas da Enseada Paraíso S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, em formato híbrido, fisicamente no endereço da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 3º Andar, Bloco 2, Cj. 32, Condomínio Edifício São Luiz, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-900, ou telepresencial mediante acesso ao link disponibilizado por e-mail para participação remota, com envio no endereço eletrônico cadastrado do acionista em até 24 (vinte e quatro) horas da realização das Assembleias, a ser realizada no dia 29/04/2022, às 19h00m, em primeira convocação, e às 19h30m, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Deliberar e aprovar sobre as contas apresentadas pela Administração, bem como o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021. Consignar que, na forma do Artigo 1.078 do Código Civil, todas os acionistas declaram ter recebido cópias dos relatórios de contas da Administração e das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2021, com a devida antecedência da data da presente Assembleia; (ii) Aprovar a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31/12/2021, conforme demonstrações financeiras; (iii) Deliberar e aprovar sobre as contas apresentadas pela Administração, bem como o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2020, 31/12/2019, 31/12/2018, 31/12/2017 e 31/12/2016, respectivamente. Consignar que, na forma do artigo 1.078 do Código Civil, todos os acionistas declaram ter recebido cópias dos relatórios de contas da Administração e das demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais supracitados, com a devida antecedência da data da presente Assembleia; (iv) Deliberar e aprovar a destinação do resultado apurado nos exercícios sociais encerrados em 31/12/2020, 31/12/2019, 31/12/2018, 31/12/2017 e 31/12/2016, respectivamente, conforme demonstrações financeiras; e (v) Deliberar e aprovar sobre a destituição e eleição de membros do Conselho de Administração. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (vi) Alteração da sede social da Companhia, com a consequente alteração da Cláusula Segunda do Estatuto Social; (vii) Deliberar acerca do aumento do capital social da Companhia, para capitalização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, com a consequente alteração da Cláusula Quinta do Estatuto Social; (viii) Consolidação do Estatuto para refletir as deliberações tomadas; e (ix) Deliberar sobre Assuntos Gerais de interesse da Companhia. **INFORMAÇÕES GERAIS:** As demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2019, 31/12/2018, 31/12/2017 e 31/12/2016, estão disponíveis para a consulta dos acionistas na sede social da Companhia, as quais foram devidamente disponibilizadas no prazo legal. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer munido de documento que comprove sua identidade ou enviá-lo, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas da data das Assembleias, para o e-mail wdooliveira@gafisa.com.br. Na hipótese de representação do acionista por procurador, os instrumentos de mandatos com poderes especiais para representação nas assembleias a que se referem o presente Edital devem ser depositados na sede da Companhia ou enviados para o e-mail supracitado até 28/04/2022. São Paulo, 19/04/2022. Enseada Paraíso S.A. Administração.

Jardins da Barra Desenvolvimento Imobiliário S.A.

CNPJ/ME nº 09.253.266/0001-10 - NIRE 35.300.354.206

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os Acionistas da Jardins da Barra Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, em formato híbrido, fisicamente no endereço da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 3º Andar, Bloco 2, Cj. 32, Condomínio Edifício São Luiz, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-900, ou telepresencial mediante acesso ao link disponibilizado por e-mail para participação remota, com envio no endereço eletrônico cadastrado do Acionista em até 24 (vinte e quatro) horas da realização das Assembleias, a serem realizadas no dia 28 de Abril de 2022, às 18h00m, em primeira convocação, e às 18h30m, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Deliberar e aprovar sobre as contas apresentadas pela Administração, bem como o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Consignar que, na forma do Artigo 1.078 do Código Civil, todas os Acionistas declaram ter recebido cópias dos relatórios de contas da Administração e das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, com a devida antecedência da data da presente Assembleia; (ii) Aprovar a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, conforme demonstrações financeiras; (iii) Deliberar e aprovar sobre as contas apresentadas pela Administração, bem como o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respectivamente. Consignar que, na forma do artigo 1.078 do Código Civil, todas as acionistas declaram ter recebido cópias dos relatórios de contas da Administração e das demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais supracitados, com a devida antecedência da data da presente Assembleia. (iv) Deliberar e aprovar a destinação do resultado apurado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respectivamente, conforme demonstrações financeiras; (v) Deliberar e aprovar sobre a destituição e eleição de membros da Diretoria. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (vi) Deliberar sobre Assuntos Gerais de interesse da Companhia. **Informações Gerais:** - As Demonstrações Financeiras, referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, estão disponíveis para a consulta dos Acionistas na sede social da Companhia, as quais foram devidamente disponibilizadas no prazo legal. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer munido de documento que comprove sua identidade ou enviar, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas da data da Assembleia, para o e-mail wdooliveira@gafisa.com.br. Na hipótese de representação do acionista por procurador, os instrumentos de mandatos com poderes especiais para representação nas assembleias a que se referem o presente Edital devem ser depositados na sede da Companhia ou enviados para o e-mail supracitado até 27 de Abril de 2022. São Paulo, 19 de Abril de 2022. Atenciosamente, Jardins da Barra Desenvolvimento Imobiliário S.A., Administração. (20, 21 e 23/04/2022)

Enseada Paraíso S.A.

CNPJ/ME nº 07.152.260/0001-21 - NIRE 35.300.350.006

REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Conselheiros da Enseada Paraíso S.A. ("Companhia") para se reunirem em Reunião do Conselho de Administração, em formato híbrido, fisicamente no endereço da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 3º Andar, Bloco 2, Cj. 32, Condomínio Edifício São Luiz, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-900, ou telepresencial mediante acesso ao link disponibilizado por e-mail para participação remota, com envio no endereço eletrônico cadastrado do Conselheiro em até 24 (vinte e quatro) horas da realização da Reunião, a ser realizada no dia 29/04/2022, às 18h00m, em primeira convocação, e às 18h30m, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** (i) Deliberar e aprovar sobre a destituição e eleição de membros da Diretoria; (ii) Deliberar e aprovar sobre a proposta da Administração, a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária, quanto a aprovação das contas apresentadas pela Administração, bem como o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021, e exercícios encerrados em 31/12/2020, 31/12/2019, 31/12/2018, 31/12/2017 e 31/12/2016, respectivamente. Consignar que, na forma do Artigo 1.078 do Código Civil, todos os acionistas/conselheiros declaram ter recebido cópias dos relatórios de contas da Administração e das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2021 e demais exercícios encerrados em 31/12/2020, 31/12/2019, 31/12/2018, 31/12/2017 e 31/12/2016, respectivamente, com a devida antecedência da data da presente Reunião; e (iii) Deliberar e aprovar sobre a proposta da Administração quanto a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31/12/2021, conforme demonstrações financeiras; e (iv) Deliberar sobre Assuntos Gerais de interesse da Companhia. São Paulo, 19/04/2022. Enseada Paraíso S.A. Administração.

Gafisa SPE-113

Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/ME nº 11.165.961/0001-72 - NIRE 35.300.411.889

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os acionistas da Gafisa SPE-113 Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, em formato híbrido, fisicamente no endereço da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 3º Andar, Bloco 2, Cj. 32, Condomínio Edifício São Luiz, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-900, ou telepresencial mediante acesso ao link disponibilizado por e-mail para participação remota, com envio no endereço eletrônico cadastrado do acionista em até 24 (vinte e quatro) horas da realização das Assembleias, a serem realizadas no dia 29 de Abril de 2022, às 15h00m, em primeira convocação, e às 15h30m, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Deliberar e aprovar sobre as contas apresentadas pela Administração, bem como o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Consignar que, na forma do Artigo 1.078 do Código Civil, todos os acionistas declaram ter recebido cópias dos relatórios de contas dos diretores e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, com a devida antecedência da data da presente Assembleia; (ii) Aprovar a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, conforme demonstrações financeiras; (iii) Deliberar e aprovar sobre as contas apresentadas pela Administração, bem como o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respectivamente. Consignar que, na forma do artigo 1.078 do Código Civil, todos os acionistas declaram ter recebido cópias dos relatórios de contas da Administração e das demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais supracitados, com a devida antecedência da data da presente Assembleia. (iv) Deliberar e aprovar a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respectivamente, conforme demonstrações financeiras; e (v) Deliberar e aprovar sobre a destituição e eleição de membros da Diretoria; **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Deliberar e aprovar acerca do aumento do capital social da Companhia, para capitalização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, com a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (ii) Deliberar pela consolidação do Estatuto Social para refletir as deliberações tomadas nas Assembleias e adequação do Estatuto Social quanto as deliberações anteriores; e (iii) Deliberar sobre Assuntos Gerais de interesse da Companhia. **Informações Gerais:** As Demonstrações Financeiras, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, estão disponíveis para a consulta dos acionistas na sede social da Companhia, as quais foram devidamente disponibilizadas no prazo legal. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer munido de documento que comprove sua identidade ou enviá-lo, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas da data das Assembleias, para o e-mail wdooliveira@gafisa.com.br. Na hipótese de representação do acionista por procurador, os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação nas Assembleias a que se referem o presente Edital devem ser depositados na sede da Companhia ou enviados para o e-mail supracitado até 28 de abril de 2022. São Paulo, 19 de abril de 2022. Atenciosamente, Gafisa SPE-113 Empreendimentos Imobiliários S.A., Administração. (20, 21 e 23/04/2022)

Bolsas da Europa fecham em queda, com guerra e impactos na economia global

Os mercados acionários da Europa registraram baixas nesta terça-feira, 19. Na volta de um dia de feriado com bolsas fechadas, houve maior foco na guerra entre Rússia e Ucrânia, em nova fase, enquanto algumas instituições, entre elas o Fundo Monetário Internacional (FMI), cortavam projeções para a economia global.

O índice pan-europeu Stoxx 600 fechou em queda de 0,77%, em 456,28 pontos.

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, disse que a Rússia lançou nesta semana uma ofensiva para assumir o controle do leste do país. As forças russas atacaram a cidade de Lviv e vários outros alvos, em uma aparente tentativa de degradar as forças de defesa locais. Em um dia sem indicadores relevantes na região, o conflito ganhou mais foco, com potenciais novas sanções podendo pesar também na economia dos países da zona do euro e no Reino Unido.

Além disso, o FMI cortou sua projeção de avanço do PIB mundial neste ano de 4,4% a 3,6% e, para 2023, de 3,8% a 3,6%. A guerra foi apontada como a principal causa, com o Fundo prevendo preços mais altos de commodities, impulsionando a persistente inflação elevada pelo mundo.

Para a zona do euro, o FMI prevê crescimento de 2,8% (de 3,9% na projeção anterior), com Alemanha e Itália como os países mais afetados. Para 2023, a expectativa de crescimento na zona do euro foi de 2,5% a 2,3%.

Isto é Dinheiro

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6FB4-BEA6-3579-3CA4.



Diálogo Engenharia e Construção S.A.

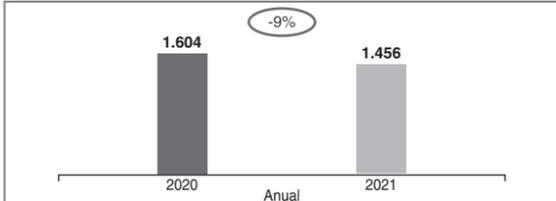
CNPJ/ME nº 57.132.417/0001-25

Relatório da Administração

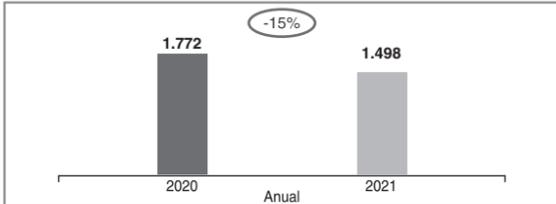
A administração da Diálogo Engenharia e Construção S.A. ("Companhia" ou "DIÁLOGO"), vem por meio deste apresentar o Relatório da Administração juntamente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia mantém a sua estratégia em atuar no setor de incorporação imobiliária e construção civil residencial e comercial, voltados aos segmentos de média e média-alta renda com presença predominantemente na região metropolitana de São Paulo.

A DIÁLOGO tem por excelência a assertividade na escolha dos terrenos, no desenvolvimento dos produtos e projetos eficientes a serem incorporados, e na execução da construção de seus empreendimentos imobiliários com qualidade e prazo, visando sempre a satisfação do cliente, fornecedores, colaboradores e acionistas.

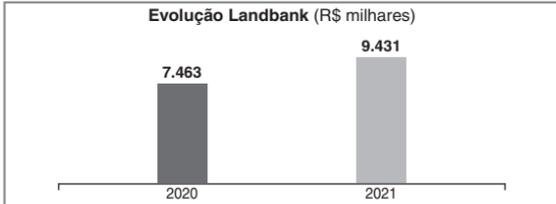
Desempenho operacional: A DIÁLOGO desde a sua fundação em 1987 até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 lançou mais de 150 projetos totalizando aproximadamente um VGV (Volume Geral de Vendas) de R\$18 bilhões distribuídos em mais 19.800 unidades imobiliárias, das quais, mais de 14.547 já foram concluídas e entregues dentro do prazo contratual acordado. Em decorrência da 2ª. onda da Covid-19 para manter o equilíbrio das unidades em estoques reduzimos o nosso plano de lançamentos dos empreendimentos, consequentemente, até 31 de dezembro de 2021, lançamos 7 empreendimentos (12 empreendimentos até 31 de dezembro de 2020), que totalizaram R\$1,45 bilhão de VGV (R\$1,6 bilhão até 31 de dezembro de 2020), sendo que do total de VGV lançado em 2021, temos 45% das vendas realizadas líquidas, frente as 56% de vendas realizadas líquidas dos lançamentos efetuados até 31 de dezembro de 2020.



Em 2021 atingimos R\$ 1,5 bilhão em vendas brutas (R\$ 1,8 bilhão em 2020), sendo R\$ 710 milhões de vendas brutas de lançamentos e R\$ 768 milhões de vendas brutas de unidades em estoques, representando uma redução de 15% frente ao ano de 2020.



Unidades entregues: Foram entregues 5 Empreendimentos com VGV Total de R\$ 727 milhões, sendo 1.427 unidades (aumento de 26% em comparação a 2020 – R\$ 575 milhões, sendo 1.045 unidades). **Estoque a valor de mercado:** Em 31 de dezembro de 2021, o estoque a valor de mercado totalizou R\$ 1,6 bilhão em VGV (R\$ 1,1 bilhão em 2020) e o estoque pronto contabilizou R\$ 129 milhões (R\$ 109 milhões em 2020) representando 8% do total. **Landbank:** A Companhia geralmente adota uma estratégia de formação de terrenos, através da aquisição consecutiva de pequenos lotes, a fim de formar uma área suficiente para o desenvolvimento de uma incorporação imobiliária com sucesso. Para isto, conta com muitos anos de experiência e granular conhecimento do mercado onde atua, além de geralmente utilizar recursos próprios, ou de terceiros, uma vez que a modalidade de permuta, quer seja física ou financeira, não se torna compatível com este tipo de estratégia em determinados empreendimentos. Em 31 de dezembro de 2021, temos 44 terrenos (39 terrenos em 31 de dezembro de 2020) em nosso banco de terrenos para futuras incorporações, compondo nosso ativo de terrenos de R\$788 milhões (R\$590 milhões em 31 de dezembro de 2020) nas demonstrações financeiras consolidadas, totalizando um VGV potencial a ser lançado de R\$9,4 bilhões (R\$7,5 bilhões em 31 de dezembro de 2020). Todos os terrenos foram adquiridos por meio da celebração de compromissos de compra e venda, tendo a maioria já sido escriturados. A aquisição de novos terrenos é o principal destino da nossa geração de caixa.



Desempenho financeiro: Abaixo apresentamos as principais informações financeiras oriundas de nossas demonstrações dos resultados consolidados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Valores expressos em milhares reais (exceto percentuais)	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	1.087.535	1.055.175
Custos dos imóveis vendidos e serviços prestados	(522.406)	(511.944)
Lucro bruto	565.129	543.231
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(34.587)	(24.079)

Valores expressos em milhares reais (exceto percentuais)	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Despesas comerciais	(46.576)	(36.231)
Equivalência patrimonial	(a) 54.703	12.284
Outras despesas operacionais	(3.554)	(5.467)
Total das despesas e receitas operacionais	(30.014)	(53.493)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	535.115	489.738
Despesas financeiras	(b) (254.905)	(209.603)
Receitas financeiras	(b) 70.661	68.741
Resultado financeiro	(184.244)	(140.862)
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	350.871	348.876
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(22.754)	(21.888)
Lucro líquido do exercício	328.117	326.988
Lucro líquido atribuído aos controladores	317.946	312.248
Lucro líquido atribuído aos não controladores	(c) 10.171	14.740

(a) Resultado na participação da Diálogo referente a equivalência patrimonial oriundas das SPES com controle comum compartilhado. (b) Os repasses apurados do exercício e que a Diálogo atua como sócio ostensivo nas SCPs estão apresentados nas Despesas Financeiras e os repasses apurados do exercício em que a Diálogo atua como sócio participante nas SCPs estão apresentados nas Receitas Financeiras e estão descritos na Nota Explicativa 19. (c) Resultado apurado considerando a participação dos não controladores. Apesar dos desafios enfrentados, 2021 foi um ano positivo para a Diálogo, onde o nosso modelo de negócios se mostrou efetivo. Vale destacar o desempenho do segmento que ajudou a mitigar os impactos do aumento dos preços de insumos na construção. Os resultados atingidos demonstram a preservação das margens operacionais e da alavancagem financeira para os níveis pré-pandemia. Nossa receita operacional líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$1.087.535, 3% acima comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Tivemos um aumento em nossas despesas comerciais em 22% comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, pois determinados lançamentos de 2020 foram postergados em decorrência das incertezas da pandemia da Covid-19. Importante destacar que estamos com a estratégia de aprovar novos projetos e monitorar a demanda para assim programar os lançamentos. O Lucro bruto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$565.129 (R\$543.231 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020), com margem bruta de 52,0% (51,5% – para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

Valores expressos em milhares reais (exceto percentuais)	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta – Receita de imóveis vendidos e prestação de serviço (Nota 16)	1.201.793	1.098.437
Receita operacional líquida (Nota 16)	1.087.535	1.055.175
Lucro bruto	565.129	543.231
Margem bruta	52,0%	51,5%
Lucro líquido	328.117	326.988
Outros indicadores financeiros		
EBITDA (1)	535.483	490.749
Margem EBITDA (2)	49,2%	46,5%
EBITDA Ajustada (3)	537.042	492.062
Margem EBITDA Ajustada (4)	50,3%	46,6%
ROAE (5)	49,1%	96,6%
ROAE Ajustado (6)	34,3%	43,0%

(1) O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"). O EBITDA consiste no lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e dos custos e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto ou como alternativa ao lucro líquido, como indicador de desempenho operacional, como substituto ao fluxo de caixa, como medida de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Abaixo apresentamos a reconciliação do lucro líquido do exercício com o EBITDA:

Valores expressos em milhares reais (exceto percentuais)	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	328.117	326.988
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	22.754	21.888
Resultado financeiro (Nota 19)	184.244	140.862
Depreciação e amortização (Nota 17)	368	1.011
EBITDA	535.483	490.749
(2) A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita operacional líquida. Calculada conforme abaixo:		

Valores expressos em milhares reais (exceto percentuais)	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2020
EBITDA	535.483	490.749
Receita operacional líquida	1.087.535	1.055.175
Margem EBITDA	49,2%	46,5%
(3) EBITDA Ajustado é uma medição não contábil segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e aceitas pelo IFRS. O EBITDA ajustado é calculado através do EBITDA adicionado dos custos financeiros dos financiamentos à produção, os quais são capitalizados nos custos dos imóveis vendidos e reconhecidos conforme a proporcionalidade das unidades vendidas.		

Valores expressos em milhares reais (exceto percentuais)	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA	535.483	490.749
(+) Custos dos encargos financeiros apropriados aos custos de vendas de imóveis (Nota 17)	11.559	11.430
EBITDA Ajustada	547.042	502.179
Adicionalmente, a margem EBITDA Ajustada é calculada pela divisão entre o EBITDA ajustado e a receita operacional líquida.		

Valores expressos em milhares reais (exceto percentuais)	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA Ajustada	547.042	502.179
Receita operacional líquida	1.087.535	1.055.175
Margem EBITDA Ajustada	50,3%	47,6%
(4) O retorno sobre o patrimônio líquido médio, também conhecido como ROAE (Return on Average Equity) refere-se ao lucro líquido dividido pelo Patrimônio Líquido Médio (calculado como a média aritmética entre o Patrimônio Líquido ao final do exercício atual e o Patrimônio Líquido ao final do exercício/exercício anterior) da Companhia. O ROAE não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não possui significado padrão e o significado utilizado pela Companhia pode diferir do significado utilizado por outras empresas. Calculada conforme abaixo:		

Valores expressos em milhares reais (exceto percentuais)	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	328.117	326.988
Patrimônio líquido no final do exercício	791.439	546.004
Patrimônio líquido médio (início e final do exercício)	668.719	338.570
ROAE (Lucro líquido/Patrimônio líquido médio)	49,1%	96,6%
(5) O ROAE Ajustado consiste no cálculo do ROAE, entretanto, com patrimônio líquido acrescido dos dividendos propostos a pagar, passando grande parte a compor a conta de Lucros e Dividendos Propostos a Pagar no Passivo circulante, apenas para efeito comparativo, ajustamos os valores dos dividendos para o Patrimônio Líquido em todos os exercícios para apresentarmos este indicador, de forma homogeneizada. Calculada conforme abaixo:		

Valores expressos em milhares reais (exceto percentuais)	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	328.117	326.988
Dividendos propostos a pagar (Nota 15)	129.049	447.731
Patrimônio líquido final do exercício ajustado	920.488	993.730
Patrimônio líquido médio ajustado (início e final do exercício)	957.109	760.275
ROAE ajustado (Lucro líquido/Patrimônio líquido médio)	34,3%	43,0%

Visão do momento atual: Na visão da administração, apesar do recente aumento da taxa de juros Selic e do aumento da inflação, acreditamos que o ciclo de retomada do setor imobiliário da capital paulista deve se perdurar pelos próximos anos. Com a Covid-19, houve uma requalificação do morar. Vivemos uma crise sanitária, que exigiu que as pessoas ficassem em casa, fazendo com que o lar e, portanto, o mercado imobiliário, tivesse uma relevância maior. Apesar dos desafios encontrados neste último ano, a nossa performance reforça o sentimento positivo para o ano de 2022. Espera-se um crescimento gradual do segmento. Ao mesmo tempo, continuamos atentos às mudanças de mercado, pressões inflacionárias e acontecimentos geopolíticos, procurando sempre nos adaptar de forma tempestiva aos eventuais impactos desses fatores. Independente do cenário da indústria, permanecemos focados nos ganhos de produtividade e eficiência operacional, no lançamento de novos produtos, no fortalecimento de nosso balanço, nos desenvolvimentos de nossa engenharia avançada e inovação para continuarmos adicionando valor aos nossos produtos. A administração avalia que a Guerra entre a Rússia e a Ucrânia podem impactar os custos de nossos empreendimentos, principalmente, em decorrência da inflação e um possível gargalo de fornecimento, mas trabalhamos muito próximos de nossos fornecedores para reduzir ao máximo este impacto. Com um portfólio de projetos diferenciados visando principalmente este público, adicionado ao Landbank perfeitamente alinhado a sua estratégia de negócios, a DIÁLOGO se encontra bem posicionada para explorar as oportunidades deste novo ciclo econômico.

Recursos Humanos: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contava com 312 colaboradores (266 em 31 de dezembro de 2020), dos quais 125 trabalham na administração e 187 em canteiros de obra. A Companhia conta, ainda, com várias empresas prestadoras de serviços voltadas para a captação de mão de obra terceirizada, sendo que tais parceiros são escolhidos de forma criteriosa pela nossa diretoria técnica, além de prestarem os serviços para a DIÁLOGO há anos. Prezamos muito pelo trabalho em equipe e valorizamos nossos colaboradores sendo que 30% do nosso time trabalha conosco há mais de 10 anos, sendo que os principais gerentes possuem na média 15 anos na DIÁLOGO. Em relação ao índice de rotatividade, apresentamos 2,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2,3% em 2020.

Eventos Subsequentes: Determinados eventos subsequentes ocorreram entre a data base desse relatório da administração e a data da sua aprovação, desta forma, apresentamos e descrevemos os eventos subsequentes na Nota Explicativa nº 25 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da DIÁLOGO. **Impacto do Covid-19:** As operações da Companhia, bem como as operações das sociedades direta ou indiretamente controladas pela Companhia operando sem restrições de horários, seguindo todos os protocolos locais.

Relacionamento com os auditores independentes: Em conformidade com a Instrução CVM n. 381/03 informamos que os auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes S.S., não prestaram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, outros serviços que não os relacionados com a auditoria independente de nossas demonstrações financeiras. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

Agradecimentos: A DIÁLOGO agradece a contribuição de nossos clientes, fornecedores, parceiros, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores, dentre outros, pelo apoio recebido ao longo desses anos. Agradecemos especialmente ao nosso time de profissionais e colaboradores diretos, dedicados e engajados, por compartilharem das nossas crenças e valores, contribuindo decisivamente à concretização dos nossos objetivos desafiantes.

A Administração

Balancos Patrimoniais 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.725	100.898	84.089	180.556	Empréstimos e financiamentos	8	55.536	64.111	55.536	113.025
Contas a receber	4	2.207	16.756	531.860	551.088	Fornecedores		1.800	927	20.738	15.937
Imóveis a comercializar	5	87.916	71.905	652.121	523.736	Obrigações trabalhistas e tributárias		3.227	1.985	12.094	6.592
Créditos com parceiros em empreendimentos	10.1	322.565	218.502	46.603	18.192	Tributos correntes com recolhimento diferido	9.a	79	602	17.915	19.871
Depósitos judiciais	12.b	2	5	176	174	Credores por imóveis compromissados	13	31.421	36.899	75.674	78.749
Outros ativos		2.237	3.064	8.179	7.368	Adiantamento de clientes	11	8.652	3.864	108.392	63.872
Total do ativo circulante		421.652	411.130	1.323.028	1.281.114	Provisão para garantias de obras	12.a	7	106	1.126	1.678
						Débitos com parceiros em empreendimentos	10.2	4.738	276	283.462	154.729
						Partes relacionadas	6	297.775	60.534	291.650	60.534
						Dividendos propostos a pagar	15.b	129.049	447.731	129.049	447.731
						Passivo de arrendamento		-	769	-	769
						Outros passivos		24	12.874	6.539	19.989
						Total do passivo circulante		532.308	630.678	1.002.175	983.476
Não circulante						Não circulante					
Contas a receber	4	1.718	11.794	423.578	559.339	Empréstimos e financiamentos	8	98.630	167.026	279.807	275.018
Imóveis a comercializar	5	218.389	92.703	613.426	334.326	Tributos correntes com recolhimento diferido	9.a	103	467	17.496	23.244
Partes relacionadas	6	-	13.395	-	10.146	Credores por imóveis compromissados	13	1.512	2.053	30.612	8.917
Créditos com parceiros em empreendimentos	10.1	463.591	552.569	31.551	70.223	Adiantamento de clientes	11	7.223	309	42.921	34.032
Depósitos judiciais	12.b	68	21	12.832	4.232	Partes relacionadas	6	-	-	-	787
Investimentos	7	315.313	248.940	114.059	52.931	Provisão de garantia de obra	12.a	322	204	11.244	8.307
Imobilizado e intangível líquido		557	3546	6.359	7.862	Provisão para demandas judiciais	12.b	1.246	1.361	15.697	10.384
Total do ativo não circulante		999.636	922.968	1.201.805	1.039.059	Débitos com parceiros em empreendimentos	10.2	18.334	10.054	333.442	427.234
						Passivo de arrendamento		-	2.770	-	2.770
						Total do passivo não circulante		127.370	184.244	731.219	790.693
						Patrimônio líquido					
						Capital social	15	300.000	300.000	300.000	300.000
						Reserva de capital		33	33	33	33
						Reserva legal		31.509	15.612	31.509	15.612
						Reserva de lucros		430.068	203.531	430.068	203.531
						Total do patrimônio líquido		761.610	519.176	761.610	519.176
						Participação de não controladores		-	-	29.829	26.828
						Total do patrimônio líquido consolidado		761.610	519.176	791.439	546.00

... continuação

medidas de monitoramento do Coronavírus nas demonstrações financeiras, bem como os impactos operacionais. Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras, a Companhia reavaliou suas análises e não identificou a necessidade de registrar provisão ao valor recuperável em seus ativos, ajuste ao valor realizável líquido nos saldos dos imóveis a comercializar. Adicionalmente, não houve redução de preço da tabela de vendas dos imóveis e não houve a Companhia vem aplicando descontos nas vendas praticadas com os clientes de acordo com a variação do mercado e a necessidade de vender estoques de unidades concluídas, porém não são relevantes, não houve aumento significativo de dístratos ou atrasos de pagamentos, tampouco paralização das obras em andamento na Companhia e suas controladas. Com base nas últimas notícias sobre a evolução do Coronavírus e observando o exercício em que a Companhia vem operando neste cenário, a Companhia avaliou e não identificou até a presente data, impactos significativos nessas demonstrações financeiras.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis – 2.1. Base de apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras individuais “Controladora” estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras. A Companhia está apresentando neste conjunto de demonstrações financeiras, o último exercício comparativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, para permitir ampla comparabilidade de suas informações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 2.3.2. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto determinados ativos financeiros que foram mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPFC 07, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Diretoria da Companhia aprovou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de março de 2022, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras. 2.1.1. **Demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os aspectos relacionados ao reconhecimento da receita desse setor, bem como de determinados assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias pelas empresas de incorporação imobiliária no Brasil, base para o reconhecimento de receitas seguem o entendimento da CVM no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico NBC TG 47 (IFRS 15), conforme descrito em detalhes na nota Explicativa nº 2.3. As sociedades controladas incluídas no processo de consolidação estão detalhadas na Nota Explicativa nº 7.

Empresas	31/12/2021	31/12/2020
Itajubá Emp. Imob. Ltda.	100%	100%
Locdia Locações Ltda	100%	100%
Araçoiaba Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Dinco Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Itaoca Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Jacarandá Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.	100%	100%
Qualurban Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.	100%	100%
Toronto Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.	100%	100%
Açucena Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100%	100%
Guaraí Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100%	100%
Guaraúna Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.	100%	100%
Abaco Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.	100%	100%
Diálogo Ribeirão Branco Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Diálogo Cuiabá Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Diálogo Aruca Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Baraldí Diálogo Jacutinga Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Xiririca Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	100%	100%
Vitório Ramalho Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.	100%	100%
Cavour Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
São Jorge Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Jaboticabal Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Chamantá Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Cafezais I Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Marques Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	100%	100%
Melo Peixoto Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Nhandeara Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Vergueiro Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Flechas II Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
19 De Janeiro Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Bela Napolis Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Dedo De Deus Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Carlos Oliva Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	100%	100%
Fort I Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Atucuri Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	100%	100%
Cardael Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	100%	100%
Suzano Brandão I Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Nova Trento Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	100%	100%
Gama Cerqueira Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	100%	100%
Cel Pedro Dias Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	100%	100%
Diálogo Unita Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Diálogo Venezuela Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Monsenhor Suzano Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	100%	100%
Camargo Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	100%	100%
Camargo Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	100%	100%
Celso Garcia Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	100%	100%
Paes De Barros Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Diálogo 42 Empreendimentos Imobiliários Ltda	100%	100%
Diálogo Forma Empreendimentos Imobiliários Ltda	100%	100%
Toledo Barbosa Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	100%	100%
São Jose Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Bonsucesso Diálogo Empreend Imob Ltda	100%	100%
Simão Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	100%	100%
Jose Cocciuffo Empreend Imob Spe Ltda	100%	100%
Flechas IV Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Angelo Vita Diálogo Empreend.	100%	100%
Astorga Diálogo Empreend Imob Ltda	100%	100%
Duarte De Carvalho Empreendimentos Imobiliários Ltda	100%	100%
Diálogo S Quatro Cavour Empreend Imobiliários Ltda	100%	100%
Pota Diálogo Empr Imobiliários Ltda	100%	100%
Ibitirama Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	100%	100%
Madre De Deus Empreendimentos Imobiliários Ltda	100%	100%
Oratório Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Antonio De Barros Diálogo Empreend Imob Spe Ltda	100%	100%
Diálogo 54 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Diálogo 55 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Vergueiro II Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	100%	100%
Diálogo 53 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Ossian Diálogo Empreend Imob Spe Ltda	100%	100%
Andre Vidal Diálogo Empreend Imob Spe Ltda	100%	100%
Sousa Reis Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Joaquim Marra Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Diálogo 63 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Tucuruvi Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Patriarca Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Milton Campos Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Vila Ema V Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Sapetuba Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
São Bento Administração E Participações Ltda	100%	100%
Chamantá II Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Diálogo 42 Empreendimentos Imobiliários Ltda	100%	100%
Guaraciaba II Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Coryntho Baldoino Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Pirituba Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Diálogo Ibiapava Empreendimentos Imobiliários S.A	100%	100%
Vila Ema Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Diálogo XIX Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Diálogo XXIX Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Diálogo 70 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%

Diálogo Engenharia e Construção S.A.

Empresas

	31/12/2021	31/12/2020
Diálogo 72 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Diálogo 79 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Diálogo 81 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Diálogo 82 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Diálogo 83 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
GRP G25 Empreendimentos Ltda	100%	100%
Diálogo 85 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Diálogo 87 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Diálogo 84 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Diálogo 86 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Diálogo 88 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Diálogo JSG Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Diálogo 89 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Diálogo 90 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Diálogo 93 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Diálogo 92 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%
Diálogo 91 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	100%

2.1.2. **Continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2021, o capital circulante líquido da Controladora encontra-se negativo em R\$110.656 (negativo em R\$219.548 em 31 de dezembro de 2020). A gestão do capital circulante considera os números consolidados uma vez que a Companhia conta com mecanismos para movimentar recursos entre as entidades de forma eficiente, sem prejudicar o atendimento dos compromissos de cada uma das entidades que compõem as demonstrações financeiras consolidadas. Por essa razão, qualquer análise que tenha por base o capital circulante da Controladora não refletirá a real liquidez da Companhia. Cumpre destacar que o capital circulante da controladora encontra-se negativo exclusivamente por ocasião dos dividendos propostos no montante de R\$129.049 (R\$ 447.731 em 31 de dezembro de 2020) e por conta de partes relacionadas com os acionistas da Companhia no montante de R\$ 291.610 (R\$ 60.534 em 31 de dezembro de 2021), estes valores são pagos aos sócios quando há sobre de geração de caixa, após a utilização para novos negócios. As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade de uma entidade continuar em operação no futuro previsível. A Administração concluiu que os dividendos propostos devem ser desconsiderados para fins da análise do capital circulante líquido, uma vez que por mais que seja uma obrigação, caso a Companhia não tenha recursos suficientes para liquidação dos mesmos, a Administração da Companhia convocará os acionistas para uma nova deliberação sobre os dividendos. Considerando esta premissa, a Administração da Companhia concluiu que o cumprimento de cláusulas restritivas (“covenant”) em seus contratos de empréstimos e financiamentos, além da expectativa de geração de caixa suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses, demonstram que não há nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequado a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras. 2.1.3. **Moeda Funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.1.4. **Apresentação de informações por segmento e natureza:** A Companhia possui apenas um segmento operacional (incorporação e venda de imóveis), de acordo com as regras da NBC TG 22 (R2) que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 22 (R2) Informação por segmento. Por esse motivo, não estão sendo apresentadas informações por segmento. A Companhia não possui clientes que representem mais de 10% da receita total consolidada, não havendo, assim, grau de dependência de clientes específicos a ser divulgado. 2.2. **Base de consolidação:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia, e das controladas descritas na Nota Explicativa nº 7. i) **Controladas:** As demonstrações financeiras de controladas, preparadas de acordo com as políticas contábeis consistentes com as da Controladora, são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data na qual a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixar de existir. Nesse método, os componentes dos ativos, passivos e resultados são consolidados integralmente e o valor patrimonial da participação dos sócios não controladores é determinado pela aplicação do percentual de participação deles sobre o patrimônio líquido das controladas. ii) **Controladas em conjunto:** Uma “joint venture” é um acordo contratual através do qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da “joint venture” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle. A Companhia apresenta suas participações em controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, usando o método de equivalência patrimonial. iii) **As transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas, sendo destacada a participação dos sócios não controladores. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. iv) **Outras considerações:** Quando a participação da Companhia nas perdas de investida ultrapassa a participação da entidade (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em sua essência, formam parte do investimento líquido da Companhia na investida), a Companhia deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que incorrer em obrigações legais ou presumidas ou assumiu obrigações em nome da investida. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve necessidade de constituição de provisão para perdas de investimentos. 2.3. **Principais práticas contábeis:** 2.3.1. **Apuração e apropriação do resultado de incorporação imobiliária e venda de imóveis:** Os resultados são registrados pelo regime de competência. As receitas e custos são apresentados, de acordo com o objeto social específico de cada empresa. i) **Venda de bens (Incorporação imobiliária)** (a) Nas vendas de unidades concluídas, a receita é reconhecida quando a venda é efetivada (transferência de riscos e benefícios), independentemente do prazo de recebimento do valor contratual, e as receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. (b) Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos: A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, adotaram o NBC TG 47/IFRS 15 – “Receitas de Contratos com Clientes”, a partir de 1º de janeiro de 2017, antecipadamente, contemplando também as orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/18, de 12 de dezembro de 2018, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluídas nas Empresas abertas brasileiras do setor de incorporação imobiliária. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto avaliaram a aplicação da NBC TG 47, alinhado ao manifestado pela CVM através do Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico NBC TG 47 (IFRS 15), sendo que não foram apurados impactos relevantes nas práticas contábeis adotadas para o saldo inicial de 1º de janeiro de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017. O Ofício Circular afirma que a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15) às transações de venda de unidades imobiliárias não concluídas, realizadas por entidades registradas na CVM do setor de incorporação imobiliária, têm questões centrais, como: (a) o foco no contrato (unidade de conta); (b) o monitoramento contínuo dos contratos; (c) uma estrutura de controles internos em padrão de qualidade considerado, no mínimo, aceitável para os propósitos aos quais se destina; (d) a realização de ajustes temporários; e (e) a qualidade da informação (valor preditivo e confirmatório das demonstrações financeiras). A receita somente é reconhecida, caso a Companhia identifique que não exista mais o risco de incerteza de entrada de fluxo de caixa após a identificação do contrato com o cliente. Os contratos de venda firmados entre a Companhia dá-se no modelo no qual a incorporadora financia o promitente durante a fase de construção do projeto, através de recursos próprios e/ou obtenção de financiamento (SFH) junto a instituições financeiras (contrato tipo 3), bem como contratos de venda onde o saldo devedor, após a fase de construção, é financiado pela Companhia (contrato tipo 4), nessa modalidade de contrato a unidade imobiliária é dada em garantia do financiamento à própria Companhia por meio de alienação fiduciária. Em regra, projetos de construção de unidades imobiliárias voltadas a pessoas de média, baixa, média e alta renda. Com a assinatura do contrato, o mutuário se compromete a pagar durante a fase de construção aproximadamente 20% ou mais do valor da unidade imobiliária diretamente à incorporadora, que suporta todo o risco de crédito durante a fase de construção. Findo fiscalmente o projeto, o mutuário precisa quitar o saldo devedor com recursos próprios (incluindo a utilização do saldo do FGTS) e/ou obter junto a uma instituição financeira – IF o financiamento necessário para pagar o saldo devedor junto à incorporadora, que gira em torno de 80% do valor da unidade imobili-

ária (a unidade imobiliária concluída é então dada em garantia por meio de alienação fiduciária à IF). A Companhia também realiza financiamento direto com o promitente em certas situações quando este não consegue obter o repasse com a instituição financeira. Assim como nos financiamentos através de IF as unidades são dadas como garantia. O risco de mercado da unidade imobiliária, desde o momento da venda, recai todo sobre o mutuário, que pode se beneficiar de eventuais valorizações e realizá-las mediante a transferência onerosa de seu contrato junto a terceiros, com a anuidade da incorporadora, ou se prejudicar com eventuais desvalorizações (momento em que alguns mutuários forcejam o dístrato). Com isso, nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos: • As receitas de vendas, ajustadas segundo as condições estabelecidas nos contratos de venda e compra, e os custos de terrenos e construção, são apropriados ao resultado utilizando o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos; • O custo incorrido (incluindo o custo do terreno e demais gastos relacionados diretamente com a formação do estoque) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque na rubrica “Imóveis a comercializar”. • Os montantes das receitas de vendas reconhecidas que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou realizável a longo prazo, na rubrica “Contas a receber”. Os montantes recebidos com relação à venda de unidades que sejam superiores aos valores reconhecidos de receitas, são contabilizados na rubrica “Adiantamentos de clientes”. • A variação monetária, incidente sobre o saldo de contas a receber, assim como o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, são apropriados às receitas de imóveis vendidos – vide Nota Explicativa nº 16, quando incorridos durante a construção até a conclusão da obra, obedecendo ao regime de competência dos exercícios “pro rata temporis”; • Os encargos financeiros de terrenos a pagar, quando aplicável, e os diretamente associados ao financiamento da construção, são capitalizados e registrados aos imóveis a comercializar – vide Nota Explicativa nº 5, e apropriados ao custo incorrido das unidades em construção até a sua conclusão e observando-se os mesmos critérios de apropriação do custo de incorporação imobiliária na proporção das unidades vendidas em construção; • Os tributos incidentes e diferidos sobre a diferença entre a receita incorrida de incorporação imobiliária e a receita acumulada submetida à tributação são calculados e refletidos contabilmente por ocasião do reconhecimento dessa diferença de receita; • Os juros prefixados e a variação monetária, incidentes sobre o saldo de contas a receber a partir da data de entrega das chaves são apropriados ao resultado financeiro, quando incorridos, obedecendo ao regime de competência dos exercícios. • As demais despesas, incluindo, os estandes de vendas (quando com vida útil igual ou inferior a 1 ano), propaganda e publicidade e comissões sobre as vendas, são apropriadas ao resultado quando incorridas e estão apresentadas na rubrica de Despesas comerciais – vide Nota Explicativa nº 17. (c) Nos dístratos de contrato de compromisso de compra e venda de imóveis, a receita e o custo reconhecido no resultado são revertidos, conforme os critérios de apuração mencionados anteriormente. A reversão do custo aumenta os saldos dos imóveis a comercializar. A Companhia também reconhece, por efeito do dístrato, o passivo de devolução de adiantamentos de cliente e os efeitos de ganho ou perda são reconhecidos imediatamente ao resultado na rubrica de receita operacional líquida conforme apresentado na Nota Explicativa 16. (d) A Companhia efetua a provisão para dístratos, quando em sua análise são identificadas incertezas quanto à entrada dos fluxos de caixa futuros para a entidade. Estes ajustamentos vinculam-se ao fato de que o reconhecimento de receita está condicionado ao grau de confiabilidade quanto à entrada, para a entidade, dos fluxos de caixa gerados a partir da receita reconhecida. Os critérios para constituição da provisão para dístratos encontra-se na Nota Explicativa nº 2.3.4.2. ii) **Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as atualizações decorrentes das participações da Companhia nas sociedades em conta de participação “SCP”, onde a Companhia atua como socio participante e com apresentação deste investimento na rubrica de “Créditos com parceiros nos empreendimentos”. As receitas de juros sobre aplicações financeiras são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos e os juros e atualizações monetárias das unidades vendidas após a entrega das chaves. As despesas financeiras abrangem as atualizações decorrentes das participações da Companhia nas sociedades em conta de participação “SCP”, onde a Companhia atua como socio ostensivo, consequentemente, as operações da SCP são consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas e as obrigações da Companhia perante aos sócios participantes são apresentadas na rubrica de “Débitos com parceiros em empreendimentos”. Os custos de empréstimos são registrados em despesas financeiras no exercício em que são incorridos pelo método da taxa efetiva. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia, exceto aqueles capitalizados conforme divulgado na Nota Explicativa nº 2.3.1(i) “*encargos financeiros*”. iii) **Outras práticas relacionadas à atividade imobiliária: Permutas:** (i) As permutas de terrenos (físicas), com a entrega de apartamentos a construir, o valor do terreno adquirido pela Companhia e por suas controladas é mensurado com base no valor justo das unidades imobiliárias a serem entregues e é registrado como imóvel a comercializar de terrenos, em contrapartida de adiantamento de clientes no passivo, no momento da assunção dos riscos e definição do projeto de comercialização.; (2) As permutas financeiras são compromissos a pagar vinculados diretamente com os recebíveis de obras em andamento, representado por percentual sobre as parcelas recebidas, líquidas de impostos. Parte destes compromissos são reconhecidos pelo valor justo, decorrente do percentual sobre o VGV das unidades não comercializadas. Prevalecem para estas transações (permuta física e financeira) os mesmos critérios de apropriação aplicados para o resultado de incorporação imobiliária em seu todo. A classificação entre o passivo circulante e o não circulante é realizada mediante a expectativa de prazo para o lançamento dos empreendimentos imobiliários. **Provisão de garantia de obra:** constituída para cobrir gastos com reparos em empreendimentos cobertos no exercício de garantia. A provisão é constituída em contrapartida do resultado (custo) à medida que os custos de unidades vendidas incorrem. Eventual saldo remanescente não utilizado da provisão é revertido após o prazo de garantia oferecida. A provisão é revisada anualmente e representa 1% do orçamento de obra, sendo que tal percentual foi obtido pela Companhia levando-se em consideração dados históricos e experiências adquiridas em outros empreendimentos. Periodicamente a Administração analisa suficiência da provisão face os gastos de manutenção e se necessário efetua correções. A Companhia concede exercício de garantia sobre os imóveis com base na legislação vigente por um exercício de cinco anos. A constituição da provisão de garantia é registrada em todos os empreendimentos imobiliários da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto ao longo da construção deles, compondo o custo total da obra, e após a sua entrega inicia-se o processo de realização. A classificação entre o passivo circulante e o passivo não circulante é realizada de acordo com a curva estimada de gastos históricos dessa natureza com os empreendimentos imobiliários da Companhia, definidos pela área de Engenharia. 2.3.2. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que não requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, não envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir: • Custos orçados: os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são mensalmente revisados, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia de acordo com o método contábil “PoC” utilizado. Tal informação é fundamental para o reconhecimento de receita. • Provisão para dístrato: As vendas de unidades são realizadas durante o exercício de construção, ao final da qual ocorre a liquidação do saldo pelo cliente através da obtenção de financiamento junto às instituições financeiras ou efetuada a alienação fiduciária do bem como garantia do saldo a receber, não havendo expectativa de perda que requiera a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Entretanto, em virtude de deterioração do crédito por parte dos compradores entre a data da venda e a data de obtenção do financiamento, determinados contratos vem sendo objeto de cancelamento (“dístratos”), motivo pelo qual as seguintes provisões vêm sendo constituídas para fazer face a margem de lucro apropriada de contratos firmados por ocasião do reconhecimento da receita, para aqueles contratos que apresentam evidências objetivas de que possam ser objeto de dístrato, afetando as rubricas de Receita e Custo das vendas realizadas. Tais provisões são constituídas como redutora das contas a receber de clientes tendo contrapartida as rubricas:(i) imóveis a comercializar; e (ii) a rubricas anteriormente mencionadas, na demonstração do resultado. Eventual passivo financeiro devido pelo potencial devolução de valores recebidos, está apresentado na rubrica “outros passivos”, no balanço patrimonial. **Impactos dos efeitos da COVID-19 na provisão para dístratos:**(i) evidências objetivas de impairment: até o presente momento, identificamos aumento no volume de dístratos e da inadimplência em 2021, no qual resultou no aumento da provisão, porém não foi necessário a revisão das premissas das estimativas relacionadas com a provisão para dístrato a ser considerada por ocasião do reconhecimento da receita; (ii) expectativa de dístratos para os próximos 12 meses (IFRS9): A Companhia reforçou as equipes de cobrança para ajudar os

continua ...

... continuação

Diálogo Engenharia e Construção S.A.

clientes que tiveram suas receitas impactadas pelo COVID-19, com o objetivo de entender as necessidades de ajustes em seus fluxos de pagamento, de modo a continuarem adimplentes e assim evitar o aumento dos distratos. Houve um aumento no volume de clientes que acessaram a central de relacionamento, mas o Grupo tem obtido sucesso em controlar o aumento da inadimplência, que até o momento não apresentou um aumento expressivo. • **Tributos:** a Companhia e suas controladas são periodicamente fiscalizadas por diferentes autoridades, incluindo fiscais, previdenciárias e ambientais. Não é possível garantir que essas autoridades não atuarão a Companhia e suas controladas, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais. **Impactos dos efeitos da COVID19 nas provisões:** (i) Com base na avaliação das evidências disponíveis, não identificamos fatores de riscos adicionais que requeiram avaliação quanto a necessidade de efetuar registro complementar de provisões tributárias, além das avaliações que já vem sendo realizadas de forma consistente em cada exercício de elaboração das demonstrações financeiras. • **Provisões para demandas judiciais (tributárias, cíveis e trabalhistas):** a Administração da Companhia revisa trimestralmente a provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As avaliações para possíveis provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Impactos dos efeitos da COVID19 nas provisões:** (i) processos administrativos e judiciais: com base na avaliação das evidências disponíveis, não identificamos fatores de riscos adicionais que requeiram avaliação quanto a necessidade de efetuar registro complementar de provisões, além das avaliações que já vem sendo realizadas de forma consistente em cada exercício de elaboração das demonstrações financeiras; • **Avaliação do valor recuperável de ativos:** a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável nas contas a receber, nos investimentos, no imobilizado e no intangível. Quando tais evidências são identificadas, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor. • **Impactos dos efeitos da COVID19 na avaliação do valor recuperável de ativos:** (i) Com base na avaliação das evidências disponíveis, não identificamos fatores de riscos adicionais que requeiram avaliação quanto a necessidade de efetuar registro complementar de provisões tributárias, além das avaliações que já vem sendo realizadas de forma consistente em cada exercício de elaboração das demonstrações financeiras. • **Valor realizável líquido dos imóveis a comercializar:** No mínimo, ao final de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus imóveis a comercializar para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda referente ao valor realizável líquido. Uma perda por valor realizável líquido existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor realizável líquido, o qual é o maior entre o valor de realização menos custos de venda. O cálculo do valor de realização menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado. **Impactos dos efeitos da COVID19 na classificação e no valor realizável líquido dos imóveis a comercializar:** (i) imóveis concluídos e em construção: Até o presente momento a Companhia não alterou a sua política de preços, que continua sendo atualizado conforme aumento da demanda pela compra de imóveis. Portanto, a Companhia não se vê pressionada para a realização dos imóveis e, consequentemente, não foi efetuada revisão do valor de realização dos estoques (ii) terrenos para novos lançamentos: Neste momento, não existe nenhum indicador que demonstre a inviabilidade de lançamento dos projetos de empreendimento imobiliário planejados e que requeira o redirecionamento dos terrenos e a análise do valor realizável líquido dos terrenos levando em consideração outro cenário que não a sua destinação aos empreendimentos imobiliários planejados. 2.3.3. **Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. 2.3.4. **Contas a receber:** A comercialização das unidades imobiliárias é efetuada, substancialmente, durante as fases de lançamento e construção dos empreendimentos. As contas a receber de clientes, nesses casos, são constituídas ao longo do exercício de construção, aplicando-se a porcentagem de conclusão ("PoC") sobre a receita das unidades vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda (acrescido da variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC); sendo assim, o valor das contas a receber é determinado pelo montante das receitas acumuladas reconhecidas deduzidas das parcelas recebidas. Quando concluída a construção, sobre as contas a receber incidem juros e variação monetária segundo índices contratuais, os quais passam a ser apropriados ao resultado financeiro quando auferidos, obedecendo ao regime de competência de exercícios. 2.3.4.1. **Provisão para perda esperada para risco de crédito:** A Provisão para perda esperada para risco de crédito é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Adicionalmente, a Companhia também avaliou o seu contas a receber de forma prospectiva (sempre considerando as garantias concedidas), de acordo com o conceito de perdas esperadas descrito no IFRS 9/CPC 48 e, por isso, quando material, a Companhia reconhece as perdas esperadas ao longo do prazo dos recebíveis a partir do reconhecimento inicial. Consequentemente, o valor contábil do ativo é reduzido e a provisão é reconhecida na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda por "impairment" diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por "impairment" reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. 2.3.4.2. **Provisão para distratos:** A Companhia suportada pelas orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, elaborou estudos com objetivo de avaliar a necessidade de registrar os ajustes tempestivos e preditivos relacionados aos distratos dos contratos de compra e venda de unidades imobiliárias em construção (provisão para distratos). O estudo considerou a identificação da incerteza de entrada de fluxo de caixa e a evidência objetiva de condições que já existiam na data final do exercício contábil, para constituir a provisão para distratos. Consequentemente, a Companhia constituiu provisão para distratos para aqueles clientes que possuem: i) parcelas vendidas a mais de 120 dias em cada exercício findo das demonstrações financeiras; ii) parcelas vendidas em cada exercício findo das demonstrações financeiras e que subsequentemente distrato o contrato de compra e venda; e iii) estavam adimplentes, mas que manifestaram formalmente a intenção de distrato o contrato de compra e venda até o término de cada exercício findo das demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia também preparou estudo que suporta o percentual histórico de devoluções para constituir o montante a ser devolvido para os clientes, quando da efetivação do distrato. Quando o registro da provisão para distrato os valores do contas a receber de clientes são ajustados em contrapartida às receitas de imóveis vendidos, bem como os custos de imóveis vendidos e imóveis a comercializar, também são ajustados pelos montantes anteriormente reconhecidos no resultado. A parcela da receita de imóveis vendidos que a Companhia não irá devolver aos clientes é reclassificada para conta específica no resultado como receita de indenização por distrato. Eventual passivo financeiro devido pelo potencial devolução de valores recebidos, está apresentado na rubrica "Outros passivos", no balanço patrimonial. 2.3.5. **Imóveis a comercializar:** São avaliados ao custo de construção ou aquisição, ou valor realizável líquido. O custo dos imóveis é formado por gastos com: aquisição de terrenos e permutas (mensurados ao valor justo), materiais, mão de obra aplicada e gastos com incorporação, bem como juros decorrentes dos financiamentos para construção. No caso de aquisição de terrenos por meio de permuta por unidades a serem construídas, seu custo corresponde ao valor justo previsto para as unidades a serem construídas e entregues em permuta. O registro do terreno é efetuado quando de sua posse, podendo ser no contrato de compra e venda ou na lavratura da escritura, não sendo reconhecido nas demonstrações financeiras enquanto em fase de negociação, independentemente da probabilidade de sucesso ou do estágio de andamento desta. Os Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPAC são registrados pelo custo de aquisição e estão compostos dos custos de terrenos a incorporar. Estes certificados são utilizados como meio de pagamento para Direito Urbanístico Adicional nos empreendimentos imobiliários da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa o valor de seus imóveis a comercializar para identificar se há alguma indicação de que os montantes de tais ativos não serão recuperados em decorrência da análise do valor realizável líquido. Uma perda decorrente da análise do valor realizável líquido existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor realizável líquido, o qual está representado pelo preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados de conclusão e as despesas estimadas para efetuar a venda. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor realizável líquido é constituída provisão. 2.3.6. **Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As taxas utilizadas para a depreciação dos ativos são:

Taxa de depreciação anual (com base na vida útil econômica dos bens)	
Instalações e Moveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores, Periféricos e equipamentos de informática	20%
Veículos	20%

Visto que historicamente a Companhia e suas controladas não alienam seus itens de imobilizado, o valor residual dos bens foi considerado como sendo zero. A vida útil dos ativos é revisada e ajustada, se apropriado, no fim de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o seu valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado. 2.3.7. **Intangível:** Os ativos intangíveis são representados por gastos relacionados com a aquisição e o desenvolvimento de sistemas e licenças para utilização de softwares, avaliados ao custo de aquisição e com amortização pelo método linear levando-se em consideração o prazo estimado de benefícios, a partir do momento em que esses benefícios começam a ser gerados. Os custos relacionados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme são incorridos. 2.3.8. **Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. Para as vendas a prazo, as contas a receber devem ser mensuradas a valor presente considerando o prazo e o diferencial entre taxa de juros de mercado e a taxa de juros implícita nos contratos de compra e venda de unidades imobiliárias na data de assinatura. 2.3.9. **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Quando aplicável, o imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Regime de lucro presumido: Para a Companhia e suas controladas cujo faturamento anual do exercício imediatamente anterior tenha sido inferior a R\$78.000. Nesse contexto, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social são calculadas à razão de 8% e 12% respectivamente, sobre as receitas brutas de venda de imóveis (32% quando a receita for proveniente de aluguel e prestação de serviços e 100% quando for proveniente de receitas financeiras), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares dos respectivos impostos e contribuições. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Diálogo e suas investidas eram optantes do lucro presumido, entretanto, estavam simultaneamente enquadradas no Regime Especial Tributário do Patrimônio de Afetação – RET, conforme descrito a seguir. Regime especial tributário do patrimônio de afetação: instituído por meio da Lei nº 10.931/2004 (RET) e suas posteriores alterações, aplicável aos empreendimentos imobiliários que optaram por esse regime, em caráter opcional e irrevogável enquanto perdurarem os direitos e obrigações de incorporar junto aos adquirentes dos imóveis que compõem o empreendimento afetado. Cada empreendimento submetido ao RET prevê uma tributação à alíquota de 1,92% para o imposto de renda e contribuição social e 2,08% para o PIS e COFINS, aplicável para todos os recebimentos decorrentes das vendas de unidades imobiliárias (principal do contrato, atualizações monetárias, juros e mora), são tributados pelo regime de caixa. 2.3.10. **Tributos correntes com recolhimento diferido:** A legislação fiscal permite que as entidades de incorporação imobiliária tribuem suas receitas de vendas de unidades imobiliárias com base em regime de caixa. Na Companhia e nas controladas e atividades em que a prática contábil difere da prática fiscal, é calculado um passivo ou ativo de impostos e contribuições sociais federais de recolhimento diferido para refletir quaisquer diferenças temporárias. O imposto de renda, a contribuição social sobre o lucro, o PIS e a COFINS de recolhimento diferido são reconhecidos no passivo circulante e no passivo não circulante e são decorrentes da diferença temporal decorrente do reconhecimento da receita pelo critério societário, descrito na Nota Explicativa nº 2.3.1, e do critério fiscal em que a receita é tributada no momento do recebimento (regime de caixa). A Companhia apresenta tais tributos diferidos de forma líquida (antecipações – ativo) e (recolhimento – passivo) nas demonstrações financeiras, por fim, destacamos que a segregação entre curto e longo prazo desta obrigação considera a expectativa de recebimentos futuros e que serão objeto de inclusão no cálculo da apuração dos tributos. 2.3.11. **Ativos e passivos contingentes:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: • **Ativos contingentes** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis e transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa, não aplicável à Companhia e suas controladas e controladas em conjunto para os exercícios apresentados; • **Provisões para demandas judiciais** são provisões efetuadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Também são adicionados às provisões os montantes estimados de possíveis acordos nos casos de intenção de liquidar o recurso antes da conclusão de todas as instâncias. 2.3.12. **Demonstração do valor adicionado ("DVA")** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 9 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. 2.3.13. **Sociedade em contas de participação – "SCP"** Para viabilização de projetos imobiliários, a Companhia firmou acordos com parceiros empreendedores (pessoas jurídicas e/ou pessoas físicas) em alguns negócios, os quais são denominados como sócios participantes, de acordo com o Art. 991 do Código Civil. As obrigações com os parceiros são constituídas pelos valores aportados pelos mesmos somados aos resultados acumulados que lhes competem nos respectivos empreendimentos, sendo registrado no grupo Débitos com parceiros em empreendimentos (Nota Explicativa nº 10.2). As obrigações serão liquidadas na medida em que ocorrer a distribuição de lucros nos empreendimentos imobiliários. Nesses acordos a Companhia figura como o sócio ostensivo, sendo o responsável legalmente pelos riscos e obrigações do empreendimento imobiliário conforme previsto na Lei, logo todos os ativos e passivos relacionados a estes acordos são apresentados integralmente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os direitos com os parceiros (nesses acordos a Companhia figura como sócia participante) são constituídos pelos valores aportados pela Companhia somados aos resultados acumulados que lhe compete nos empreendimentos, sendo registrado no grupo Créditos com parceiros em empreendimentos (Nota Explicativa nº 10.1). Os direitos são realizados na medida em que ocorrer a distribuição de lucros nos empreendimentos imobiliários. A classificação entre o circulante e o não circulante está consistente com os fluxos financeiros de recebimentos dos empreendimentos imobiliários, levando em consideração a expectativa de devolução dos valores aos sócios parceiros. 2.3.14. **Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. i) **Ativos financeiros:** **Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamento de principal e juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: (i) Ativos financeiros ao custo amortizado; (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados; (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento; ou (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia possui ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida) Os ativos financeiros

ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, contas a receber com partes relacionadas e outros ativos financeiros (vide Nota Explicativa nº 20). Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla caixa e equivalentes de caixa, o qual a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Conforme nota explicativa 4, a Companhia desreconheceu contas a receber cedidos sem direito de regresso. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. A Companhia não possui ativos financeiros cedidos classificáveis nesta condição de não transferir todos os riscos e benefícios do ativo. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** As divulgações referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas na Nota Explicativa nº 2.3.4.1. i) **Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao custo amortizado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos, fornecedores, credores por imóveis comprados, débitos com parceiros nos empreendimentos, contas a pagar com partes relacionadas e outros passivos, descrito em Nota Explicativa nº 20. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado;** e • **Passivos financeiros ao custo amortizado.** A Companhia possui apenas passivos financeiros classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e demais passivos financeiros contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota Explicativa nº 8. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. ii) **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. 2.3.15. **Credores por imóveis compromissados:** Credores por imóveis compromissados são obrigações a pagar por aquisição de imóveis (terrenos) que foram adquiridos no curso normal dos negócios. As contas a pagar por aquisição de imóveis são relacionadas à aquisição de terrenos para o desenvolvimento de projetos de incorporação imobiliária. Contas a pagar a fornecedores e por aquisição de imóveis são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano; caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura/contrato correspondente, acrescido dos encargos contratuais incorridos. 2.3.16. **Empréstimos e financiamentos:** Os recursos financeiros obtidos, sejam eles empréstimos ou financiamentos, são reconhecidos inicialmente, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, e são mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido até a data da informação apresentada. São classificados como passivo circulante, a não ser que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços. 2.3.17. **Resultado básico por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia, e a média ponderada das ações no respectivo exercício. O lucro por ações diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuível aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações levando em consideração opções, conversíveis (títulos e ações) e outros títulos que poderiam criar diluição. A Companhia não possui títulos que poderiam diluir o número de ações durante os exercícios apresentados. 2.3.18. **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.** As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros fluante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.** As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretende a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para 30 de junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19 mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma. 2.3.19. **Novos pronunciamentos e normas públicas ainda não adotadas:** A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia

continua ...

... continuação

o impacto que as alterações terão na prática atual. IFRS 17 – Contratos de Seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (CPC 50 – Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativas contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	7	7	34	32
Conta corrente bancária	361	128	2.911	1.623
Aplicações financeiras (i)	6.357	100.763	81.144	178.901
	6.725	100.898	84.089	180.556

(i) O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo da Companhia. As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa são compostas por Fundos de Investimentos (Renda Fixa) e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com liquidez imediata, com remuneração média entre 85% e 100% do CDI (em 2020, 85% a 100% do CDI).

4. Contas a receber

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Empreendimentos concluídos	4.282	5.713	55.418	68.641
Empreendimentos em construção	-	24.277	1.035.566	1.107.580
Ajuste a valor presente	-	(198)	(46.574)	(14.168)
Provisão para perda esperada para risco de crédito (i)	(357)	(608)	(3.162)	(5.763)
Provisão para distratos (ii)	-	(634)	(85.810)	(45.863)
	3.925	28.550	955.438	1.110.427
Circulante	2.207	16.756	531.860	551.088
Não circulante	1.718	11.794	423.578	559.339

(i) Refere-se à provisão para risco de crédito, decorrente da adoção do CPC 48/IFRS 9, que inclui a provisão para perda esperada. (ii) Refere-se à provisão para distratos em linha com o Ofício CVM 02/2018, que considera ajustamentos preditivos ao reconhecimento da receita. Os valores relativos a clientes por incorporação de imóveis incluem, preponderantemente, contratos pós-fixados com reajustes somente por inflação do setor imobiliário (INCC), sem juros, que são ajustados a valor presente (empreendimentos em construção) e contratos pós-fixados por índices de inflação, normalmente o IGP-M, e acrescidos de juros que variam de 8% a 12,68% ao ano (empreendimentos concluídos). **Ajuste a valor presente:** É calculado sobre as contas a receber de unidades não concluídas, sendo contabilizado o montante apropriado proporcionalmente, utilizando a taxa de desconto de 4,84% em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020 – 1,31%). A taxa de desconto está representada pela taxa média praticada nos contratos de financiamento de SFH na data base descontada pelo IGP-M projetado, compara essa taxa com o média da taxa de juros efetiva de NTN-B, assim é considerado a maior para taxa para aplicação do cálculo do AVP. A Companhia adota os procedimentos descritos na Nota Explicativa nº 2.3.1 para reconhecimento contábil dos resultados auferidos nas operações imobiliárias realizadas. Em decorrência disso, o saldo de contas a receber das unidades imobiliárias vendidas e ainda não concluídas está limitado à parcela da receita reconhecida contabilmente, líquida das parcelas já recebidas. **Aging list:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possuía o saldo das contas a receber consolidado, da parcela circulante e não circulante, distribuído da seguinte forma:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Vencidos acima de 360 dias	16	574	1.885	1.254
Vencidos de 181 a 360 dias	97	95	2.466	1.302
Vencidos de 121 a 180 dias	96	93	1.476	1.163
Vencidos de 91 a 120 dias	22	11	2.592	1.606
Vencidos de 61 a 90 dias	46	63	2.571	1.290
Vencidos de 31 a 60 dias	56	176	4.210	5.987
Vencidos de 0 a 30 dias	1.209	526	26.590	14.107
	1.542	1.538	41.790	26.709
A vencer acima 360 dias	1.792	12.421	497.809	594.223
A vencer de 181 a 360 dias	238	7.964	318.694	327.546
A vencer de 121 a 181 dias	126	1.837	110.080	53.706
A vencer de 91 a 120 dias	51	744	10.627	81.579
A vencer de 61 a 90 dias	51	2.880	14.868	17.688
A vencer de 31 a 60 dias	186	1.131	73.443	49.179
A vencer de 0 a 30 dias	296	1.475	23.673	25.591
	2.740	28.452	1.049.194	1.149.512
	4.282	29.990	1.090.984	1.176.221
Ajuste a valor presente	-	(198)	(46.574)	(14.168)
Provisão para perda esperada de risco de crédito	(357)	(608)	(3.162)	(5.763)
Provisão para distratos	-	(634)	(85.810)	(45.863)
	3.925	28.550	955.438	1.110.427

Qualidade do crédito dos ativos financeiros: A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às garantias correspondentes.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Empreendimentos concluídos				
Sem alienação fiduciária	2.800	274	3.282	3.918
Com alienação fiduciária	1.482	5.439	52.136	64.723
Empreendimentos em construção				
Com garantia	1.711	24.277	1.035.566	1.107.580
Total de contas a receber (bruto)	4.282	29.990	1.090.984	1.176.221
Percentual de cobertura com garantia e/ou alienação fiduciária	34,61%	99,09%	99,70%	99,67%
Percentual de clientes sem garantia	65,39% (*)	0,91%	0,30%	0,33%

(*) O aumento do percentual sem garantia refere-se ao saldo de contas a receber da venda de terrenos a prazo sem alienação fiduciária. A alienação fiduciária é uma garantia amparada na Lei nº 9.514/97 e que concede ao fiduciário uma maior agilidade na execução da garantia nos casos de inadimplência. A Companhia vende as suas unidades imobiliárias construídas com alienação fiduciária, sendo a própria unidade objeto da garantia. Nas vendas de unidades imobiliárias na fase de construção, a Companhia entende que o risco de perda se reduz sensivelmente em decorrência de não ocorrer a transferência da posse do imóvel ao promitente comprador. Adicionalmente, a Companhia aplica tempestivamente a sua política para a constituição da provisão para

Diálogo Engenharia e Construção S.A.

distratos. Quando da conclusão da obra o promitente comprador tem a opção de quitar o saldo devedor perante a Companhia mediante o pagamento com recursos próprios ou mediante repasse de financiamento imobiliário. No caso em que o comprador não quite o saldo devedor e a Companhia venha a financiá-lo diretamente, é realizada a alienação fiduciária da própria unidade imobiliária objeto da venda. Nas vendas de unidades imobiliárias concluídas, a prazo, essas normalmente ocorrem mediante a alienação fiduciária da própria unidade imobiliária vendida. Para as unidades concluídas com saldo devedor e garantia fiduciária, a Companhia projetou o valor de venda das unidades em condições desfavoráveis do mercado com a dedução das comissões de vendas, encontrando o valor realizável líquido, e comparou com o saldo devedor do cliente, sendo constituído provisão para perda esperada de risco de crédito nos casos em que as garantias concedidas não sejam suficientes. A Companhia constituiu provisão para perda esperada com risco de crédito para aqueles clientes com parcelas em atraso, que estão classificados como "pro-soluto" (parcelas de carteira direta), que normalmente são clientes antigos financiados diretamente pela Companhia sem garantias reais. **Movimentação das provisões:** A provisão para perda esperada para risco de crédito e provisão para distratos tiveram as seguintes movimentações: *Provisão para perda esperada para risco de crédito*

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(608)	(584)	(5.763)	(3.462)
Adições	-	(305)	(1.484)	(4.758)
Reversões	251	281	4.085	2.457
Saldo final	(357)	(608)	(3.162)	(5.763)

Provisão para distratos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(634)	(542)	(45.863)	(34.564)
Adições	-	(222)	(66.509)	(11.852)
Reversão	634	130	26.562	553
Saldo final	-	(634)	(85.810)	(45.863)

Cessão de carteira sem direito de regresso – Gaia Securitizadora S.A. ("Gaia") Por meio dos instrumentos particulares de contrato de cessão sem coobrigação de créditos imobiliários e outras avenças, a Companhia celebrou com a Gaia Securitizadora S.A. ("Gaia", ou "Cessionária") a cessão de carteira imobiliária definitiva relacionada aos promitentes de unidades imobiliárias concluídas e em produção, com o objetivo de melhorar a sua liquidez financeira. Essas cessões não possuem direito de regresso (sem coobrigação) e foram integralmente cedidas para a cessionária, consequentemente, o saldo de contas a receber relacionados a esses promitentes foram integralmente baixados e não foram apurados ganhos ou perdas em decorrência da cessão da carteira. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante total recebido da cessão foi de R\$180.074. Segue informações das cessões de carteiras imobiliárias:

Data da emissão	Emissão	Séries	Valor	Vencimento
11/11/2021	4º. Diálogo IV	207ª Diálogo IV	40.284	15/05/2025
		208ª Diálogo IV	40.284	15/09/2036
		209ª Diálogo IV	49.753	15/10/2022
		210ª Diálogo IV	49.753	15/10/2037
			180.074	

5. Imóveis a comercializar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Terrenos (i)	250.026	120.577	788.772	590.694
Imóveis em construção (ii)	39.499	39.293	340.362	204.623
Imóveis concluídos	4.540	3.039	43.060	6.746
Adiantamentos a fornecedores	12.240	1.302	40.195	22.118
Provisão para distrato	-	397	43.225	23.888
Mais valia de terrenos (iv)	-	-	8.400	8.680
Encargos financeiros capitalizados (iii)	-	-	1.533	1.313
Circulante	87.916	71.905	652.121	523.736
Não circulante	218.389	92.703	613.426	334.326

(i) Os terrenos para a incorporação de novos empreendimentos estão registrados pelo custo histórico de aquisição e no caso de permutas pelos seus valores justos, e incluem os gastos com legalização e custos iniciais, tais como projetos e construção; (ii) Os valores dos terrenos são transferidos para a conta de "Imóveis em construção" no momento em que o empreendimento é inicialmente comercializado; (iii) Conforme orientações descritas no OCCP 01 (R1) Entidades Imobiliárias, as controladas capitalizam juros sobre terrenos e unidades imobiliárias em construção, quando elegíveis, sendo que tais juros são reconhecidos ao resultado na proporção das unidades imobiliárias vendidas, mesmo critério dos demais custos; (iv) A Companhia adquiriu participações societárias de SPEs sendo apurado no momento da aquisição mais valia dos imóveis a comercializar (terrenos) pertencentes a essas SPEs. A mais valia nas demonstrações financeiras individuais está classificada na rubrica de "Investimentos" e nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica de "Imóveis a comercializar". A Administração ao final de cada exercício social, prepara as análises e testes de avaliação de custo ou valor realizável líquido dos dois ou menor em todas as rubricas dos Imóveis a comercializar. Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 não foi identificada a necessidade de tal provisão. A movimentação dos encargos financeiros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

b) Principais informações das participações societárias e a composição dos investimentos

Controladora

% Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Resultado equivalente			
					cia patrimonial			
					31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
50%	64.570	100	64.470	(283)	(141)	(16)	32.235	13.962
50%	88.507	31.734	56.773	13	6	-	28.420	-
100%	29.575	4.329	25.246	(139)	(139)	(29)	25.245	23.664
70%	51.097	16.648	34.449	15.289	10.703	7.377	24.103	13.874
100%	69.971	47.017	22.954	37	37	66	22.954	9.387
50%	67.187	24.559	42.628	22.443	11.217	5.191	21.105	15.660
100%	22.850	1.925	20.925	(37)	(37)	-	20.925	2
50%	42.683	3.294	39.389	6.170	3.085	7.252	19.695	19.500
100%	16.480	28	16.452	(56)	(56)	(4)	16.451	1.207
70%	19.936	36	19.900	(79)	(79)	(2)	13.929	(1)
100%	13.976	617	13.359	102	102	(20)	13.359	9.186
50%	21.640	774	20.866	(43)	(21)	(20)	10.433	3.022
100%	10.792	1.639	9.153	(111)	(111)	(21)	9.153	7.764
70%	12.639	2.678	9.961	(885)	(620)	78	6.973	6.683
100%	2.354	11	2.343	199	199	(87)	2.343	1.908
100%	2.230	-	2.230	896	896	194	2.230	1.333
(a) 50%	5.795	2.205	3.590	(30)	(15)	(1)	1.794	9
(a) 50%	3.922	359	3.563	9.316	4.658	6.757	1.782	8.076
100%	1.746	-	1.746	737	737	560	1.746	959
100%	1.706	-	1.706	742	742	278	1.706	964
100%	1.419	-	1.419	400	400	200	1.419	1.019
100%	11.939	10.726	1.213	10.051	10.048	3.510	1.210	15.454
50%	2.384	75	2.309	(1)	-	-	1.205	2
50%	2.032	-	2.032	1.328	664	1.702	1.016	3.067
40%	5.878	3.246	2.632	(5)	(2)	-	984	-
100%	928	-	928	361	361	372	928	990
100%	908	-	908	133	133	(9)	908	701
81%	1.707	710	997	1.569	1.274	2.757	894	2.050
100%	863	-	863	13	13	(17)	863	483
100%	850	-	850	308	308	298	850	542
100%	828	-	828	333	333	400	828	941
100%	811	-	811	77	77	1	811	462
100%	807	-	807	(1)	(1)	-	807	804
100%	771	-	771	229	229	21	771	214
(a) 50%	1.561	48	1.513	(393)	(197)	64	757	68
100%	753	-	753	291	291	42	753	322
75%	1.013	13	1.000	(18)	(14)	57	750	764
100%	707	-						

... continuação

Diálogo Engenharia e Construção S.A.									
	% Participação	Patrimônio		Resultado líquido do exercício	Resultado equiva-lência patrimonial		Investimentos		Controladora
		Ativo	Passivo		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Atucuri Dialogo Empreendimentos Imobiliarios Ltda	(a) 50%	1.201	184	1.017	(253)	(127)	32	508	(15)
Toledo Barbosa Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100%	481	—	481	265	265	773	481	1.490
19 De Janeiro Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.	63%	868	109	759	(1.141)	(713)	329	475	332
Diálogo Arouca Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	(a) 50%	930	3	927	(230)	(115)	(24)	463	91
Diálogo 66 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.	100%	461	—	461	(24)	(24)	(1)	461	404
Pota Diálogo Empr Imobiliários Ltda.	100%	454	—	454	(1)	(1)	—	454	403
Diálogo 70 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.	100%	438	—	438	(3)	(3)	(1)	438	397
Pirituba Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	387	—	387	(2)	(2)	(1)	387	179
Patriarca Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100%	361	—	361	(1)	(1)	(1)	361	319
Diálogo Jsg Tatuape Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.	(a) 50%	658	—	658	273	137	103	329	217
Chamantá II Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.	100%	246	—	246	(1)	(1)	(1)	246	164
Diálogo Unita Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.	100%	234	—	234	1.510	1.510	2.292	234	4.426
Vila Ema II Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.	100%	225	—	225	9	9	21	225	224
Diálogo Venezuela Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.	100%	133	—	133	231	457	133	1.143	1.143
Outros investimentos					628	1.679	1.399	3.873	3.873
Subtotal					52.968	73.467	306.913	240.260	240.260
Ágio sobre mais valia (Nota 5)									
Distribuição desproporcional									
Total					39.857	(1.979)			
					92.825	71.488	315.313	248.940	248.940

(a) Os cotistas dessas controladas estão representados pela Companhia e as empresas controladas diretamente pela Família Nahas. Essas controladas foram consolidadas nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que os acordos celebrados entre os cotistas determinam que a Companhia possui o poder sobre a investida, exposição, direitos sobre os retornos variáveis, além da capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

Consolidado

	% Participação	Patrimônio		Resultado líquido do exercício	Resultado equiva-lência patrimonial		Investimentos		Controladora
		Ativo	Passivo		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Diálogo 69 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.	50%	64.570	100	64.470	(283)	(141)	(16)	32.235	13.962
Indianópolis Açoe Incorporação Ltda.	50%	88.507	31.734	56.773	13	6	—	28.420	—
Eloi Cerqueira Empreend Imobiliários Spe Ltda.	50%	67.187	24.559	42.628	22.443	11.217	5.191	21.105	15.660
Itacorp Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50%	42.683	3.294	39.389	6.170	3.085	7.252	19.695	19.500
Diálogo 73 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.	50%	21.640	774	20.866	(43)	(21)	(20)	10.433	3.022
Diálogo 86 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.	50%	2.384	75	2.309	(1)	—	—	1.205	—
Diálogo Luni Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50%	1.247	—	1.247	582	291	171	623	482
Outros investimentos					40	37	343	305	305
Subtotal					14.477	12.615	114.059	52.931	52.931
Distribuição desproporcional					40.226	(331)			
Total					54.703	12.284	114.059	52.931	52.931

c) **Movimentações dos investimentos em participações societárias:** As participações em controladas e controladas em conjunto, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços das respectivas investidas nas datas-base de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. A Companhia mantém acordos de quotistas relativos a todas as controladas em conjunto ("Joint Venture") não consolidadas, participando ativamente de todas as decisões estratégicas do negócio, sendo de que não há obrigações assumidas ou conhecimento de demandas judiciais.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo anterior	248.940	102.022	52.931	29.424
Cisão parcial (a)	—	32.356	—	383
Cessão de cotas – Nota 24	—	—	—	27
Aportes	151.799	95.371	56.000	19.229
Dividendos recebidos	(177.971)	(66.753)	(49.575)	(8.150)
Equivalência patrimonial	92.825	71.488	54.703	12.284
Compra de participações de empresas	—	15.940	—	—
Venda de participações de empresas	—	(266)	—	(266)
Amortização de mais valor de terrenos	(280)	(1.218)	—	—
Saldo final	315.313	248.940	114.059	52.931

(a) Em 31 de março de 2020 a Companhia recebeu a parcela cindida das empresas Itaguá e Itacentro, sendo que esta parcela refere-se aos investimentos em SPEs (Nota 1 – iii).

8. Empréstimos e financiamentos – Os empréstimos e financiamentos são representados por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Financiamento imobiliário (SFH) (a)			181.177	156.906
Capital de giro (b)	5.610	32.225	5.610	32.225
Debêntures (c)	150.610	200.178	150.610	200.178
Custos da transação (d)	(2.054)	(1.266)	(2.054)	(1.266)
Total	154.166	231.137	335.343	388.043
Não circulante	55.536	64.111	55.536	113.025
Circulante	98.630	167.026	279.807	275.018

(a) Financiamentos à Produção SFH: financiamentos oriundos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) destinado à construção de unidades imobiliárias e indexados à Taxa Referencial – TR de juros, acrescido de juros que variam de 8,50% a 10,25% ao ano. Não ocorreram custos de transação relevantes na captação destes recursos;

(b) Cédula de crédito bancário (CCB) para utilização em capital de giro, tomado em moeda nacional e com taxa de 3,40% a.a., acrescidos da variação do CDI e foi pago integralmente em fevereiro de 2022. (c) Debêntures: primeira emissão de debêntures simples e não conversíveis da Companhia, no valor nominal de R\$200.000, destinado à aquisição e pagamentos de terrenos. Sobre o valor nominal das Debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, acrescidos da taxa de 2,65% ao ano. O saldo será amortizado em 8 parcelas com vencimentos semestrais a partir de 18 de junho de 2021. (d) Os custos incrementais diretamente atribuídos à emissão das Debêntures serão amortizados ao resultado do exercício de acordo com o prazo de vencimento das Debêntures. **Cronograma de vencimentos:** A tabela a seguir apresenta o cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante, existentes em 31 de dezembro de 2021:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2023	49.315	194.681
2024	49.315	85.126
Total	98.630	279.807

Cláusulas restritivas: As obrigações contratuais para os contratos de financiamentos (SFH e CCB) não contemplam covenants financeiros, sendo que as principais cláusulas restritivas que devem ser cumpridas durante o exercício da dívida se referem a aspectos operacionais e de gestão vinculado à utilização dos recursos na construção dos empreendimentos. A falta de cumprimento dos itens citados poderá ocasionar o acionamento dos agentes financeiros que poderá resultar em vencimento antecipado dos contratos. Os compromissos assumidos vêm sendo cumpridos pela Companhia nos termos contratados. As Debêntures contam com os seguintes covenants financeiros: Observância, pela Emissora, em cada exercício de apuração anual, da Dívida Bruta (conforme definido abaixo), excluindo-se financiamentos obtidos por Plano Empresário, limitada a R\$250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais), verificados com base nas demonstrações financeiras auditadas e consolidadas da Emissora e das SPEs Garantidoras, a partir da publicação das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 ("Índices Financeiros"), sendo que tal avaliação deverá ser realizada anualmente em 31 de dezembro. Para fins de definição deste item (i), "Dívida Bruta" é o somatório de todas as dívidas financeiras da Emissora junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo operações de leasing, contratos bancários, fianças, avais, descontos de recebíveis, empréstimos e financiamentos com terceiros, mútuos com terceiros e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, incluindo debêntures e notas promissórias, bem como securitização de direitos creditórios/recebíveis, arrendamento mercantil financeiro e o diferencial a pagar por operações com derivativos. A Administração da Companhia está em conformidade com o covenant acima, uma vez que o montante da dívida bruta em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$156.220. **Garantias:** Os financiamentos à Produção (SFH) possuem como garantia a hipoteca de cada obra financiada. Os empréstimos para capital de giro possuem como garantias o aval dos sócios e a alienação fiduciária de terreno. Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras previstas na Escritura de Emissão da Debenture foram constituídas alienação fiduciária de imóveis de propriedade da Companhia, alienação fiduciária de cotas detidas pela Companhia nas empresas: i) Oratório Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda. e ii) Bonsucesso Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda. e, Garantia Fidejussória. **Movimentação dos empréstimos e financiamentos:** A movimentação dos empréstimos e financiamentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo anterior	771.071	354.986	88.415	122.289
Cisão – Nota 24	—	130.776	—	26.167
Cessão de cotas – Nota 24	—	—	—	(80.831)
Aportes pagos	138.128	170.199	12.612	20.306
Repasses recebidos	(358.188)	(123.922)	(55.152)	(32.984)

10.2. Débitos com parceiros em empreendimentos imobiliários

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Celso Garcia Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	37,50%	—	—	2.433
Pota Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	26,25%	—	—	5.963
Ibitirama Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	40,00%	—	—	28.373
Bonsucesso Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	71,00%	—	—	46.567
Simão Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	49,00%	—	—	19.458
Toledo Barbosa Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	32,50%	—	—	7.816
Oratório Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	49,00%	—	—	42.786
Astorga Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	52,00%	—	—	21.248
José Cocciuffo Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	42,00%	—	—	19.484
São Jose Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	42,00%	—	—	5.153
Diálogo 53 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	52,00%	—	—	42.656
Diálogo 55 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	53,50%	—	—	16.139
Ossian Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	45,00%	—	—	20.429
Camargo II Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	40,00%	—	—	16.215
Chamanta II Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	10,00%	—	—	1.489
Vila Ema V Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	51,00%	—	—	1.989
Joaquim Marra Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	62,00%	—	—	21.889
Diálogo 67 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	36,00%	—	—	6.496

10. Parceiros em empreendimentos imobiliários – Parceiros em empreendimentos imobiliários refere-se aos acordos celebrados relacionados as Sociedades em Conta de Participação (SCPs). Esses acordos entre a Companhia e determinados investidores estão previstos no Art. 991 do Código Civil. Esses acordos estão devidamente contabilizados e apresentados conforme previsto na Nota Explicativa nº 2.3.13. Os acordos preveem que os sócios participantes terão o direito de receber (conforme a sua participação no acordo) os valores investidos, acrescidos dos resultados proporcionais às suas respectivas participações, ajustadas segundo previsto nos acordos realizados entre as partes. Os Créditos com parceiros em empreendimentos imobiliários representam os acordos celebrados relacionados as Sociedades em Conta de Participação (SCPs) em que a Companhia figura como socio participante. Os Débitos com parceiros em empreendimentos imobiliários representam os acordos celebrados relacionados as Sociedades em Conta de Participação (SCPs) em que a Companhia figura como socio ostensivo. **10.1. Créditos com parceiros em empreendimentos imobiliários:**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita de Vendas	2.753	10.452	2.753	12.801
Receita Serviços	3.501	8.226	5.254	9.325
Total Receita	6.254	18.678	8.007	22.126
B. Cálculo – Imp. Renda – 8% e 32%	1.341	3.468	1.902	4.008
B. Cálculo – Contr. Social – 12% e 32%	1.451	3.887	2.012	4.520
Receita sobre aplicação financeira – 100%	910	112	2.528	836
CSLL – 9,00%	(212)	(360)	(409)	(482)
IRPJ – 15,00%	(338)	(537)	(664)	(727)
Adicional IRPJ – 10,00%	(201)	(334)	(419)	(460)
Receita de Vendas RET	41.074	27.203	1.068.533	1.053.075
IRPJ e CSLL RET	(789)	(616)	(20.516)	(20.219)
Estorono de provisão de diferido (=) Imposto de renda e contribuição social	108	—	(746)	—
Total	(1.432)	(1.847)	(22.754)	(21.888)

Alíquota efetiva: 3%, 4%, 2%, 2%

10.2. Débitos com parceiros em empreendimentos imobiliários:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Celso Garcia Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	60,50%	3.926	21.526	—
Pota Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	71,75%	16.299	14.447	—
Ibitirama Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	58,00%	41.140	29.542	—
Bonsucesso Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	29,00%	19.572	21.603	—
Simão Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	51,00%	21.114	23.984	—
Toledo Barbosa Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	65,50%	15.753	69.057	—
Oratório Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	49,00%	42.786	23.494	—
Diálogo Forma Empreendimentos Imobiliários Ltda	98,00%	4.737	31.420	—
Astorga Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	48,00%	20.398	13.012	—
Imperatriz Diálogo Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda	100,00%	12.927	18.830	12.927
José Cocciuffo Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	56,00%	25.940	27.694	—
São Jose Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	58,00%	7.386	54.613	—
Diálogo 53 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	48,00%	40.950	23.139	—
Diálogo 55 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	44,50%	13.424	9.427	—
Ossian Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	53,00%	24.060	18.048	—
Camargo II Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	58,00%	23.511	13.406	—
Chamanta II Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	88,00%	12.087	8.046	—
Vila Ema V Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	49,00%	1.989	2.000	—
Joaquim Marra Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	38,00%	14.642	4.209	—
Diálogo 67 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	62,00%	11.197	9.885	—
Sapetuba Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	68,00%	29.335	16.944	—
Milton Campos Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	61,00%	14.066	12.311	—
Gentil De Moura Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	74,00%	16.199	14.795	—
Jaguariaíva Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	68,00%	20.032	6.785	—
Diálogo Venezuela Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	36,75%	2.441	21.000	—
Paes De Barros Diálogo Jacutinga Empreend Imob Spe Ltda	30,00%	6.097	18.404	—
Duarte De Carvalho Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	60,50%	22.777	9.736	—
SCP Diálogo Engenharia e Construção Ltda. – Vila Ema II	68,00%	7.666	7.629	—
Souza Reis Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	58,00%	16.171	13.470	—
Angelo Vita Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	33,00%	36.793	22.002	—
Diálogo 61 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	46,50%	14.243	11.451	—
Tucuruvi Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	73,00%	23.931	17.146	—
Diálogo Luni Empreendimentos Imobiliários Ltda	45,00%	39.551	33.345	39.551
Flechas IV Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	49,00%	28.975	30.652	—
Jsg Tatuapé Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	39,00%	14.253	9.900	—
Pirituba Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	78,00%	15.107	6.995	—
SCP Itaguá Empreendimentos Imobiliários Ltda. – Irape	100,00%	24.389		

... continuação

Diálogo Engenharia e Construção S.A.											
Descrição	Particip. do sócio participante		Controladora		Consolidado		c) Participação de não controladores: Ao final de cada exercício social representa o saldo da participação de não controladores da Companhia. A movimentação relacionada ao aumento ou redução em cada exercício social se dá em razão dos aportes de capital, das devoluções de capital e da distribuição dos resultados atribuídos aos não controladores das investidas da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram pagos divididos a não controladores no montante de R\$ 21.841 (R\$31.253 em 2020). d) Destinação do lucro líquido do exercício: O Lucro líquido do exercício, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte: (i) 5% para a reserva legal, até o limite de 20% do capital social integralizado. (ii) 25% do saldo, após a apropriação para a reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.				
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020	2021	2020	2021
Sapetuba Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	32,00%	-	-	-	12.943	7.862					
Milton Campos Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	39,00%	-	-	-	8.532	7.467					
Gentil De Moura Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	26,00%	-	-	-	5.254	4.766					
Jaguariaíva Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	30,00%	-	-	-	8.834	2.993					
Diálogo Venezuela Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	61,25%	-	-	-	4.069	35.000					
Paes De Barros Diálogo Jacutinga Empreend Imob Spe Ltda	20,00%	-	-	-	12.194	36.809					
Duarte De Carvalho Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	37,50%	-	-	-	14.118	6.034					
SCP Diálogo Engenharia e Construção Ltda. - Vila Ema II	32,00%	-	-	-	3.382	3.366					
Souza Reis Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda	42,00%	-	-	-	11.144	9.281					
Angelo Vita Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	67,00%	-	-	-	72.470	43.337					
Diálogo 61 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	51,50%	-	-	-	16.393	12.678					
Tucuruvi Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	25,00%	-	-	-	8.196	5.872					
Flechas IV Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	51,00%	-	-	-	29.566	31.606					
Jsg Tatuapé Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	61,00%	-	-	-	21.536	14.952					
Pirituba Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	22,00%	-	-	-	3.874	1.794					
Coryntho Balduino Diálogo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.	27,00%	-	-	-	10.084	10.055					
Diálogo 85 Empreendimentos Imobiliários Scp Ltda.	28,00%	-	-	-	9.895	-					
Diálogo 87 Empreendimentos Imobiliários Scp Ltda.	30,00%	-	-	-	8.870	-					
Diálogo SCP Adolfo Pinheiro Empreendimentos Imobiliários	29,75%	14.771	5.120	14.771	5.120						
Diálogo SCP Padre Raposo Empreendimentos Imobiliários	20,00%	3.559	1.280	3.559	1.280						
Diálogo Engenharia e Construção Ltda. - SCP Vila Ema III	30,00%	3.480	3.263	3.480	3.263						
Vila Ema Diálogo Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. - SCP Vila Ema XV	64,50%	-	-	1.340	755						
Outros débitos com parceiros	-	-	-	-	5.817	33.103					
Total		23.072	10.330	616.904	581.963						
Circulante		4.738	276	283.462	154.729						
Não Circulante		18.334	10.054	333.442	427.234						

Movimentação dos débitos com parceiros em empreendimentos imobiliários: A movimentação dos débitos com parceiros em empreendimentos imobiliários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo anterior	10.330	3.973	581.963	371.035
Cisão - Nota 24	-	-	-	(30.675)
Cessão de cotas - Nota 24	-	-	-	58.934
Aportes	13.495	10.195	84.480	127.537
Repasso pago	(754)	(3.969)	(269.135)	(149.182)
Repasso do exercício	1	131	219.596	204.314
Saldo final	23.072	10.330	616.904	581.963

Cronograma de vencimentos: Tendo em vista que o repasse financeiro aos parceiros ocorrerá na medida que a Companhia receber os saldos de carteira (vendas de unidades), a Companhia tem como procedimento a segregação entre curto e longo prazo através da apuração do fluxo financeiro utilizando a mesma proporção apurada do contas a receber. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de débitos com parceiros em empreendimentos possui a seguinte expectativa de realização de longo prazo:

	Controladora	Consolidado
2023	1	140.414
2024	18.333	118.657
2025	-	11.622
2026 em diante	-	62.749
	18.334	333.442

11. Adiantamentos de clientes

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Antecipação de parcelas dos clientes	8.052	3.573	83.876	36.572
Por permuta física de terrenos	7.823	600	67.437	61.332
	15.875	4.173	151.313	97.904
Circulante	8.652	3.864	108.392	63.872
Não circulante	7.223	309	42.921	34.032

Ao final do exercício em 31 de dezembro de 2021, o saldo de adiantamentos de clientes possui a seguinte expectativa de realização de longo prazo:

	Controladora	Consolidado
2023	5.623	19.655
2024	1.600	2.866
2025	-	20.400
	7.223	42.921

Os recebimentos de clientes com valores superiores aos saldos das contas a receber decorrentes da venda de imóveis, encontram-se registrados como adiantamento de clientes no passivo circulante. Os adiantamentos de clientes, originados pelas permutas físicas a valor justo na compra de terrenos, são reconhecidos ao resultado mediante o mesmo procedimento de reconhecimento das receitas de vendas com base no PoC. A parcela não apropriada é classificada no passivo circulante ou não circulante, levando em consideração o prazo previsto de conclusão do empreendimento.

12. Provisões - a) Provisão para garantias de obras

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo anterior	310	210	9.985	6.860
(+) Adições	71	133	3.369	3.171
(-) Cisão (Nota 24)	-	-	-	673
(-) Pagamentos	(52)	(33)	(984)	(719)
Saldo final	329	310	12.370	9.985
Circulante	7	106	1.126	1.678
Não circulante	322	204	11.244	8.307

A Companhia e suas controladas prestam garantias para eventuais problemas técnicos de construção que possam surgir nos empreendimentos imobiliários vendidos, limitadas ao exercício contratual a partir da conclusão das obras (normalmente cinco anos). A provisão para garantias sobre os imóveis vendidos é constituída em contrapartida do custo dos imóveis vendidos (resultado) à medida que os custos de unidades vendidas incorrem, sendo calculada considerando a melhor estimativa para fazer frente a desembolsos futuros dessa natureza, levando em consideração a base histórica de gastos incorridos dessa natureza. Após a entrega dos empreendimentos imobiliários inicia-se o processo de realização da provisão, de acordo com as demandas decorrentes das garantias e a curva de gastos definidos pela área de Engenharia, podendo as mesmas serem reavaliadas ao longo dos exercícios cobertos por essas garantias. A Companhia constitui a provisão com base em um percentual de 1% do orçamento de obra. Tal percentual foi obtido levando-se em consideração dados históricos e experiências adquiridas em outros empreendimentos. b) Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais: Causas classificadas como de perda provável: A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa as demandas judiciais pendentes, envolvendo questões trabalhistas e de aspectos cíveis, e com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Descrição	Controladora			Consolidado		
	Previdenciária/Cível	Total	Previdenciária/Cível	Total	Previdenciária/Cível	Total
Saldo em 31/12/2019	102	102	3.523	1.498	5.021	
(+) Adições	1.405	119	1.524	3.902	785	4.687
(+) Cisão (Nota 24)	-	-	-	772	373	1.145
(-) Consolidação	-	-	-	-	-	-
(-) Ibiapava (Nota 24)	-	-	-	199	-	199
(-) Pagamentos	(161)	(104)	(265)	(213)	(455)	(668)
Saldo em 31/12/2020	1.346	15	1.361	8.183	2.201	10.384
(+) Adições	(49)	2	(47)	5.198	909	6.107
(-) Pagamentos	(68)	-	(68)	(228)	(566)	(794)
Saldo em 31/12/2021	1.229	17	1.246	13.153	2.544	15.697

Causas classificadas como de perda possível: A Companhia e suas controladas e controlas em conjunto possuem outros processos judiciais de natureza (cível, tributário e previdenciária/trabalhista), em que as probabilidades de perdas que são consideradas "possíveis" pelos seus assessores legais, portanto tais provisões não foram registradas nas demonstrações financeiras, conforme demonstramos a seguir:

Descrição	Controladora			Consolidado				
	Previdenciária/Trabalhista	Fiscal Cíveis	Total	Previdenciária/Trabalhista	Fiscal Cíveis	Total		
Saldo em 31/12/2020	760	309	431	1.500	889	7.620	3.167	11.676
Saldo em 31/12/2021	590	155	647	1.392	590	13.695	3.542	17.827

Os processos cíveis e trabalhistas possuem natureza de distratos contratuais e processos relacionados a obras e terceiros. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais para fazer face às demandas prováveis e possíveis discutidas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais	70	26	13.008	4.406
Circulante	2	5	176	174
Não circulante	68	21	12.832	4.232

13. Credores por imóveis compromissados - Referem-se substancialmente aos compromissos remanescentes a pagar decorrentes da aquisição de terrenos objetivando o lançamento de novos empreendimentos imobiliários. Os credores por imóveis compromissados são atualizados pelas disposições contratuais de cada terreno adquirido, considerando a sua atualização segundo a variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC) ou o Índice Geral de Preço do Mercado (IGP-M), quando aplicável.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Credores por imóveis				
compromissados	32.933	38.952	106.286	87.666
Circulante	31.421	36.899	75.674	78.749
Não circulante	1.512	2.053	30.612	8.917

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de credores por imóveis compromissados possui a seguinte expectativa de realização no longo prazo:

	Controladora	Consolidado
2023	848	19.296
2024	652	11.304
2025	12	12
	1.512	30.612

14. Receita de venda de imóveis a apropriar e custos orçados de imóveis vendidos a apropriar - informações e compromissos - Em atendimento aos parágrafos 20 e 21 do ICPC 02 e ao ofício circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.3.1, o resultado das operações imobiliárias é apropriado com base no custo incorrido, assim sendo, o saldo de contas a receber das unidades vendidas e ainda não concluídas está refletido parcialmente nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que o seu registro contábil reflete a receita reconhecida, líquida das parcelas já recebidas. As receitas a serem apropriadas decorrentes de unidades imobiliárias vendidas de empreendimentos em construção (não concluídos) e os respectivos compromissos de custos a serem incorridos com relação às unidades imobiliárias vendidas não estão refletidos nas demonstrações financeiras:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Empreendimentos em Construção				
(i) Receita de Vendas a Apropriar de Unidades Vendidas				
Promitentes	881.020	904.771		
Permutas	31.903	17.713		
	912.923	922.484		
(a) Receita de Vendas Contratadas	2.899.315	2.741.517		
(b) Receita de Vendas Apropriadas Líquidas	1.986.392	1.819.034		
Distratos - Receitas estornadas	(43.345)	(16.705)		
Receita de Vendas a Apropriar (a-b)	912.923	922.483		
(ii) Receita Indenização por distratos	4.743	2.083		
(b) Provisão para Distratos (Passivo)				
Ajustes em Receitas Apropriadas	43.345	25.529		
Ajustes em Contas a Receber de Clientes	(85.810)	(45.863)		
Receita indenização por distratos	4.743	2.083		
Total Provisão para Distratos	(37.722)	(18.251)		
(iv) Custo Orçado a Apropriar de Unidades Vendidas				
Custo Orçado das Unidades (sem encargos financeiros)	1.387.080	1.297.700		
(a) Custos incorridos líquido				
Custo de construção Incorridos	(923.149)	(847.604)		
Encargos financeiros apropriados	(8.719)	(11.955)		
(c) Distratos - custos de construção	21.811	10.010		
Distratos - encargos financeiros	174	263		
Custo Orçado a Apropriar no Resultado (a+b+c)	485.742	460.106		
Driver Cl/CO (sem encargos financeiros)	67%	65%		
Margem operacional (Custo Orçado a Apropriar/ Receita de Vendas a apropriar)	53%	50%		
(v) Custo Orçado a Apropriar em Imóveis a comercializar				
Empreendimentos em construção:				
Custo Orçado das Unidades (sem encargos financeiros)	688.578	410.397		
(a) Custos incorridos líquido				
Custo de construção Incorridos	(21.811)	(10.010)		
Encargos financeiros apropriados	(1.014)	(970)		
Custo Orçado a Apropriar em Imóveis a comercializar sem encargos financeiros (a-b)	666.767	400.387		

A receita de imóveis vendidos a apropriar está mensurada pelo valor nominal dos contratos, acrescido pelas atualizações contratuais e deduzida de distratos, líquida da parcela de receita apropriada e não contempla ajuste a valor presente e impostos incidentes. Os custos orçados dos imóveis vendidos a apropriar não contemplam encargos financeiros, os quais são apropriados aos imóveis a comercializar e ao resultado (custo dos imóveis vendidos), proporcionalmente às unidades vendidas, à medida que são incorridos, e não contemplam provisão para garantia a ser apropriada às unidades vendidas à medida da evolução da obra.

15. Patrimônio líquido - a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado é de R\$300.000 em 31 de dezembro de 2021 (R\$300.000 em 31 de dezembro de 2020), representado por 300.000.000 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2021 (300.000.000 cotas em 31 de dezembro de 2020) com valor nominal de R\$1 (valor expresso em reais) cada. De acordo com o Estatuto social da Companhia, o capital social poderá ser aumentado, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 450.000.000 (quatrocentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias. Em 31 de março de 2020, os sócios aumentaram o capital da Companhia, no montante de R\$73.000, através da incorporação do acervo cindido pela Itaguá, no montante de R\$37.000, bem como pela incorporação do acervo cindido pela Itacentro, no montante de R\$36.000, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. Adicionalmente, houve redução de capital no montante de R\$ 1.203 referente a participação de não controladores pela absorção de dívidas anteriores. Em 15 de junho de 2020, por meio da integralização de divididos a pagar de exercícios anteriores, os sócios aumentaram o capital social da Companhia, no montante de R\$127.000, com a emissão de 127.000.000 (cento e vinte e sete milhões) de novas cotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma. Adicionalmente, nesta data também houve a integralização de capital por não controladores em dinheiro no montante de R\$12.233. Conforme deliberação dos sócios quotistas em reunião datada de 26 de agosto de 2020, e Assembleia Geral realizada nessa mesma data, foi aprovada a conversão das cotas da Companhia em ações ordinárias à razão de 1 cota por 1 ação ordinária, transformando-se a Companhia de Sociedade Limitada numa Sociedade por Ações e alteração da razão social para Diálogo Engenharia e Construção S.A. b) Dividendos a pagar: Conforme critério estabelecido no contrato social da Companhia, foram propostos/distribuídos, de forma proporcional, os lucros aos seus cotistas nos montantes de R\$75.512 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$93.105 em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021, remanesce registrado no passivo circulante o montante de R\$129.049 (R\$447.731 em 31 de dezembro de 2020), a título de dividendos provisionados e não pagos aos cotistas da Companhia. O montante acima, referente aos dividendos provisionados deverá ser liquidado com parte dos recursos da Oferta Pública Inicial de Ações da Companhia.

Descrição	Controladora e consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo anterior	447.731	395.679
Aumento de capital - Nota 24	-	(127.000)
Cisão - Nota 24	-	90.132
(-) Dividendos pagos	(394.194)	(4.185)
Dividendos propostos a pagar	75.512	93.105
Saldo de dividendos propostas a pagar	129.049	447.731

continua ...

... continuação

Essas análises baseiam-se em suporte documental e modelo de análise interno. A qualidade do crédito das contas a receber de clientes está detalhada na Nota Explicativa nº 4. c) **Risco de liquidez:** Na Companhia e em suas controladas, esse risco é minimizado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos. A previsão de fluxo de caixa é realizada por empreendimento imobiliário pelo departamento financeiro e tesouraria. Assim são monitoradas e controladas as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e de suas controladas para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. d) **Análise de sensibilidade:** A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variações de índices de inflação (INCC e IGP-M) e variação de taxa de juros (CDI e TR). Com base na projeção de CDI (fonte B3 – Taxas referenciais BM&FBOVESPA) e as projeções para INCC (fonte FGV), a Companhia considerou estas informações para o cenário provável. Foram calculados cenários crescentes e decrescentes de 25% e 50% sobre os Ativos e Passivos Líquidos. O cenário provável adotado pela Companhia e suas controladas corresponde às projeções apontadas acima, sendo que segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade:

Indexador	Queda		Cenário		Aumento	
	de 50%	de 25%	Provável	de 25%	de 25%	de 50%
CDI	4,76%	7,14%	9,52%	11,90%	14,28%	16,66%
INCC	2,30%	3,45%	4,60%	5,75%	6,90%	8,05%
IGP-M	2,72%	4,07%	5,43%	6,79%	8,15%	9,51%
TR	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Indexador	Queda		Cenário		Aumento	
	de 50%	de 25%	Provável	de 25%	de 25%	de 50%
Saldo em 31/12/2021	81.144	3.862	5.794	7.725	9.656	11.587
CDI	1.037.276	23.857	35.786	47.715	59.643	71.572
INCC	53.708	1.461	2.186	2.916	3.647	4.377
IGP-M	(154.166)	7.436	11.154	14.872	18.590	22.308
TR	(181.177)	-	-	-	-	-
Total	836.785	36.616	54.920	73.228	91.536	109.844

Saldo em 31/12/2021	CDI		INCC		IGP-M		TR	
	Saldo em 31/12/2021	CDI	INCC	IGP-M	TR	Sem indexador	Saldo em 31/12/2021	Sem indexador
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	84.089	81.144	-	-	-	2.945	-	-
Contas a receber (nota 4)	1.090.984	-	1.037.276	53.708	-	-	-	-
Créditos com parceiros nos empreendimentos (nota 10)	78.154	-	-	-	-	78.154	-	-
Outros ativos	8.179	-	-	-	-	8.179	-	-
Total dos ativos com riscos financeiros	1.261.406	81.144	1.037.276	53.708	-	89.278	-	-
Empréstimos e financiamentos (nota 8)	(335.343)	(154.166)	-	-	(181.177)	-	-	-
Fornecedores	(20.771)	-	-	-	-	(20.771)	-	-
Credores por imóveis compromissados (nota 13)	(106.286)	-	-	-	-	(106.286)	-	-
Débitos com parceiros nos empreendimentos (nota 10)	(616.904)	-	-	-	-	(616.904)	-	-
Partes relacionadas (nota 6)	(291.650)	-	-	-	-	(291.650)	-	-
Outros passivos	(6.539)	-	-	-	-	(6.539)	-	-
Total dos passivos com riscos financeiros	(1.377.493)	(154.166)	-	-	(181.177)	(1.042.150)	-	-
Total dos ativos e passivos com riscos financeiros	(116.087)	(73.022)	1.037.276	53.708	(181.177)	(952.872)	-	-

Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros: Os valores de mercado, informados em 31 de dezembro de 2021, não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Especificamente quanto à divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização, que envolve os seguintes aspectos: • Definição do valor justo é a quantidade pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento; • Hierarquização em três níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com *inputs* observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração. A valorização em três níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos *inputs* observáveis e não observáveis. *Inputs* observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto *inputs* não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia. Esses dois tipos de *inputs* criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir: • Nível 1 – preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos; • Nível 2 – preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis; e • Nível 3 – instrumentos cujos *inputs* significativos não são observáveis. A composição abaixo demonstra ativos financeiros da Companhia à classificação geral desses instrumentos em conformidade com a hierarquia.

Ativos	Nível da hierarquia	31/12/2021		31/12/2020	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado – Caixa e equivalentes de caixa	2 (a)	81.144	178.901	-	-

f) **Classificação dos instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia estão assim classificados:

Ativos Financeiros	Controladora		Consolidado		Classificação
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	6.725	100.898	84.089	180.556	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber (nota 4)	3.925	28.550	955.438	1.110.427	Custo amortizado
Partes relacionadas (nota 6)	-	13.395	-	10.146	Custo amortizado
Créditos com parceiros nos empreendimentos (nota 10)	786.156	771.071	78.154	88.415	Custo amortizado
Outros ativos	2.237	3064	8.179	7.368	Custo amortizado
Passivos Financeiros					
Empréstimos e financiamentos (nota 8)	154.166	231.137	335.343	388.043	Custo amortizado
Fornecedores	1.833	927	20.771	15.937	Custo amortizado
Credores por imóveis compromissados (nota 13)	32.933	38.952	106.286	87.666	Custo amortizado
Débitos com parceiros nos empreendimentos (nota 10)	23.072	10.330	616.904	581.963	Custo amortizado
Partes relacionadas (nota 6)	297.775	60.534	291.650	61.321	Custo amortizado
Arrendamento por direito de uso	-	3.539	-	3.539	Custo amortizado
Outros passivos	24	12.874	6.539	19.989	Custo amortizado

g) **Gestão de risco de liquidez:** A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo reservas e linhas de crédito bancárias julgadas adequadas, através de acompanhamento contínuo das previsões e do fluxo de caixa real e da combinação dos prazos de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

21. **Compromissos – Compromissos com fornecedores:** Os principais compromissos com fornecedores referem-se ao desenvolvimento dos empreendimentos imobiliários, principalmente os relacionados às obrigações de construção. O montante e fluxo estimado de desembolso referente aos empreendimentos em curso no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são de R\$251.715 para 2022, R\$67.612 para 2023 e R\$970 para 2024. O montante de desembolso para terrenos contratados findo em 31 de dezembro de 2021 são R\$ 66.698 para 2022, R\$ 1.598 para 2023 e R\$ 806 para 2024 em diante.

22. **Lucro por ações** – O lucro por ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante cada um dos exercícios. A média ponderada de ações é calculada com base nos exercícios nos quais as ações estavam em circulação. No exercício não houve nenhum efeito não dilutivo.

Indexador	Queda		Cenário		Aumento	
	de 50%	de 25%	Provável	de 25%	de 25%	de 50%
CDI	4,76%	7,14%	9,52%	11,90%	14,28%	16,66%
INCC	2,30%	3,45%	4,60%	5,75%	6,90%	8,05%
IGP-M	2,72%	4,07%	5,43%	6,79%	8,15%	9,51%
TR	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Indexador	Queda		Cenário		Aumento	
	de 50%	de 25%	Provável	de 25%	de 25%	de 50%
Saldo em 31/12/2021	81.144	3.862	5.794	7.725	9.656	11.587
CDI	1.037.276	23.857	35.786	47.715	59.643	71.572
INCC	53.708	1.461	2.186	2.916	3.647	4.377
IGP-M	(154.166)	7.436	11.154	14.872	18.590	22.308
TR	(181.177)	-	-	-	-	-
Total	836.785	36.616	54.920	73.228	91.536	109.844

(a) Valor justo através da cotação de preços de instrumentos financeiros semelhantes em mercados não ativos. e) **Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de lucros e dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras Empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no endividamento, que corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O endividamento em 31 de dezembro de 2021 e 2020, de acordo com as demonstrações financeiras consolidadas, podem ser assim resumidos:

	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) (nota explicativa 8)	335.343	388.043
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 3)	(84.089)	(180.556)
Dívida líquida	251.254	207.487
Total do patrimônio líquido	791.406	546.004
Endividamento – %	31,75%	38,00%

Ativos Financeiros	Controladora		Consolidado		Classificação
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	6.725	100.898	84.089	180.556	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber (nota 4)	3.925	28.550	955.438	1.110.427	Custo amortizado
Partes relacionadas (nota 6)	-	13.395	-	10.146	Custo amortizado
Créditos com parceiros nos empreendimentos (nota 10)	786.156	771.071	78.154	88.415	Custo amortizado
Outros ativos	2.237	3064	8.179	7.368	Custo amortizado
Passivos Financeiros					
Empréstimos e financiamentos (nota 8)	154.166	231.137	335.343	388.043	Custo amortizado
Fornecedores	1.833	927	20.771	15.937	Custo amortizado
Credores por imóveis compromissados (nota 13)	32.933	38.952	106.286	87.666	Custo amortizado
Débitos com parceiros nos empreendimentos (nota 10)	23.072	10.330	616.904	581.963	Custo amortizado
Partes relacionadas (nota 6)	297.775	60.534	291.650	61.321	Custo amortizado
Arrendamento por direito de uso	-	3.539	-	3.539	Custo amortizado
Outros passivos	24	12.874	6.539	19.989	Custo amortizado

exercício não houve nenhum efeito não dilutivo.

Lucro básico por ações

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	317.946	312.248
Média ponderada de ações em circulação – em milhões	300.000	218.250
Lucro básico e diluído por ação (*)	1,05982	1,43069

(*) Valores expressos em reais.

23. **Seguros** – A Companhia e suas controladas mantêm, em 31 de dezembro de 2021, os seguintes contratos de seguros: a) **Risco de engenharia – obras:** Obras civis em construção, que oferece garantia contra todos os riscos envolvidos na construção de um empreendimento, tais como incêndio, roubo e danos de execução, entre outros. Esse tipo de apólice permite coberturas adicionais conforme riscos inerentes à obra, entre os quais se destacam responsabilidade civil geral e cruzada, despesas extraordinárias, tumultos, responsabilidade civil do empregador e danos morais. b) **Seguro de responsabilidade civil geral de administradores:** A cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir os riscos possíveis para seus ativos e/ou suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

responsabilidades e estão assim demonstradas:

Resumo de seguro por Modalidade	Cobertura
Risco de engenharia (a)	1.847.667
Seguro de responsabilidade civil geral (a)	261.000
Total	2.108.667

(a) Os seguros contratados possuem prazo final de vigência distintos, variando entre fevereiro de 2022 e novembro de 2025.

24. **Transações que não afetam caixa** – Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia teve transações que não representaram desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ajustes da cisão	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	-	(57.113)
Imóveis a comercializar	-	-	-	(61.151)
Créditos com parceiros em empreendimentos imobiliários	-	-	-	(26.167)
Investimentos	-	(130.776)	-	(383)
Imobilizado e intangível líquido	-	-	-	(31)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	1.375
Fornecedores	-	-	-	1.450
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	-	-	193
Outros passivos	-	-	-	176
Credores por imóveis compromissados	-	-	-	6.316
Adiantamento de clientes	-	-	-	4.061
Lucros e dividendos propostos a pagar	-	90.132	-	89.542
Provisão para garantias de obras	-	-	-	673
Provisão para demandas judiciais	-	-	-	1.145
Tributos correntes com recolhimento diferido	-	-	-	2.167
Partes relacionadas	-	-	-	19
Debito com parceiros em empreendimentos imobiliários	-	-	-	(30.675)
Capital social	-	73.000	-	73.000
Participação de não controladores	-	-	-	(1.203)
Aumento de capital com integralização de Dividendos propostos a pagar	-	-	-	-
Lucros e dividendos propostos a pagar	-	(127.000)	-	(127.000)
Capital social	-	127.000	-	127.000
Dividendos propostos a pagar	-	-	-	-
Lucros e dividendos propostos a pagar	75.512	93.105	75.512	93.105
Reserva de lucros	(75.512)	(93.105)	(75.512)	(93.105)
Encargos financeiros capitalizados	-	-	-	-
Imóveis a comercializar	-	-	-	(10.876)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	10.876
Ajustes da cessão de cotas	-	-	-	-
Imóveis a comercializar	-	-	-	(252.722)
Outros ativos	-	-	-	(783)
Créditos com parceiros em empreendimentos imobiliários	-	-	-	80.831
Imobilizado	-	-	-	(7)
Investimentos	-	-	-	(27)
Fornecedores	-	-	-	113.619
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	-	-	23
Partes relacionadas	-	-	-	9.265
Outros passivos	-	-	-	106
Debito com parceiros em empreendimentos imobiliários	-	-	-	58.934
Arrendamento por direito de uso	-	-	-	-
Imobilizado e intangível líquido	3.539	(3.614)	3.539	(3.614)
Arrendamento por direito de uso	(3.539)	3.614	(3.539)	3.614
Aquisição cotas Ibiapava	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	-	(6.311)
Outros ativos	-	-	-	(200)
Imobilizado e intangível líquido	-	-	-	(116)
Fornecedores	-	-	-	67
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	-	-	259
Outros passivos	-	-	-	931
Partes relacionadas	-	-	-	5.378
Provisão para demandas judiciais	-	-	-	199

25. **Eventos subsequentes** – a) **Empréstimos e financiamento:** Até a presente data não foi contratado nenhuma operação de crédito pela Companhia, foi quitado antecipadamente um contrato de financiamento de SFH, que totaliza o montante de R\$ 12.484 e foram realizadas algumas amortizações parciais relevantes totalizando o valor de R\$ 28.447 de outros contratos de financiamentos de SFH. b) **Aquisição de terreno:** Subsequentemente a data-base das demonstrações financeiras e até a data da aprovação dessas demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas celebraram diversos instrumentos particulares de compra e venda de terrenos, os quais estão localizados na região metropolitana de São Paulo/SP, com o objetivo de futuramente desenvolver empreendimentos imobiliários residenciais. Essas aquisições representam 4.314 m² e totalizaram o montante de R\$26.000. c) **Impactos da guerra:** A administração avalia que a Guerra entre a Rússia e a Ucrânia podem impactar os custos de nossos empreendimentos, principalmente, em decorrência da inflação e uma possível dificuldade de fornecimento, mas trabalhamos muito próximos de nossos fornecedores para reduzir ao máximo este impacto.

Diretoria: Edgard Karnick Nahas – Diretor Presidente
 Guilherme Sallum Nahas – Diretor
 Alexandre Sallum Nahas – Diretor
 Isabella Teresa Sallum Nahas – Diretora
Lenita Teixeira de Almeida – Gerente de controladoria
Tabata Benine Borges – Contadora – CRC 1SP 292.841

... continuação

individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a

Diálogo Engenharia e Construção S.A.

administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam

levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance, planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2022.

Ernst & Young
Audítores Independentes S.S.
CRC ZSP 034.519/O-6

Marcos Kenji de Sá Pimentel Ohata
Contador
CRC 1SP 209.240/O-7

Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 – NIRE 35.300.026.373

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. ("Companhia") a se reunirem às 14:00, do dia 25 de abril de 2022, na sede social, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Monsenhor Antonio Pepe, n. 94, Parque Jabaquara, facultada a participação digital através do link <https://us02web.zoom.us/j/84505762046?pwd=eGhpVWVnRkhwZG9vYzNnSHIzNkRTUT09>, bem como a assinatura da respectiva Ata por meio digital a ser disponibilizado, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **a.** Deliberar e ratificar a contratação de carta de fiança junto ao Banco Bradesco, com vigência de 28 de março de 2022 a 28 de março de 2023, comissão de 1,0% a.a., valor afiançado de 5.851.056,67 (cinco milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, cinquenta e seis reais e sessenta e sete centavos) e 100% de colateral através de CDBs da própria Companhia, para garantia das obrigações assumidas pela Companhia no Processo n. 0006348-28.2012.4.03.6100. A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia a minuta do Contrato de Constituição de Garantias e Outras Avenças. São Paulo, 12 de abril de 2021. **Leonardo Rosendo Fiuzza** – Diretor. (14, 18 e 20/04/2022)

Tergos Pesquisa e Ensino S.A.

CNPJ/MF nº 21.455.477/0001-31

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de março de 2021

1. Data, hora e local: Aos 19 dias do mês de março de 2021, às 14h30min, na sede da Tergos Pesquisa e Ensino S.A. ("Companhia"), situada na Avenida Professor Lineu Prestes, nº 2.242, CIEPEC sala 235, Butantã, São Paulo-SP, CEP 05508-000. **2. Convocação:** Dispensada em virtude da presença da totalidade dos acionistas, conforme disposição do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("LSA") e posteriores alterações. **3. Presenças:** Presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme indicado ao final desta Ata. **4. Mesa dirigente:** Presidente: Marcelo Victor Pires de Sousa; Secretário: Reinaldo de Oliveira Opice. **5. Ordem do dia:** eleger os membros da Diretoria da Companhia. **6. Deliberações:** Preliminarmente, os acionistas decidiram autorizar a lavratura da ata da assembleia sob a forma de sumário dos fatos ocorridos e a sua publicação com omissão das assinaturas. Em seguida, as seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade e sem ressalvas: **(I)** Eleição para o cargo de **Diretor Presidente**, o Sr. **Marcelo Victor Pires de Sousa**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 20.010.130.046-02 – SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 016.405.643-22, residente e domiciliado na Avenida Professor Lineu Prestes, nº 2.242, CIEPEC sala 235, Butantã, São Paulo-SP, CEP 05508-000; e para o cargo de **Diretor sem designação específica** o Sr. **Reinaldo de Oliveira Opice**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, portador do RG nº 4836048 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 042.305.118-09, residente e domiciliado na Rua Massacá, nº 325, apto G72, Alto de Pinheiros, CEP 05465-050, São Paulo-SP. **O prazo de mandato dos diretores ora eleitos será de 03 (três) anos, expirando, portanto, no exercício social de 2023.** Os Diretores ora eleitos declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidos de exercerem a administração da Companhia por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, ou de penas que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, dessa forma não estando incurso em quaisquer crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil, estando cientes do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. **7. Encerramento:** Às 15h30min, como nada mais havia a ser tratado, a ata foi lida, aprovada por unanimidade e assinada por todos os presentes em livro próprio. **8. Acionistas presentes:** Marcelo Victor Pires de Sousa e Reinaldo de Oliveira Opice. São Paulo, 19 de março de 2021. **Marcelo Victor Pires de Sousa** – Presidente; **Reinaldo de Oliveira Opice** – Secretário. **Marcelo Victor Pires de Sousa** – Diretor Presidente; **Reinaldo de Oliveira Opice** – Diretor sem designação específica. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 297.768/21-9 em 29/06/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Tergos Pesquisa e Ensino S.A.

CNPJ/ME nº 21.455.477/0001-31 – NIRE 35.300.571.878

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de março de 2022

1. Data, Hora e Local: Em 16 de março de 2022, às 10h, por meio de videoconferência, com base no artigo 5º da Lei nº 14.010, de 10 de Junho de 2020. **2. Mesa:** Presidente **Jorge Luiz Rosa Marinho** (representado por **Eduardo Costa da Silva**); e Secretário, **Reinaldo de Oliveira Opice**. **3. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."). **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: **(I)** saída do Sr. Reinaldo de Oliveira Opice como membro da Diretoria da Companhia; e **(II)** eleição do Sr. Jorge Luiz Rosa Marinho como novo membro da Diretoria da Companhia (iii) outros assuntos de interesse da Companhia. **5. Deliberações Tomadas:** Após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas da Companhia representando a totalidade do capital social da Companhia, deliberam, por unanimidade de votos e sem qualquer ressalva ou restrição, o quanto segue: **5.1.** Aprovar a saída do Diretor, Sr. **Reinaldo de Oliveira Opice**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.836.048 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 042.305.118-09, residente e domiciliado na Rua Massacá, nº 325, apto G72, Alto de Pinheiros, CEP 05465-050, do seu atual cargo de Diretor sem designação específica. **5.2.** Aprovar a eleição do seguinte novo membro da Diretoria da Companhia, para um mandato unificado de 3 (três) anos, devendo permanecer em seu cargo de Diretor sem designação específica até a posse de seu sucessor, conforme assinatura do respectivo Termo de Posse, o qual encontra-se arquivado na sede da Companhia: Sr. **Jorge Luiz Rosa Marinho**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.042.836-4 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 774.526.237-20, residente e domiciliado na Rua Conselheiro Brotero, 1211, apto 42, Higienópolis, CEP 01232-011, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **5.2.1.** Tendo em vista o quanto deliberado no item 5.2 acima, o Diretor Sem Designação Específica ora eleito deverá tomar posse de seu cargo mediante a assinatura do termo de posse, sendo que, no ato da posse, deverá declarar, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, § 1º, da Lei nº 6.404, de 30 de dezembro de 1976, conforme alterada. **5.3.** Ratificar o **Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços** assinado pela Tergos S.A. (representada por Marcelo Victor Pires de Sousa) e MA Serviços de Apoio Operacional a Empresa Ltda. (representada por Reinaldo de Oliveira Opice) em 22 de fevereiro de 2022, conforme o inciso xii, do item 4.2 do Estatuto Social da Companhia com a ressalva da abstenção do acionista Parallax Ventures Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia a ratificação foi aprovada por maioria de votos. **6. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata, a qual lida, conferida e achada conforme, foi devidamente assinada por todos os presentes. **Mesa:** Jorge Luiz Rosa Marinho – Presidente; Reinaldo de Oliveira Opice – Secretário. **Acionistas:** Marcelo Victor Pires de Sousa, Reinaldo de Oliveira Opice, Jorge Luiz Rosa Marinho e Parallax Ventures Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia neste ato representado na forma de seu regulamento, por sua administradora, FIDD Administradora de Recursos Ltda., sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cardeal Arcoverde, 2450, conjunto 401, Pinheiros, CEP 05408-003, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 32.582.247/0001-50 representada por Stefany Machado Schuler e Pedro e Salmeron. *A presente é cópia fiel da lavrada no livro próprio.* São Paulo, 16 de março de 2022. **Jorge Luiz Rosa Marinho** – Por procuração: Eduardo Costa da Silva, Presidente da Mesa; **Reinaldo de Oliveira Opice** – Secretário da Mesa. Presentes: Jorge Luiz Rosa Marinho p.p. Marcelo Victor Pires de Sousa, Reinaldo de Oliveira Opice, Parallax Ventures Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia. JUCESP – Registrado sob o nº 169.017/22-9 em 31/03/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Companhia Imobiliária Ibitirama

CNPJ/MF nº 61.376.737/0001-06 – NIRE 35.300.037.154

Edital de Convocação

Ficam convidados os senhores acionistas a reunirem-se em Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, na sede social da companhia, na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Libero Badaró, 293, 21º andar, conjunto C, sala 24, Centro, CEP 01009-907, às 10:00 horas do dia 28 de abril de 2022, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Assembleia Geral Extraordinária:** i) exame, discussão e votação das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31.12.2019 e 31.12.2020 e destinação dos resultados dos respectivos exercícios; ii) ratificação dos pagamentos feitos à Diretoria nos exercícios de 2019 e 2020; iii) discussão e votação para alienação dos direitos da parede cega (EMPENA); e, iv) dissolução e liquidação da companhia com a contratação de assessores externos para apoiar a diretoria com os tramites. **Assembleia Geral Ordinária:** i) exame, discussão, votação das contas da administração da Companhia e das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31.12.2021; ii) destinação do resultado do exercício; iii) eleição dos membros da Diretoria para o próximo mandato e, iv) fixação da remuneração da Diretoria. (20, 21 e 23/04/2022)

Ouro fecha em baixa, pressionado por dólar e rendimento dos Treasuries

O contrato mais líquido do ouro fechou em baixa nesta terça-feira, após uma série de avanços do metal, com investidores buscando realização de lucros. Além disso, a alta dos rendimentos dos Treasuries e do dólar, moeda na qual a commodity é cotada, pressiona o ouro. O movimento ocorre em grande parte devido à postura do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), com dirigentes indicando uma aperto monetário mais forte diante do quadro de alta da inflação.

O ouro para junho encerrou a sessão com desvalorização de 1,38%, a US\$ 1.959,00 a onça-troy, na Co-

mex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex).

De acordo com Craig Erlam, analista sênior de mercado financeiro da Oanda, os preços do ouro se aproximaram de US\$ 2 mil a onça-troy nesta segunda-feira, mas desde então recuaram e caíram um pouco mais de 1% nesta terça. Isso ocorre à medida que os rendimentos dos Treasuries continuam subindo, juntamente com o dólar, o que pode estar limitando o lado positivo do metal amarelo, mesmo que a inflação continue sendo um grande problema e os investidores se apeguem a portos-seguros, avalia.

Isto é Dinheiro

Ibovespa cede 0,55%, a 115 mil pontos, no menor nível desde 17 de março

Mesmo com ganhos de até 2,15% (Nasdaq) no fechamento de Nova York nesta terça-feira, o Ibovespa encerrou o dia no menor nível desde 17 de março, mas conseguindo se sustentar acima dos 115 mil pontos, após ter operado abaixo deste limiar em boa parte da sessão. Nesta terça-feira, a referência da B3 encerrou em baixa limitada a 0,55%, a 115.056,66 pontos, entre mínima de 114.277,16 e máxima de 115.686,95 pontos, saindo de abertura aos 115.686,95. Moderado, embora superior ao da segunda-

feira, o giro financeiro ficou em R\$ 26,2 bilhões na sessão. Na semana, o Ibovespa cede 0,97% e, no mês, 4,12%, emendando nesta terça a terceira perda diária – no ano, a alta é de 9,76%. A revisão da expectativa de crescimento global pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para 2022, de 4,4% para 3,6%, resultou em forte ajuste do petróleo nesta terça-feira, em queda de cerca de 5%, com o Brent a US\$ 107 e o WTI a US\$ 102 por barril, após sequência de recuperação vista em ambas as referências.

Isto é Dinheiro

Publicidade Legal

VGM 007 Participações S.A.

CNPJ em constituição

Ata da Assembleia Geral de Constituição realizada em 05/03/2020

Data e Horário: Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte às 10h00 (dez) horas. **Local:** Sede Social, Rua Maria Cândida, 442 – Carandiru – São Paulo-SP – CEP 02071-000. **Presença:** Todos os acionistas, representando a totalidade dos subscritores do capital social, conforme lista de presença anexa. **Forma de Convocação:** Dispensada, face a presença da totalidade dos subscritores/acionistas. **Composição da Mesa:** Presidente – Sr. Antonio Marcos Medeiros, brasileiro, solteiro, nascido no dia 31/10/1971, Empresário, portador da cédula de identidade RG nº M6.251.795 SSPMG e do CPF nº 876.721.626-91, com endereço comercial na Rua Maria Cândida, 442 – Carandiru – São Paulo-SP – CEP 02071-000. **Secretária** – Sra. Dayana Sayed Alves, brasileira, solteira, nascida no dia 29/11/1986, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 43.992.310-4 SSPSP e do CPF nº 352.020.358-88, com endereço comercial na Rua Maria Cândida, 442 – Carandiru – São Paulo-SP – CEP 02071-000. **Ordem do dia:** Deliberar a respeito da constituição de uma sociedade anônima sob a denominação de **VGM 007 Participações S.A.** ("Companhia") e aprovação do estatuto social da companhia. **Deliberações Tomadas por Unanidade:** (i) aprovação unânime pelos subscritores sem reserva e/ou ressalva, da constituição da **VGM 007 Participações S.A.**, regida pelo estatuto social que passa a integrar a presente Ata como **Anexo I**; (ii) após a aprovação do estatuto social da companhia, procedeu a subscrição e integralização do capital social. O acionista **Antonio Marcos Medeiros** subscreeveu 250 (duzentas e cinquenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real), as quais serão totalmente integralizadas em até 60 (sessenta) dias contados da presente data, em moeda corrente nacional. A acionista **Dayana Sayed Alves** subscreeveu 250 (duzentas e cinquenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real), as quais serão totalmente integralizadas em até 60 (sessenta) dias contados da presente data, em moeda corrente nacional, conforme **Anexo II**; (iii) foram então eleitos para integrar a diretoria da companhia os Srs. Antonio Marcos Medeiros, brasileiro, solteiro, nascido no dia 31/10/1971, empresário, portador da cédula de identidade RG nº M6.251.795 SSPMG e do CPF nº 876.721.626-91, com endereço comercial na Rua Maria Cândida, 442 – Carandiru – São Paulo-SP – CEP 02071-000, para o cargo de **Diretor Presidente** e Dayana Sayed Alves, brasileira, solteira, nascida no dia 29/11/1986, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 43.992.310-4 SSPSP e do CPF nº 352.020.358-88, com endereço comercial na Rua Maria Cândida, 442 – Carandiru – São Paulo-SP – CEP 02071-000, para ocupar o cargo de **Diretora sem designação específica**, eleitos pela totalidade dos votos conferidos às ações ordinárias, os quais empousados em seus cargos nos termos das disposições legais a respeito, para exercerem suas funções até a assembleia geral ordinária da Companhia que aprovar as contas relativas ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2022. Os diretores declararam, expressamente, sob as penas da lei, que não estão incurso em nenhum crime que os impeça de exercer atividades comerciais, empresariais ou de participar da administração da companhia. A remuneração dos diretores será definida oportunamente. **Lavratura e Leitura da Ata:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo, 05 de março de 2020. Antonio Marcos Medeiros – Presidente da Mesa; Dayana Sayed Alves – Secretária da Mesa. Carlos Augusto Madeira Godoy, OAB-SP 194.962 – Advogado. **Anexo I** – Estatuto Social da **VGM 007 Participações S.A.** **Capítulo I – Da Denominação, Sede e Duração.** **Artigo 1º.** A Companhia tem a denominação social de **VGM 007 Participações S.A.** e é regida pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável. **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede na Rua Maria Cândida, 442 – Carandiru – São Paulo-SP – CEP 02071-000, podendo abrir filiais, escritórios ou representações em quaisquer localidades do território brasileiro ou do exterior, mediante resolução dos acionistas representando a maioria do capital social. **Artigo 3º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Do Objeto Social.** **Artigo 4º.** A Companhia tem por objeto holding e participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como acionista ou quotista. **Capítulo III – Do Capital e Ações.** **Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R\$ 500.000 (quinhentos reais), dividido em 500 (quinhentas) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Artigo 6º.** Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da assembleia geral de acionistas. **Capítulo IV – Das Assembleias Gerais.** **Artigo 7º.** As assembleias gerais serão ordinárias e extraordinárias. As assembleias gerais ordinárias serão realizadas nos primeiros quatro meses do ano e as extraordinárias sempre que houver necessidade. **Artigo 8º.** A convocação de qualquer assembleia geral, quer ordinária, quer extraordinária, deverá ser feita mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria, observados os demais preceitos previstos no artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976 e suas posteriores alterações ("Lei 6.404"). **Parágrafo Primeiro.** Independentemente do disposto no "caput" deste artigo, será considerada regularmente instalada a assembleia geral a que comparecer a totalidade dos acionistas. **Parágrafo Segundo.** Qualquer acionista poderá ser apresentado por procurador, na forma do artigo 126, parágrafo 1º da Lei 6.404, sendo então considerado presente à reunião. Da mesma forma, serão considerados presentes se derem seu voto por fax, telegrama ou qualquer outra forma escrita, devendo a via original do voto proferido ser arquivada na sede da sociedade. **Artigo 9º.** As deliberações nas assembleias gerais deverão ser aprovadas por maioria simples das ações com direito a voto, correspondendo a cada ação ordinária um voto. **Capítulo V – Da Administração da Sociedade.** **Artigo 10º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por 02 (dois) membros, sendo um Diretor Presidente e um Diretor sem designação específica, eleitos pela assembleia geral para ocuparem seus cargos pelo período de 03 (três) anos. **Parágrafo Primeiro.** A qualquer tempo e sem motivo justificado poderão os acionistas promover a substituição dos membros por eles indicados para integrar a Diretoria, caso em que os acionistas se comprometem a tomar todas as providências cabíveis para a instalação de assembleia geral destinada a eleger o(s) substituto(s) daquele(s) Diretor(es) que for(em) afastado(s) ou se retirar(em), no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data em que houver sido comunicado o evento. **Parágrafo Segundo.** A remuneração dos Diretores será Fixada pela assembleia geral e levada à conta de despesas gerais. **Artigo 11º.** A convocação de qualquer reunião de Diretoria deverá ser feita pela própria Diretoria com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da data designada, informando a data, a hora e o local da reunião, bem como a ordem do dia. **Artigo 12º.** Caberá ao Diretor Presidente, isoladamente ou ao Diretor sem designação específica em conjunto com 01 (um) procurador constituído em nome da sociedade, a prática dos atos necessários ou convenientes à administração desta, para tanto dispondo eles, dentre outros poderes, dos necessários para representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições, públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais. **Parágrafo Primeiro.** Os cheques, cambiais, ordens de pagamentos, escrituras ou quaisquer outros títulos, contratos ou documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade deverão necessariamente ser assinados: (i) pelo Diretor Presidente; ou (ii) pelo Diretor sem designação específica em conjunto com 01 (um) procurador da sociedade, desde que investido de poderes específicos. **Parágrafo Segundo.** As procurações outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas pelo Diretor Presidente e, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade limitado. **Capítulo VI – Conselho Fiscal.** **Artigo 13º.** O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente e será instalado na forma e nos casos previstos em lei. **Capítulo VII – Do Exercício Social e da Distribuição de Resultados.** **Artigo 14º.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração da sociedade, o relatório da administração, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas na Lei, submetendo-os à deliberação da assembleia geral, acompanhados do parecer do conselho fiscal, se em funcionamento. **Parágrafo Primeiro.** Da totalidade dos lucros líquidos obtidos, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição de reserva legal, a qual não excederá 20% (vinte por cento) do capital social, e 25% (vinte e cinco por cento) serão obrigatoriamente distribuídos aos acionistas, proporcionalmente à participação de cada um no capital social. **Parágrafo Segundo.** Poderá a assembleia geral, por proposta, destinar parte do lucro líquido para formação de outras reservas previstas em Lei. **Parágrafo Terceiro.** A Companhia poderá, por deliberação da diretoria, levantar balanço semestral e declarar dividendo à conta de lucro apurado nesse balanço. A Companhia poderá ainda levantar balanços e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital, nos termos do artigo 204 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Quarto.** A diretoria poderá também declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Parágrafo Quinto.** Os dividendos serão pagos no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que forem declarados, salvo se outro prazo tiver sido expressamente determinado pela assembleia geral. **Capítulo VIII – Legislação Aplicável e Foro.** **Artigo 15º.** A Companhia será dissolvida nos casos previstos em lei ou em virtude de deliberação da assembleia geral. **Artigo 16º.** Em caso de liquidação ou dissolução da Companhia, exceto no caso de liquidação judicial, o liquidante será nomeado pela assembleia geral. Nessa hipótese, os haveres da Companhia serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver rateado entre os acionistas de acordo com a participação de cada um deles no capital social, na data da liquidação. **Capítulo IX – Legislação Aplicável e Foro.** **Artigo 17º.** Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas deste estatuto. **Artigo 18º.** Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos de acordo com os dispositivos da Lei nº 6.404, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.303 de 31/10/2001. Antonio Marcos Medeiros – Diretor Presidente; Dayana Sayed Alves – Diretora sem designação específica. Carlos Augusto Madeira Godoy, OAB-SP 194.962 – Advogado. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.554.078 em 12/08/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Supama Participações S.A.

CNPJ/MF nº 17.296.760/0001-90

Balanço Patrimonial para o exercício findo em 31/12/2021 (Em Reais)

	31/12/2021	31/12/2021	
Ativo	893.802,22	893.802,22	
Ativo circulante	305.575,94	Passivo circulante	45,04
Disponibilidades	305.575,94	Obrigações tributárias	45,04
Caixa	303.439,98	Impostos retidos a recolher	45,04
Bancos conta movimento	2.135,96	PCC a recolher – 4,65%	34,05
Banco Itaú	2.135,96	IRRF s/ serviços de terceiros	10,99
Ativo não circulante	588.226,28	Patrimônio líquido	893.757,18
Investimentos	588.226,28	Capital	110.467,00
Investimentos em coligadas e controladas	588.226,28	Capital social	110.467,00
Coligadas e controladas	588.226,28	Capital Social Integralizado	110.467,00
		Reservas	(1.033.927,33)
		Reservas de lucros	(1.033.927,33)
		Reserva de Lucros	916.264,71
		(-) Distribuição de Lucros aos Sócios	(1.950.192,04)
		Resultado do exercício	1.817.217,51
		Apuração do resultado	1.817.217,51
		Resultado do Exercício 1º Trimestre	339.376,77
		Resultado do Exercício 2º Trimestre	474.193,89
		Resultado do Exercício 3º Trimestre	476.875,81
		Resultado do Exercício 4º Trimestre	526.771,04
Resultado operacional líquido	1.827.358,56		
Despesas operacionais	(10.141,05)		
Despesas com serviço de terceiros	(8.082,42)		
Despesas financeiras	(1.183,00)		
Despesas tributárias	(875,63)		
Lucro operacional líquido	1.817.217,51		
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.817.217,51		
Lucro operacional líquido	1.817.217,51		

Caravelas Negócios Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 13.019.760/0001-92 – NIRE 35.300.386.817

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Sociedade, a ser realizada na sede social, à Avenida Presidente Altino, 603, em São Paulo-SP, no dia 28 de abril de 2022, às 9:00 horas, a fim de deliberarem sobre seguinte Ordem do Dia: **Em AGO:** (i) Tomar conhecimento do Relatório da Administração, examinar e deliberar sobre as contas da Diretoria, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) Eleger os membros do Conselho de Administração para o triênio 2022/2025; e (iii) Fixar a remuneração global anual da administração. São Paulo, 18 de abril de 2022. **Angela Martins Guido Rios** – Presidente do Conselho de Administração. (20, 21 e 23/04/2022)

ABRAPHE – Associação Brasileira de Pilotos de Helicóptero

CNPJ/ME nº 02.344.804/0001-33

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

O Presidente, Sr. **Thales Augusto Dzioba Pereira**, convoca os membros e associados da **ABRAPHE – Associação Brasileira de Pilotos de Helicóptero** ("Associação") para reunirem-se no dia 27 de abril de 2022, às 19:00 horas em primeira chamada, ou caso não haja quórum mínimo para início dos trabalhos, às 19:30 horas, com qualquer quórum, no Auditório da Go Air – Aeroporto Campo de Marte – Avenida Olavo Fontoura, 1078 – St. C – Lt. 07 – Santana – São Paulo-SP – CEP: 02012-021, para: **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária:** a) Leitura da Ata da AGO do exercício anterior; b) Apreciar, discutir e votar o relatório da Diretoria, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial referente aos exercícios encerrados em 31/12/2020 e 31/12/2021: Resumo das Contas 2020: Receita: R\$ 393.882,55; Despesas: R\$ 352.772,86; Resultado: **R\$41.109,69**; e Patrimônio Líquido: R\$41.110,00. Resumo das Contas 2021: Receita: R\$ 357.993,96; Despesas: R\$ 364.560,99; Resultado: **(R\$6.567,03)**; e Patrimônio Líquido: R\$29.236,00. c) Apreciar, discutir e votar a Previsão Orçamentária e o Plano de Atividades para o exercício referente ao ano de 2022, caso a atual Diretoria permaneça; d) Autorizar a permanência, aprovar e ratificar os atos realizados pela atual Diretoria e Conselho Fiscal, até que sobrevenha a realização de nova eleição, haja vista a ausência de inscrição de chapa e de candidatos interessados para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Conselheiro Fiscal; e) Deliberar sobre a possibilidade de realizar no exercício corrente, novo procedimento de inscrição de candidatos e formação de chapas, viabilizando a condução do processo eleitoral da nova Diretoria e do Conselho Fiscal, seguindo os trâmites estabelecidos pelo Artigo 31 do Estatuto da Associação; f) Apreciar, discutir e votar a reforma do Estatuto da Associação; g) Tratar de assuntos de interesse geral da categoria e dos associados. São Paulo, 19 de abril de 2022. **Thales Augusto Dzioba Pereira** – Presidente (19, 20 e 21/04/2022)

Tergos Pesquisa e Ensino S.A.

CNPJ/MF nº 21.455.477/0001-31 – NIRE 35.300.571.878

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de novembro de 2021

Data, hora e local: Em 18 de novembro de 2021, às 10h, na sede social da Tergos Pesquisa e Ensino S.A. ("Companhia"), situada Avenida Professor Lineu Prestes, nº 2.242, 2º andar, CIETEC, sala 235, Butantã, CEP 05508-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Convocação:** Dispensada, na forma do § 4º do Art. 124 da Lei nº 6.404/76. **Presenças:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no "Livro de Presença de Acionistas". **Mesa dirigente:** Presidente: **Reinaldo de Oliveira Opice**; Secretário: **Marcelo Victor Pires de Sousa**. **Ordem do Dia:** (i) a ratificação da Ata de Assembleia Geral realizada Companhia em 22 de outubro de 2021, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 515.510/21-0 ("Ata Retificada"), para alteração dos termos e condições da realização da 2ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações da Companhia ("Emissão" e "Escritura de Emissão", respectivamente); e (ii) a ratificação de todos os atos praticados e documentos celebrados até a presente data. Os itens e condições estabelecidas não retificadas continuam em igual teor e forma. **Deliberações:** Os membros da Assembleia Geral deliberaram, por unanimidade, e sem ressalvas: 1. Aprovar a retificação da Ata Retificada, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 515.510/21-0, para alteração de características da Emissão, tais quais (i) a exclusão do item (xiv) da Ata Retificada, para retirar a condição suspensiva antes aprovada; e (ii) ajuste no item (vi) da Ata Retificada, para ajustar a data da emissão, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Data da emissão: para todos os efeitos legais, a data de emissão da debênture será 18 de novembro de 2021." Os demais acionistas da Companhia, neste ato, renunciam expressamente ao direito de preferência que possuem na subscrição das debêntures emitidas. 2. A ratificação de todos os atos praticados e documentos celebrados até a presente data, sendo certo que os itens e condições estabelecidas não retificadas continuam em igual teor e forma. 3. Diante da aprovação dos acionistas, nesta data, da emissão das debêntures potencialmente conversíveis em ações preferencias pela Companhia, os acionistas da Companhia renunciam expressamente, neste ato, a seu direito de preferência, previsto no Artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações, para subscrição das debêntures. **Encerramento:** Às 11h, como nada mais havia a ser tratado, o Presidente encerrou os trabalhos, lavrando a presente ata a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes em livro próprio. **Acionistas presentes:** **Marcelo Victor Pires de Sousa**, **Reinaldo de Oliveira Opice** e **Parallax Ventures Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**. A presente é cópia fiel da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Tergos Pesquisa e Ensino S.A., realizada em 18 de novembro de 2021, lavrada no livro próprio e assinada pela totalidade dos acionistas presentes. São Paulo, 18 de novembro de 2021. **Reinaldo de Oliveira Opice** – Presidente da Mesa; **Marcelo Victor Pires de Sousa** – Secretário da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 661.503/21-5 em 23/12/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

4,6658 / R\$ 4,6664 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 4,6660 / R\$ 4,6680 *

Turismo - R\$ 4,7400 / R\$

4,8430

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado

no dia: 0,43%

OURO BM&F

R\$ 292,000

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -0,55%

Pontos: 115.056

Volume financeiro: R\$

26,280 bilhões

Maiores altas: Banco

Inter UNT (9,15%),

BR Malls ON (7,66%),

Grupo Soma ON (6,92%)

Maiores baixas: Cemig

PN (-5,84%), Eletrobras

ON (-4,40%), Carrefour

Brasil ON (-4,30%)

S&P 500 (Nova York):

1,61%

Dow Jones (Nova York):

1,45%

Nasdaq (Nova York):

2,15%

CAC 40 (Paris): -0,83%

Dax 30 (Frankfurt):

-0,07%

Financial 100 (Londres):

-0,20%

Nikkei 225 (Tóquio):

0,69%

Hang Seng (Hong Kong):

-2,28%

Shanghai Composite

(Xangai): -0,05%

CSI 300 (Xangai e Shen-

zhen): -0,76%

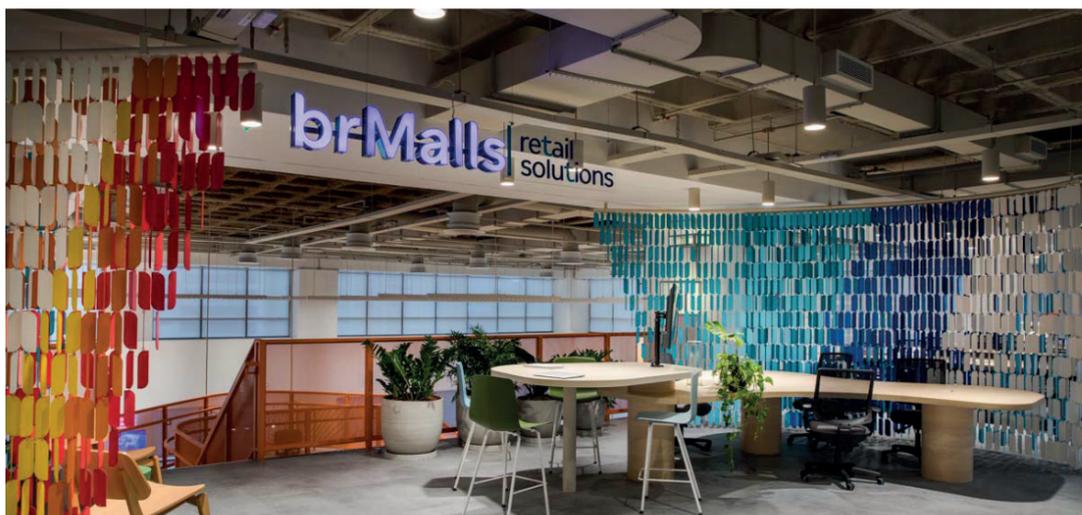
Merval (Buenos Aires):

0,88%

IPC (México): 0,91%

Data Mercantil - A melhor opção para sua empresa

brMalls vai avaliar nova proposta da Aliansce para combinação, ações disparam



A brMalls vai discutir a nova proposta melhorada de combinação de negócios apresentada pela rival Aliansce Sonae, que avalia a nova empresa de shopping centers a ser formada com a união em cerca de 12 bilhões de reais.

Após ter duas ofertas anteriores rejeitadas, a Aliansce tornou pública mais cedo uma terceira proposta de combinação com a brMalls, que classificou a oferta como tendo uma “relação de troca mais favorável aos acionistas de brMalls”.

Se bem sucedida, a proposta deve levar à criação de uma das maiores empresas de shopping centers do país, com cerca de 70 empreendimentos, espalhados pelo país.

A negociação também ocorre em um momento em que as empresas shopping

tentam se reinventar com soluções voltadas a comércio eletrônico e oferta de serviços enquanto enfrentam forte concorrência de marketplaces digitais que alavancaram crescimento com as medidas de isolamento social.

Às 13h25, as ações da brMalls disparavam 7,3%, enquanto os papéis da Aliansce tinham ganho de 0,8%. No mesmo horário, o Ibovespa mostrava queda de cerca de 1%.

A nova oferta da Aliansce envolve pagamento em dinheiro de 1,25 bilhão de reais e controle da nova empresa combinada pelos acionistas da brMalls, que terão uma participação de 55,2%, afirmaram as empresas. Na proposta anterior a participação dos acionistas da brMalls na nova empresa seria de 51%.

Além da parcela em dinheiro, a Aliansce vai entre-

gar aos acionistas da brMalls 326,34 milhões de ações, equivalente a 6,6 bilhões de reais segundo a cotação de fechamento da véspera.

A nova oferta prevê que os acionistas da brMalls receberão 0,3940 ação da Aliansce para cada ação da brMalls que possuírem.

A brMalls afirmou que a nova oferta representa um aumento de aproximadamente 18% frente à relação de troca da primeira proposta da Aliansce, enviada em janeiro deste ano.

Os analistas do Citigroup André Mazini e Renata Cabral disseram em nota a clientes que a nova oferta representa um prêmio de 13% sobre o preço de fechamento das ações da brMalls na segunda-feira, acima do prêmio de 3,3% representado pela oferta anterior.

Empresa alemã de software SAP planeja sair totalmente da Rússia

A empresa de software empresarial SAP planeja sair totalmente da Rússia diante da invasão à Ucrânia por Moscou, embora tenha por Moscou, embora tenha dito na semana passada que pode ser possível que usuários russos executem seu software por anos sem suporte.

A SAP juntou-se a uma longa lista de empresas, incluindo a rival Oracle, ao suspender a venda de seus serviços e produtos na Rússia. Desde então, empresas como a fabricante de equipamentos de telecomunicações Nokia e a Goldman Sachs saíram.

A fabricante alemã de software para gerenciamento de processos de negócios não está fornecendo suporte ou atualizações para clientes sancionados, disse o diretor financeiro da SAP, Luka Mucic, a repórteres, acrescentan-

do que o impacto total disso pode levar tempo.

“Não há um botão vermelho mágico que a SAP possa pressionar para fazer com que essas licenças de software desapareçam dos computadores”, disse Mucic sobre os produtos, vendidos como softwares licenciados ou por assinatura através da nuvem.

Como parte de seu desligamento da nuvem, a SAP deu às empresas não sancionadas a opção de excluir seus dados ou migrá-los para um data center fora da Rússia.

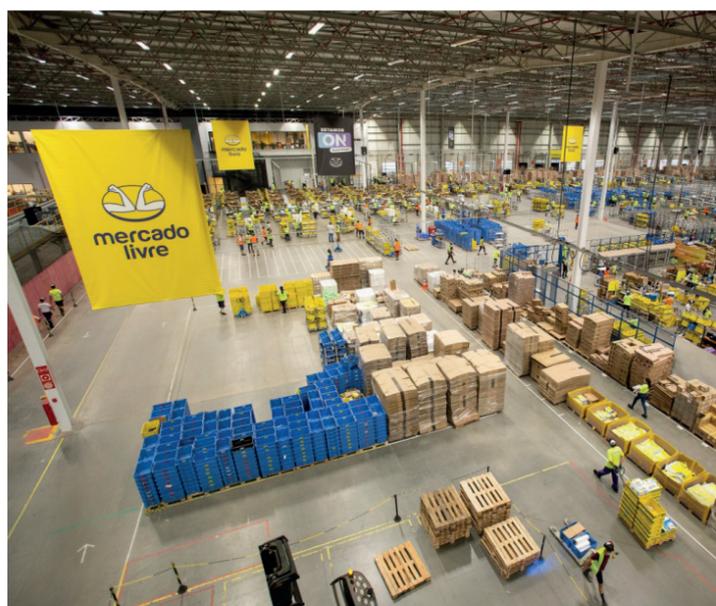
“Aqueles clientes de nuvem russos que escolheram o caminho da migração, não renovaremos suas assinaturas de nuvem existentes”, disse Mucic, acrescentando que esses contratos duram em média um pouco mais de três anos.

Reuters



Reuters

Gol faz parceria com Mercado Livre e converterá jatos 737-800 para cargueiros



A Gol vai converter até 12 aeronaves de passageiros modelo Boeing 737-800 para cargueiros de uso exclusivo pela companhia de comércio eletrônico Mercado Livre, anunciaram as empresas nesta terça-feira.

Pelo acordo, três aviões começarão a operar dentro da parceria em julho próximo. Outros três entrarão no negócio em 2023. E mais seis jatos da Gol podem ser adicionados até 2025.

Com sua estrutura com aviões triplicando até 2023, passando das três para nove, o Mercado Livre prevê elevar o volume de encomendas transportadas por via aérea de 10 milhões para 40 milhões por ano no Brasil. Não há exclusividade no acordo, o que permite que o Mercado Li-

vre faça parcerias similares, como as que já tem com Azul e Sideral.

O anúncio acontece no momento em que empresas de comércio eletrônico ampliam capacidade logística para se destacar da concorrência. Na parceria com a Gol, que vai pintar os aviões nas cores do Mercado Livre, o marketplace pretende reduzir o prazo médio de entrega de encomendas para regiões Norte e Nordeste do país de oito para dois dias. O Mercado Livre tem investimento de 17 bilhões de reais para o Brasil apenas neste ano.

Em fevereiro, o Mercado Livre anunciou a adição de quatro centros de distribuição no Brasil, todos no Estado de São Paulo, o que deve dobrar o potencial de entrega no país.

Para a Gol, o acordo permitirá à empresa aérea ao mesmo tempo ampliar receitas e reduzir despesas, dando-lhe algum fôlego financeiro após dois anos críticos devido à crise provocada pela pandemia.

A previsão é que o acordo traga à Gol uma economia de 25 milhões de reais em 2022 e de 75 milhões em 2023, explicou o presidente-executivo, Paulo Kakinoff. A economia virá com valores que deixarão de ser pagos pela devolução das aeronaves, que não mais acontecerá. A Gol, que já vinha trabalhando em renovar sua frota de passageiros em parte com a antecipação de devoluções dos 737-800, mantém plano de fechar o ano com 136 aeronaves em operação.

Reuters